

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

RENATA BORGES KEMPF

**A FÁBRICA DAS SETE MULHERES
GÊNERO E DIVERSIFICAÇÃO DOS MEIOS DE VIDA NA
AGRICULTURA FAMILIAR**

DISSERTAÇÃO

**PATO BRANCO
2017**

RENATA BORGES KEMPF

A FÁBRICA DAS SETE MULHERES
Gênero e Diversificação dos Meios de Vida na Agricultura Familiar

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná como requisito parcial para obtenção do grau de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Miguel Ângelo Perondi

Co-orientadora: Prof^a. Dr^a. Josiane Carine Wedig

Pato Branco
2017

K32f

Kempf, Renata Borges.

A fábrica das sete mulheres: gênero e diversificação dos meios de vida na agricultura familiar / Renata Borges Kempf. – 2017.

168 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Miguel Ângelo Perondi

Coorientadora: Profa. Dra. Josiane Carine Wedig

Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Pato Branco, PR, 2017.

Bibliografia: f. 145 – 151.

1. Mulheres do campo. 2. Agricultura familiar. 3. Mulheres no desenvolvimento rural. 4. Feminismo. I. Perondi, Miguel Ângelo, orient. II. Wedig, Josiane Carine, coorient. III. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. IV. Título.

CDD 22. ed. 330

Ficha Catalográfica elaborada por
Suélem Belmudes Cardoso CRB9/1630
Biblioteca da UTFPR Campus Pato Branco



TERMO DE APROVAÇÃO Nº 112

Título da Dissertação

“A fábrica das sete mulheres: gênero e diversificação dos meios de vida na agricultura familiar”

Autora

Renata Borges Kempf

Esta dissertação foi apresentada às quatorze horas do dia 28 de março de 2017, como requisito parcial para a obtenção do título de MESTRA EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL – Linha de Pesquisa Regionalidade e Desenvolvimento – no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. A autora foi arguida pela Banca Examinadora abaixo assinada, a qual, após deliberação, considerou o trabalho aprovado.

Profª Drª Josiane Carine Wedig – UTFPR
Presidente

Prof. Dr. Marcio Gazolla - UTFPR
Examinador

Prof. Dr. Adilson Francelino Alves - UNIOESTE
Examinador

Profª Drª Valdete Boni - UFFS
Examinadora

Visto da Coordenação

Profª Drª Marlize Rubin Oliveira
Coordenadora do PPGDR

O Termo de Aprovação assinado encontra-se na Coordenação do PPGDR

AGRADECIMENTOS

Em meu primeiro contato com o PPGDR, ainda antes de o ano letivo começar, ao expressar minha pressa em concluir a pós-graduação, presenciei o primeiro de muitos dos discursos calmos e convincentes do professor Miguel. Nesse dia ele me falou sobre o mestrado ser uma experiência magnífica e enriquecedora, qual deveria ser feita com calma, aproveitando cada momento. Recordei-me dessas palavras em diversos momentos dos anos que se seguiram, quais realmente foram magníficos e enriquecedores, conforme descritos pelo meu orientador.

Cada momento marcante dessa intensa jornada remete às pessoas que dividiram o peso e as alegrias dessa etapa comigo, e é a gratidão a essas pessoas que reservo essa página da dissertação.

Agradeço imensamente a minha família pelo apoio incondicional nessa importante etapa de minha vida acadêmica. A Gabriela pelo suporte emocional e companheirismo nas diversas noites em claro e inúmeras horas de rodovia. Aos amigos que permaneceram por perto mesmo com minhas frequentes ausências nesse período.

À Fundação Araucária, pelo auxílio financeiro que permitiu a dedicação exclusiva ao mestrado, possibilitando o intenso aproveitamento desse momento.

Aos funcionários e professores do PPGDR, em especial a Hieda, Marlize, Edival, Edilson, Nilvania, Gazolla, Miguel, Marini, Cavalcante e Norma que são os professores com os quais tive aula, por não só me apresentar novos mundos dentro da sala de aula mas também permitir conhecer pessoas magníficas de mente e alma iluminadas.

Aos colegas de mestrado, por além compartilhar conhecimentos, compartilhar das alegrias e dos desesperos momentâneos também. Aos colegas que se tornaram amigos e estenderam essa relação para além das paredes da sala de aula. Angela, Char, Taize e Leandra, por me permitir adentrar essa irmandade, sem a qual os momentos de insegurança e ansiedade teriam sido muito mais difíceis de enfrentar. Elizangela que além da amizade me ofereceu uma cama sempre que precisei. Juliane, companheira de orientação, pelas palavras de incentivo e companhia a campo quando necessário.

Aos meus orientadores Miguel e Josi, pelas orientações, ensinamentos, pelo carinho e principalmente pela paciência com meus momentos de dificuldade.

Em especial agradeço as sete mulheres que me convidaram às suas casas como um membro da família, me ofereceram cama e comida e me confiaram suas magníficas histórias de vida, quais agora compõem a narrativa que se apresenta nas próximas páginas.

RESUMO

O estudo pretende analisar as relações de gênero no meio rural e como a sua organização social e econômica tem auxiliado na transformação das relações de poder no espaço doméstico e público. A pesquisa utilizou a abordagem dos meios de vida e procurou identificar como essas estratégias influenciaram a transformação das relações sociais e econômicas de um grupo de mulheres no meio rural, bem como, utilizou-se da abordagem do feminismo descolonial para compreender suas formas de resistência. A construção da pesquisa ocorreu por meio de procedimentos qualitativos e quantitativos de análise, procurando apresentar um caráter interdisciplinar tanto na metodologia de coleta quanto na análise dos dados. O trabalho de campo consistiu na realização de um estudo de caso em uma associação de sete mulheres que compõe uma Agroindústria Familiar Rural em Pranchita-Pr, o estabelecimento apresenta como diferencial o fato de serem as sete mulheres responsáveis por todas as etapas do processo produtivo, envolvendo além da produção, o controle financeiro e as estratégias de comercialização da agroindústria. Dessa forma buscou-se identificar os gargalos, os meios e as alternativas encontradas pelas mulheres rurais, bem como, as redes de relações que o processo edificou em sua caminhada até aqui. Foi então possível perceber as diversas peculiaridades das estratégias de resistência adotadas pelas mulheres rurais e como são importantes para o empoderamento feminino e, ao mesmo tempo, garantidor das estratégias de reprodução social da agricultura familiar.

Palavras-chave: mulher rural; agricultora familiar; gênero rural; estratégias de emancipação; estratégias de diversificação; meios de vida.

ABSTRACT

The study aims to analyze gender relations in rural areas and how their social and economic organization has helped in the transformation of power relations in domestic and public spaces. The research used the livelihoods approach and sought to identify how these strategies influenced the transformation of the social and economic relations of a group of women in rural areas, as well as using the approach of decolonial feminism to understand their forms of resistance. The construction of the research took place through qualitative and quantitative analysis procedures, seeking to present an interdisciplinary character both in the collection methodology and in the data analysis. The field work consisted in the realization of a case study in an association of seven women that composes a Rural Family Agroindustry in Pranchita-PR, the establishment presents as differential the fact that the seven women are responsible for all stages of the productive process, involving besides the production, the financial control and the commercialization strategies of the agroindustry. In this way, we sought to identify the bottlenecks, the means and the alternatives found by the rural women, as well as the networks of relationships that the process built on their journey up to here. It was then possible to perceive the diverse peculiarities of the strategies of resistance adopted by rural women and how important they are to female empowerment and, at the same time, guarantor of the social reproduction strategies of family agriculture.

Keywords: rural woman; family farming; Rural gender; Emancipation strategies; Diversification strategies; Livelihoods.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização da cidade de Pranchita no mapa do Paraná	25
Figura 2: Sede da Agroindústria Familiar Rural São Roque.....	31
Figura 3: Casas das sete mulheres.....	59
Figura 4: Estradas da comunidade rural	88
Figura 5: Licença sanitária de funcionamento da AGF.....	100
Figura 6: Grupo trabalhando	103
Figura 7: produção de <i>capeletti/agnoline</i>	104
Figura 8: Bolachas secando	104
Figura 9: Pão assando	104
Figura 10: Fachada AGF.....	112
Figura 11: Garagem AGF.....	112
Figura 12: Estufa de pão.....	112
Figura 13: Pães na mesa de metal.....	112
Figura 14: Máquina de massas.....	112
Figura 15: Máquina de fazer bolacha	112
Figura 16: Máquina de bater massas.....	113
Figura 17: <i>Freezer</i> e estufa de pão	113
Figura 18: Mapa conceitual das relações sociais da AGF.....	120
Figura 19: Igreja católica da comunidade e ao lado a AGF.....	125
Figura 20: Lateral da AGF e imagens de santos na cozinha da AGF	125
Figura 21: As etiquetas dos produtos.....	127
Figura 22: venda de bolachas e pães.....	127
Figura 23: produção de palitos salgados.....	127
Figura 24: Cuca assando.....	128
Figura 25: Produção de pé de moleque e bolinhos	128
Figura 26: Palitos salgados prontos.....	128
Figura 27: <i>Agnolines</i> prontos.....	128
Figura 28: bolachas pintadas....	128
Figura 29: pães embalados.....	128
Figura 30: Carro da AGF	132
Figura 31: Imagens das vendas para os mercados.....	136

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Produto bruto caso 1.....	47
Gráfico 2: Renda total caso 1	47
Gráfico 3: Produto bruto caso 2.....	49
Gráfico 4: Renda total caso 2.....	49
Gráfico 5: Produto bruto caso 3.....	51
Gráfico 6: Renda total caso 3.....	51
Gráfico 7: Produto bruto caso 4.....	53
Gráfico 8: Renda total caso 4.....	53
Gráfico 9: Produto bruto caso 5.....	54
Gráfico 10: Renda total caso 5.....	54
Gráfico 11: Produto bruto caso 6.....	55
Gráfico 12: Renda total caso 6.....	55
Gráfico 13: Produto bruto caso 7.....	57
Gráfico 14: Renda total caso 7	57
Gráfico 15: Receitas, despesas e sobras da AGF de 2012 a 2015.....	108

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Diagrama de análise dos meios de vida de Frank Ellis (2000)	21
Quadro 2: Quadro de comparação entre os casos estudados	60
Quadro 3: Principais despesas dos meses março, abril e maio	116

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Migração familiar e seu futuro	90
Tabela 2: Demonstração de sobras ou perdas de 2012 a 2015 (R\$)	107
Tabela 3: Demonstração de sobras ou perdas do exercício de fevereiro a dezembro de 2015 (R\$)	110
Tabela 4: Relatório de ativo imobilizado da AGF	111
Tabela 5: Relatório dos custos estimados.....	114
Tabela 6: Relação de produtos e locais de compra	115
Tabela 7: Principais produtos vendidos pela AGF São Roque:.....	126

LISTA DE SIGLAS

AGF	Agroindústria familiar rural
AR	Agroindústria rural
ARF	Agroindústria Rural Familiar
ARS	Análise de Redes Sociais
CI	Consumo Intermediário
COAGRO	Cooperativa Agropecuária Capanema
COOPAFI	Cooperativa de Comercialização da Agricultura Familiar Integrada
CRESOL	Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária
D	Depreciação
DVA	Divisor do Valor Agregado
EMATER	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
HA	Hectare
ORT	Outras rendas do trabalho
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PB	Produto bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escola
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RA	Renda agrícola
RNA	Renda não agrícola
ROF	Rendas de outras fontes
RTS	Renda com transferência social
SICREDI	Sistema de Crédito Cooperativo
UP	Unidade de produção
UTH	Unidade de trabalho homem
VA	Valor agregado
SICOOB	Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. A PESQUISA DE CAMPO: MÉTODOS E SUJEITOS PESQUISADOS	18
2.1. DA METODOLOGIA ADOTADA ÀS FASES DA PESQUISA.....	18
2.2. DA COMUNIDADE AO SUDOESTE PARANAENSE	24
2.3. O UNIVERSO PESQUISADO: A FÁBRICA DAS SETE MULHERES	27
2.3.1. Conhecendo as sete mulheres.....	27
2.3.2. Conhecendo a agroindústria familiar rural São Roque	30
3. CARACTERIZANDO A AGRICULTURA FAMILIAR E AS MULHERES AGRICULTORAS.....	33
3.1. ESTRATEGIAS DE RESISTENCIA: DIVERSIFICAÇÃO DOS MEIOS DE VIDA	39
3.2. AS CASAS DAS SETEMULHERES: UMA ANÁLISE DA ECONOMIA FAMILIAR	44
3.3.COMPARAÇÃO ENTRE OS CASOS ESTUDADOS	58
4. AS TRAJETÓRIAS DAS MULHERES E OS PROCESSOS DE RESISTÊNCIA NO MEIO RURAL.....	64
4.1. AS CONSEQUENCIAS DA MODERNIDADE E A INTERSECCINALIDADE DE OPRESSÕES.....	64
4.2. A SUBJETIVIDADE ATIVA DAS MULHERES RURAIS E O FEMINISMO.....	70
4.3. AS MULHERES E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO	73
4.4. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHONAS FAMÍLIAS E SUCESSÃO	82
5. A AGROINDÚSTRIA FAMILIAR RURAL	94
5.1 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NA AGF	101
5.2 OS CADERNOS DE CONTROLE	106
5.3 AS MULHERES DA FÁBRICA E SEU CAPITAL SOCIAL	117
5.4 O SABER FAZER E OS MERCADOS LOCAIS	126
5.4.1 Canais de Comercialização Utilizados pela AGF.....	130
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	138
7. REFERÊNCIAS	145
ANEXO I.....	152
ANEXO II... ..	155
ANEXO III.. ..	166
ANEXO IV.. ..	167
APENDICE I	168

1. INTRODUÇÃO

Essa dissertação analisa as relações de gênero no meio rural e como a sua organização social e econômica tem auxiliado na transformação das relações de poder no espaço doméstico e público. A pesquisa utilizou a abordagem dos meios de vida para identificar como as estratégias de diversificação influenciaram a transformação das relações sociais e econômicas de um grupo de mulheres no meio rural, bem como, utilizou-se da abordagem do feminismo descolonial para compreender suas formas de resistência.

As pesquisas sobre gênero no meio rural vêm se intensificando nos últimos anos. No entanto, existem diversas lacunas a serem preenchidas. Pouco se conhece sobre a parcela de contribuição das mulheres nas unidades familiares de produção, por exemplo. No Brasil, do total de estabelecimentos de agricultores familiares, cerca de 10% são dirigidos por mulheres¹ (PEREIRA & BAZOTTI, 2010). Nos demais as funções de gestão do estabelecimento rural, geralmente permanecem sob incumbência dos homens, sendo eles responsáveis pela gestão econômica do estabelecimento, reservando para as mulheres as decisões de menor relevância econômica (SILVA & SCHNEIDER, 2010; BRUMER, 2008).

Segundo Perondi (2016 p.141) “a divisão do trabalho entre homem e mulher ocorre por uma relevância econômica, reorganizando o sistema produtivo em função de variáveis de mercado e subsistência”. Em outras palavras, o autor observa que na divisão sexual do trabalho existe uma associação maior entre homem/dinheiro e mulher/sustento, sendo o foco monetário utilizado para reproduzir o patrimônio e o sustento na sobrevivência da família.

Assim, a cultura do campo permanece marcada por um caráter essencialmente patriarcal. A diferença entre os gêneros é tratada com bastante naturalidade no meio rural, podendo ser percebida inclusive na deficiência dos censos agrícolas nesta mensuração “pois pressupõe, implicitamente, que o proprietário de um estabelecimento agrícola [...] deve ser o cabeça da família ou seu agricultor principal” (DEERE e LÉON, 2003, p. 101).

¹Dados do censo agropecuário de 2006.

A falta de conhecimento do poder público em relação às demandas das mulheres rurais gera dificuldades na realização ou implementação de políticas públicas que objetivem a igualdade de gênero no meio rural. Neste aspecto o *Human Development Report* do PNUD² (1997, p. 7) conclui que “a igualdade de gêneros precisa fazer parte da estratégia de cada país para a erradicação da miséria, tanto como um fim quanto como um meio de erradicar outras formas de miséria humana”.

A falta de conhecimento a respeito desse grupo de mulheres também pode ser explicada pelo que Lugones (2014) afirma ser um vácuo na interseção dessas categorias, onde a mulher rural acaba sendo ignorada pelos estudos acerca do mundo rural, bem como, nos próprios a respeito das mulheres. O movimento feminista contemporâneo surgiu na década de 1970, como parte de um processo de emancipação das mulheres ocidentais, embora suas origens datem de muito antes. O movimento, no decorrer da história, se dividiu em diversas correntes, sendo as mais conhecidas o feminismo radical, liberal e socialista. Contudo, para algumas teóricas do feminismo negro americano e também pós e descoloniais (BAIRROS, 1995; DI CIOMMO, 2003; CARNEIRO, 2003), as correntes não foram capazes de dar conta de questões características de grupos sociais distintos, como o das mulheres rurais.

Assim, as mulheres rurais precisam de um olhar específico para o seu grupo, pois, possuem particularidades em relação às urbanas, com um processo histórico de emancipação diferenciados das demais. Para compreender essas especificidades, é fundamental atentar-se para a discussão proposta por algumas autoras, como Butler (2003, p. 20), que consideram o gênero a partir da “interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente construídas”. Isso nos permite pensar sobre a singularidade das mulheres rurais. É na interseção entre mulher e agricultora que encontramos formas e movimentos de resistência próprios que se diferenciam dos urbanos. Nesse sentido, a visão do feminismo descolonial – cujas análises se pautam na interseccionalidade e na crítica da perspectiva evolucionista da história moderna, valorizando histórias e saberes marginalizados pela modernidade – nos embasa na construção da dissertação.

²PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, tradução de UNDP: *United Nations Development Programme*.

O papel das mulheres na agricultura familiar e suas dificuldades e demandas ainda é pouco abordado nos estudos acadêmicos do meio rural, como também no movimento feminista. Os estudos sobre as mulheres rurais geralmente estão voltados para pesquisa de suas demandas e problemas específicos e raramente sobre formas de resolver tais problemas (SILVA & SCHNEIDER, 2010).

As resistências produzidas pelas mulheres, por meio das quais elas procuram melhorar sua situação atual – sem, no entanto, almejar, necessariamente, uma alteração no sistema – representam formas de resistência muitas vezes invisíveis, e que frequentemente são despercebidas. Essas ações constituem o que a autora Lugones (2014) se refere como a subjetividade ativa. As estratégias de diversificação das mulheres agricultoras, em nossa análise, se correlacionam com essa categoria, como formas de resistência, não só em relação à dominação patriarcal ao exercer uma atividade isenta de auxílio masculino, mas também ao sistema que desvaloriza o trabalho da mulher e dela no seio da agricultura familiar.

A subjugação das mulheres dentro de famílias de agricultores está fortemente relacionada com sua aparente subjugação financeira em relação ao marido (ou pai), pois este é comumente considerado o “responsável” pela atividade principal da unidade de produção e pela administração financeira do estabelecimento, independentemente da intensidade da participação das mulheres na atividade. Sendo assim, a independência financeira, em relação ao marido (e ao pai), assume uma grande importância para a emancipação social das agricultoras.

Contudo, essa ideia de independência financeira é de difícil aplicação na realidade rural, na qual a renda da família tem caráter indivisível sendo difícil definir quem é responsável pela origem de cada renda e sendo toda aplicada em um “fundo familiar” comumente administrado pelo “chefe” da família. Aliado a isso, está o fato de que as funções das mulheres, muitas vezes, se mantêm restritas à esfera doméstica. Deste modo, percebe-se uma grande dificuldade em definir a importância econômica do trabalho das mulheres no interior das famílias rurais. Esses fatores podem vir a colaborar com a desvalorização do trabalho das mulheres e, dessa forma, reproduzir o sistema de dominação que gera as numerosas dificuldades (que serão listadas mais adiante) para elas.

Uma importante característica presente entre agricultores familiares e que apresenta significativa relevância na análise de gênero, especialmente na análise aqui desenvolvida, é a diversificação dos meios de vida. O conceito de diversificação, trabalhado por Frank Ellis (2000), também é abordado de modo significativo na literatura sobre o rural, sob diferentes perspectivas, integrando temas como diversificação das rendas e pluriatividade (SCHNEIDER 2003; SILVA e SCHNEIDER, 2010; WANDERLEY, 1997).

A diversificação das fontes de renda é uma estratégia de reprodução social das famílias camponesas que combinam várias culturas e criações para maximizar sua força de trabalho e espaço, geralmente limitados, bem como, minimizar o risco produtivo e de mercado. Já a perspectiva da pluriatividade, tem especial efeito na análise de gênero, pois, não significa somente diversificar as atividades agrícolas do estabelecimento, mas também, ampliar a possibilidade de novas formas de renda fora do estabelecimento e da jurisdição do “chefe do estabelecimento”. Para Schneider (2003, p.7) a pluriatividade permite reconceituar à propriedade como “uma unidade de produção [...] não exclusivamente baseada em atividades agrícolas. As propriedades pluriativas são unidades que alocam o trabalho em diferentes atividades, além da agricultura familiar”.

O conceito de diversificação dos meios de vida de Frank Ellis (2000) pode ser considerado mais amplo, por portar em si as estratégias de diversificação das fontes de renda assim como a pluriatividade, carregando as vantagens elencadas em ambos os conceitos. Neste caso, as mulheres fortalecem as estratégias de diversificação de meios de vida da família ao buscarem diferentes fontes de renda que os homens teriam menos acesso, ao mesmo tempo em que conseguem um maior equilíbrio nas relações de poder na família, podendo atender suas demandas e problemas específicos, assim como, criando novas capacidades e oportunidades de diversificação. A abordagem dos meios de vida é utilizada neste trabalho para a melhor compreensão dessas estratégias desenvolvidas pelas mulheres agricultoras como forma de emancipação, seja em relação ao marido ou ao sistema na qual ela como mulher e agricultora esta inserida.

A diversificação protege os agricultores das sazonalidades do mercado como também tem influência direta na renda desses agricultores. O estudo de Perondi (2007), com uma amostragem representativa dos agricultores do

município de Itapejara d'Oeste (Paraná), demonstrou que as famílias rurais que diversificam a renda com atividades não agrícolas e/ou agregação de valor apresentaram um melhor desempenho econômico que as demais famílias rurais monoativas, ou seja, aquelas famílias que diversificam a renda unicamente com *commodities* agrícolas, quais são indiferenciados pelo mercado.

Uma descentralização das atividades na unidade de produção pode gerar uma maior independência financeira para a mulher, assim como para toda a família. Sendo assim a diversificação dos meios de vida não apenas é uma estratégia de sobrevivência da família rural como também uma possível alternativa para a emancipação das mulheres no meio rural. Dentro dessa perspectiva de diversificação dos meios de vida surge a agroindústria familiar como uma possibilidade de diversificação.

Dessa forma **o problema de pesquisa que conduziu nossa análise foi:** a diversificação dos meios de vida, possibilitados pela participação em uma Agroindústria Familiar Rural de mulheres agricultoras, é um fator significativo para a alteração de dinâmicas no seu espaço doméstico e de sua emancipação financeira e social?

Para tanto, admitem-se as seguintes hipóteses explicativas dessa questão:

(1) **A agroindústria familiar rural é uma forma viável de diversificação dos meios de vida** – pressupõe-se que com a atividade na agroindústria familiar as famílias apresentem efeitos na “segurança do meio de vida”, aumentando seu nível de estabilidade da renda, diminuindo o grau de risco envolvido na produção unicamente agrícola assim como sua predisposição a sazonalidade, conforme o diagrama de análise dos meios de vida de Ellis (2000), apresentado na metodologia e discutido no decorrer do texto.

(2) **A agroindústria familiar rural apresenta a possibilidade do protagonismo das mulheres agricultoras em uma atividade produtiva** - as mulheres agricultoras comumente são responsabilizadas pelas atividades reprodutivas³ da família. Mesmo quando realizam uma atividade considerada

³O trabalho produtivo é aquele que resulta na produção de bens e serviços de valor econômico, geralmente realizado na esfera pública e profissional enquanto o trabalho reprodutivo geralmente se limita a esfera privada e familiar se caracterizando pelas atividades

produtiva é o marido o responsável pela comercialização. Nesse sentido, uma agroindústria familiar formada unicamente por mulheres apresenta uma possibilidade de protagonismo feminino na atividade.

(3) A agroindústria familiar equaliza a renda familiar e **permite uma menor desigualdade de poder no interior das famílias** – um dos fatores que explicam a desigualdade de poder no interior das famílias rurais é a desigualdade de renda entre os membros. A renda das mulheres é geralmente menor que a dos homens. Muitas vezes a mulher ganha menos que o homem ao desenvolver a mesma atividade (PAULILO, 1987) e as famílias chefiadas por mulheres são perceptivelmente mais pobres do que as chefiadas por homens (ELLIS, 2000). Nesse sentido, pressupõe-se que uma participação relevante das mulheres na renda familiar resulta em uma menor desigualdade de poder.

(4) As estratégias de diversificação dos meios de vida, tal como a participação na agroindústria familiar, influenciam positivamente no empoderamento dessas mulheres – além da alteração na renda a participação das mulheres na agroindústria familiar faz com que essas mulheres passem menos tempo em casa, aumentando seu contato com a esfera pública, seu capital social na comunidade e trazendo relevantes alterações na sua autoestima. Pressupõe-se que tais fatores apresentem significativos efeitos dentro da dinâmica familiar.

O **objetivo** geral desta pesquisa é analisar os efeitos - na vida familiar e comunitária - do protagonismo das mulheres rurais em uma agroindústria familiar rural.

Os objetivos específicos que guiaram a pesquisa foram: (a) **contextualizar a AGF (Agroindústria Familiar Rural)**, sua história e formação; (b) avaliar a **viabilidade econômica e social da agroindústria** na diversificação do meio de vida das famílias relacionadas, (c) **compreender como funciona o saber fazer dessas mulheres dentro dessa AGF**, na

domésticas ou não remuneradas feitas em benefício da família. “O trabalho reprodutivo tem um grande significado para o bem-estar do ser humano. Porém, como não tem caráter mercantil, é ignorado pelas ciências econômicas e desvalorizado pela sociedade, que dele depende para se reproduzir” (MELO & CASTILHO, 2009, p.139). Partindo do princípio básico da relação existente entre a submissão financeira e desvalorização do trabalho com a violência patriarcal, uma atividade remunerada, realizada no exterior ao círculo familiar, pode vir a apresentar efeitos na emancipação das mulheres.

produção, na comercialização, na organização das finanças; (d) **analisar a economia familiar** das sete famílias envolvidas na AGF; (e) **mensurar a relevância financeira dos ganhos obtidos com a AGF**; (f) **identificar possíveis alterações na dinâmica das famílias** após o início da participação na AGF; (g) **verificar a existência de características de empoderamento nessas mulheres** e se esses se relacionam com a participação na AGF.

A pesquisa de campo ocorreu entre os meses de outubro de 2015 e janeiro de 2017 no município de Pranchita, na região Sudoeste do Paraná. Os sujeitos desta pesquisa são sete agricultoras, e suas respectivas famílias, que estão inseridas nesta comunidade. As mulheres trabalham de forma associativa na agroindústria de panificação que juntas criaram há 14 anos. A distribuição de funções entre elas dentro da “fábrica”⁴ permite percepções sobre os papéis de gênero dentro da agricultura e os significados e consequências destes. Da mesma forma, foram observadas as relações entre as mulheres e suas famílias com o intuito de perceber possíveis efeitos desse trabalho fora da unidade de produção familiar e da renda provinda dessa fonte externa a UP (Unidade de Produção).

A realização da pesquisa sobre as condições de vida das mulheres que atuam na Agroindústria Familiar Rural da Linha São Roque, permite demonstrar sua influência no contexto da unidade familiar, comunidade e região. A análise que segue considera o contexto cultural e econômico vivenciado pelas mulheres e as soluções que construíram para enfrentar seus problemas.

Nos resultados são analisados os efeitos sociais e econômicos que a iniciativa na Agroindústria Familiar Rural provocou na diversificação dos meios de vida das famílias rurais envolvidas e na comunidade. Se espera que essa pesquisa permita contribuir na discussão do papel social das mulheres no desenvolvimento rural e regional, principalmente, por se saber que a mulher rural apresenta características distintas da mulher urbana, assim como do próprio homem rural, e que suas demandas são ignoradas pelos estudos da agricultura familiar, o que justifica a necessidade de um olhar específico para esse estudo de caso.

No caso estudado o grupo utiliza de estratégias de diversificação dos meios de vida que objetivam unicamente melhorias no bem estar familiar,

⁴ Termo utilizado pelo grupo para se referir à AGF São Roque

essas estratégias acabam tendo influências na emancipação financeira das mulheres e especialmente na autoestima de cada uma delas. Nesse sentido a emancipação financeira e social de mulheres agricultoras é um fator de especial relevância para o desenvolvimento regional especialmente considerando que esta é necessariamente acompanhada de uma melhoria na vida financeira e bem estar familiar.

A dissertação está organizada em seis tópicos, sendo este texto de introdução que procura inserir o leitor no universo do trabalho, apresentar brevemente o problema de pesquisa, a abordagem teórica, os objetivos do trabalho e o conteúdo de cada tópico.

O segundo tópico apresenta a metodologia utilizada na pesquisa, bem como, contextualiza o ambiente social e econômico da pesquisa de campo.

O terceiro tópico caracteriza as categorias de agricultura familiar, gênero e diversificação dos meios de vida, apresentando seus respectivos conceitos e finaliza por apresentar uma análise socioeconômica de cada uma das famílias estudadas de forma comparativa.

O quarto tópico aborda as trajetórias das mulheres e os processos de resistência no meio rural, trazendo os conceitos relacionados ao feminismo descolonial e interseccional, caracterizando as mulheres agricultoras estudadas. Assim como da migração e reprodução social das famílias rurais estudadas e da sua estratégia de divisão sexual do trabalho.

O quinto tópico analisa a organização da AGF, contando com uma análise acerca do: capital social, economia solidária e autogestão, analisando a organização financeira da AGF e as formas de comercialização.

Por fim, o último tópico apresenta as considerações finais e as conclusões da pesquisa.

2. A PESQUISA DE CAMPO: MÉTODOS E SUJEITOS PESQUISADOS

Neste capítulo serão apresentados os procedimentos metodológicos desenvolvidos para o cumprimento dos objetivos deste estudo, bem como, o contexto socioeconômico do local e dos sujeitos deste estudo.

2.1. DA METODOLOGIA ADOTADA ÀS FASES DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada por meio de procedimentos qualitativos e quantitativos de análise. Procurando sempre apresentar um caráter interdisciplinar tanto na metodologia de coleta quanto na análise dos dados.

O trabalho de campo consistiu na realização de um estudo de caso em uma associação de mulheres em torno de uma Agroindústria Familiar Rural que fabrica panificações. Segundo Godoy (1995, p. 25) “o estudo de caso (como esse) caracteriza como um tipo de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente”. Para a autora, o propósito do estudo de caso é fazer uma análise intensiva de uma dada unidade social. Ela também afirma que “o investigador pode optar pelo estudo de situações típicas (similares a muitas outras do mesmo tipo) ou não usuais (casos excepcionais)”.

Esta pesquisa é um estudo de um caso excepcional onde um grupo composto unicamente por mulheres, todas agricultoras, reuniram-se e criaram uma Agroindústria Familiar Rural bem-sucedida. É um caso singular onde a renda das mulheres se torna igual ou superior à dos homens. A análise dessa dinâmica de renda familiar pode nos ajudar a entender as relações entre o empoderamento financeiro e a emancipação da mulher rural.

Dentre os procedimentos quantitativos de análise podemos incluir os questionários de economia familiar assim como a análise financeira da agroindústria. Qualitativamente consideramos a entrevista de trajetória familiar e sucessão assim como as observações e diário de campo. Foi realizada também a etnografia, método usado pela Antropologia, mas que pode ser usada também por outras áreas do conhecimento. A pesquisa etnográfica constitui o exercício do olhar (ver) e do escutar (ouvir) e impõe ao pesquisador ou a pesquisadora um deslocamento de sua própria cultura para se situar no

interior do fenômeno por ele ou por ela observado através da sua participação efetiva nas formas de sociabilidade por meio das quais a realidade investigada se lhe apresenta (ROCHA e ECKERT, 2008, p. 2).

Nesse sentido, justifica-se a necessidade encontrada na pesquisa de passar alguns dias na comunidade rural estudada, fazendo as refeições com o grupo e hospedada em suas casas, podendo assim acompanhar não só o dia a dia da fábrica e das vendas, mas também suas relações com a família, com a comunidade e entre si.

Os nomes dos sujeitos de pesquisa foram substituídos por nomes fictícios, conforme requisitado pelo grupo para preservar a identidade das mesmas. Observa-se nas mulheres uma grande preocupação com o destino nas informações cedidas para a pesquisa, especialmente em relação à renda familiar e a documentação para aposentadoria.

Os equipamentos utilizados na pesquisa de campo foram:

- I. Registro escrito: utilizando-se de caderno de campo (para anotações durante as entrevistas e para o diário de campo) e notebook (para anotações dos dados financeiros da AGF e das famílias);
- II. Registro falado: utilizando-se de um gravador de áudio digital (para gravar as conversas em grupo na AGF devido à dificuldade de anotar as respostas ou comentários ao mesmo tempo);
- III. Registro visual: Utilizando-se de uma câmera fotográfica –(usada para demonstração visual das instalações da AGF e estabelecimentos).

A entrada em campo teve início em outubro de 2015 para a pesquisa exploratória (período que antecedeu a qualificação). No total, foram cinco visitas a comunidade, com tempos diferenciados em cada uma delas, variando entre um e cinco dias.

A cidade de Pranchita fica localizada a 150 km de Pato Branco, dessa forma foi possível realizar algumas visitas de ida e volta no mesmo dia, enquanto que em outras se optou estender a estadia até a coleta total das informações consideradas necessárias para a fase em que se encontrava o trabalho. Durante as imersões no campo de pesquisa a hospedagem ocorreu na casa das agricultoras, nas quais ocorreram as refeições e a hospedagem, oferecidas por elas. Isso permitiu conhecer melhor o dia a dia de cada uma das mulheres fora do ambiente da AGF.

As fases da pesquisa de campo, segundo Lakatos e Marconi, requerem em primeiro lugar,

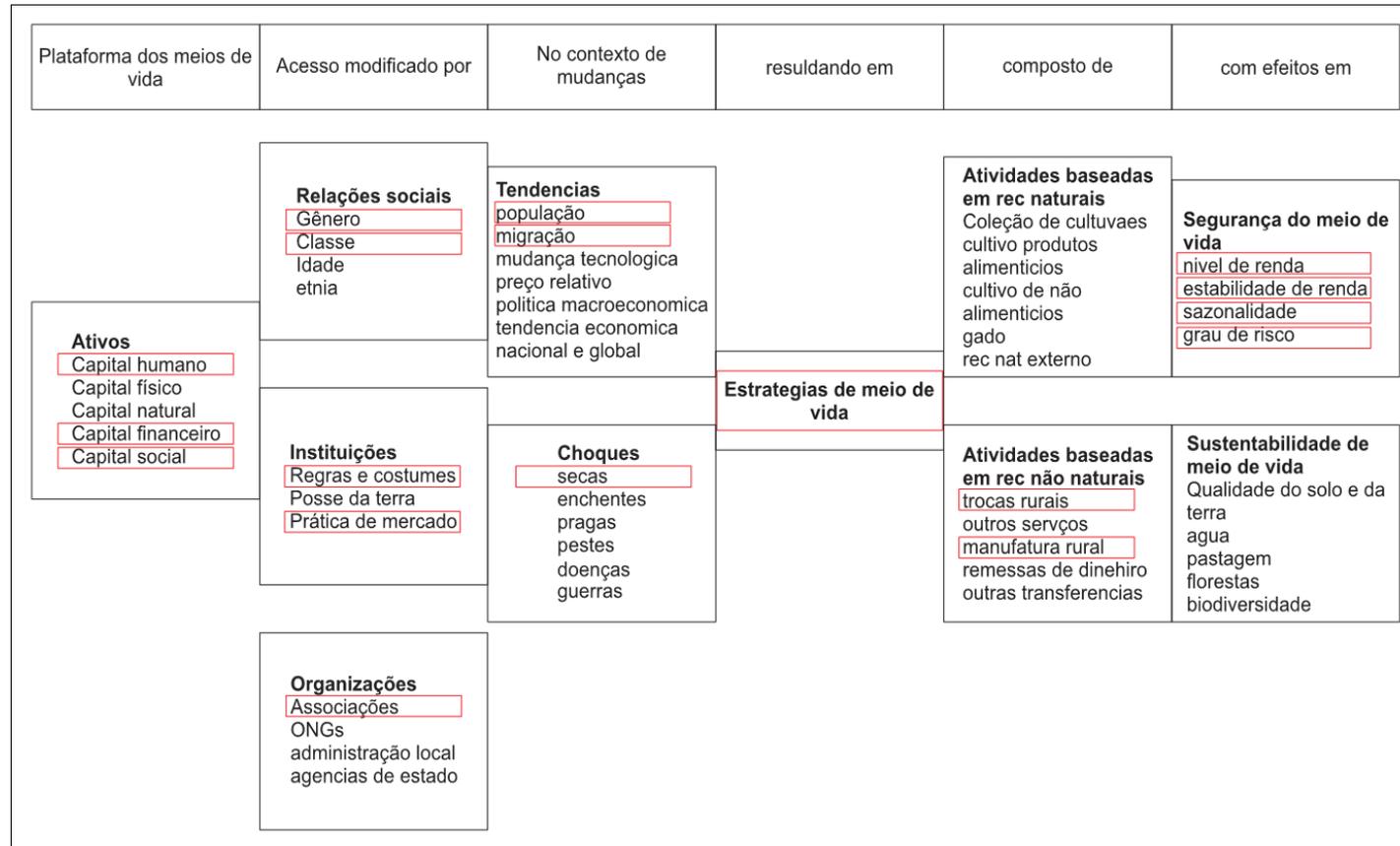
a realização de uma pesquisa bibliográfica sobre o tema em questão. Ela servirá, como primeiro passo, para se saber em que estado se encontra atualmente o problema, que trabalhos já foram realizados a respeito e quais são as opiniões reinantes sobre o assunto. Como segundo passo, permitirá que se estabeleça um modelo teórico inicial de referência, da mesma forma que auxiliará na determinação das variáveis e elaboração do plano geral da pesquisa (LAKATOS e MARCONI, 2003, p. 286).

Dessa forma a primeira fase da pesquisa se constituiu em uma revisão bibliográfica dos temas: agricultura familiar, diversificação dos meios de vida, agroindústria familiar e gênero. Estabelecendo-se a partir daí um “plano geral da pesquisa” sob os preceitos da pesquisa etnográfica, adaptando-se o roteiro de acordo com as necessidades constadas a campo.

Conceitualmente, utilizou-se da teoria do campesinato chayanoviana imbricada com a visão do feminismo descolonial de Quijano (2005) e Lugones (2014) para se examinaras questões de poder que se estabelecem nas relações homem/mulher no ambiente rural e interpretar a forma de enfrentamento das mulheres em relação ao sistema patriarcal presente nas comunidades camponesas. Long (2006) para análise das relações sociais e Granovetter (1973) para a análise de capital social. Já a perspectiva dos meios de vida foi mais utilizada como forma de avaliar a participação e contribuição da AGF na estratégia de diversificação dos meios de vida (ELLIS, 2000) e interpretar como as relações de gênero delimitam e mediam o acesso aos recursos dos meios de vida.

A forma de utilização da perspectiva dos meios de vida de Ellis (2000) pode ser melhor compreendida visualizando Quadro 1 “Diagrama de análise dos meios de vida de Frank Ellis” e os grifos em vermelho que caracterizam os pontos onde nossa análise vai procurar identificar nas famílias analisadas.

Quadro 1: Diagrama de análise dos meios de vida de Frank Ellis (2000)



Fonte: Ellis (2000, p. 30) tradução e grifo nosso

O diagrama demonstra os recursos da família, aquilo que altera o acesso a esses recursos, em que contexto tal acesso acontece, como ele influencia nas estratégias dos meios de vida que são compostos de recursos naturais ou não e possuem efeitos na segurança e sustentabilidade dos meios de vida.

No caso estudado se destacam o capital humano, capital financeiro e capital social. As relações de gênero e classe, assim como as regras e costumes e práticas de mercado tem especial influência na vida de nossos sujeitos de pesquisa dificultando o acesso aos capitais supracitados. A organização de uma associação age de forma a facilitar o acesso dos atores, até antes limitado.

Mudanças populacionais, migração e secas podem ser algumas das tendências ou choques que geram modificações no padrão de comportamento, a essas podem se somar as mudanças tecnológicas, dinâmicas de mercado e crises cíclicas, por exemplo, como motivos que levaram o grupo a adotar estratégias de diversificação dos meios de vida.

Essas estratégias, em nosso caso compõem “atividades baseadas em recursos não naturais”, envolvendo trocas rurais e manufaturas rurais. Tendo efeitos na “segurança dos meios de vida” alterando o nível de renda, a estabilidade de renda, a sazonalidade e o grau de risco da renda familiar nos sete casos estudados.

A primeira análise realizada a campo foi acerca de capital social, procurando-se compreender e mensurar os laços existentes entre as mulheres do grupo, embasado especialmente em Granovetter (1973). A análise foi feita através de um questionário de análise de capital social (anexo I) com perguntas abertas e fechadas que procurava conhecer melhor a dinâmica de relacionamento do grupo e conhecer possíveis lideranças entre elas. A análise foi feita durante um dia de trabalho na AGF e dessa forma permitiu a observação das dinâmicas de atividade delas assim como uma aproximação inicial com cada uma antes das visitas nas casas, nas quais as perguntas foram mais de cunho pessoal. Ainda nessa etapa inicial as conversas com o grupo foram guiadas por um roteiro de conversa (anexo III) que tinha como objetivo conhecer melhor a AGF, seu histórico e forma de organização.

Posteriormente foi realizado uma análise da situação financeira das famílias e um diagnóstico das formas diversificadas de renda e do papel

econômico da mulher. Para tanto, utilizou-se de um questionário socioeconômico (anexo II) adaptado de Perondi (2007), verificando-se, simultaneamente, via outro roteiro de entrevista semi-estruturado (anexo IV), quais eram as consequências da contribuição financeira da mulher na dinâmica familiar.

O questionário socioeconômico consistiu em questões fechadas, que auxiliaram mensurados diferentes tipos de renda da família, bem como, caracterizar o patrimônio da unidade de produção e identificar quais eram os responsáveis por cada uma das rendas. Buscamos, com isso, verificar a participação relativa de cada integrante familiar na renda da unidade de produção, assim como suas condições socioeconômicas, para obter uma melhor compreensão da importância do trabalho das mulheres na família e analisar as estratégias de diversificação de cada uma das delas.

A entrevista semi-estruturada consistiu em realizar perguntas a respeito de trajetória, migração e sucessão, assim como de participação das famílias em organizações locais/regionais, buscando conhecer o perfil social de cada família e de cada uma das 7 mulheres, e compreender os possíveis efeitos nas relações sociais devido à participação na AGF.

Salienta-se que o roteiro de questões das entrevistas foi sendo adaptado a cada nova visita, de acordo com questões que foram surgindo ao longo do processo de pesquisa. Isso demandou retornar a algumas casas já visitadas para complementar alguma questão que ficou em aberto ao longo do percurso. Procurou-se compreender as motivações (não apenas financeiras) e adentrar ao campo da racionalidade do grupo para perceber os efeitos na autoestima dessas mulheres, a dinâmica familiar e as trajetórias das famílias na sucessão da UP.

Por meio desse contato com as famílias durante a aplicação do questionário e da realização das entrevistas, se observou a interação e o conhecimento das mulheres acerca do controle financeiro, o que, posteriormente, embasou a análise socioeconômica das famílias.

O questionário socioeconômico foi respondido por algumas das mulheres da AGF enquanto trabalhavam, em outros casos, as entrevistas aconteceram em suas casas na presença do marido. Portanto, algumas perguntas foram feitas mais de uma vez procurando perceber possíveis mudanças de comportamento no ambiente de trabalho e no familiar. Buscando

sempre direcionar as perguntas de acordo com o local, falando-se sobre a relação com as colegas nas entrevistas em casa e sobre a divisão do trabalho doméstico familiar quando se encontravam sozinhas, por exemplo.

As perguntas em relação à AGF, seu histórico e forma de organização eram feitas ao grupo, sem um direcionamento específico a cada uma delas, sendo respondidas por quem se prontificava. Nas primeiras visitas, as perguntas eram respondidas primordialmente por Fátima e nas visitas posteriores as colegas passaram a interagir mais e a responder também. Nas entrevistas nos domicílios, as perguntas foram sempre direcionadas as mulheres, mesmo na presença dos maridos. No diário de campo foram anotados comentários de cunho pessoal ou a respeito da AGF feito pelos maridos, tanto durante essas entrevistas quanto nas conversas impessoais.

Simultaneamente a essa etapa foi feita ainda a coleta de dados a respeito da comercialização e da organização financeira da AGF. Foi permitido também participar de momentos de vendas com Fátima e Joana durante um dos dias da pesquisa de campo.

A organização financeira da AGF foi feita via a checagem das anotações nos cadernos de controle da fábrica e toda a análise financeira foi feita com base na leitura e anotações feitas no tempo de acesso a esses cadernos. Essas anotações permitiram estimar a média de entradas, saídas e sobras da AGF, os principais gastos com matéria-prima e as fontes desses produtos.

Os dados obtidos, por meio dos questionários, das entrevistas e do diário de campo foram examinados por meio da análise de conteúdo e do discurso, um recurso metodológico que “articula a superfície descrita e analisada com os fatores que determinam suas características: variáveis psicossociais, contexto cultural, contexto e processo de produção da mensagem” (MINAYO, 1993, p. 203), com base no referencial teórico previamente estudado.

2.2. DA COMUNIDADE AO SUDOESTE PARANAENSE

O estudo se desenvolveu em uma comunidade rural localizada no município de Pranchita no estado do Paraná. A cidade possui população estimada em 5.558 habitantes, com área territorial de 225,535 km², localizada

no extremo Sudoeste do estado, fazendo fronteira com a Argentina, conforme pode ser visto na mapa na Figura 1. Pranchita conta com um produto interno bruto (PIB) per capita de R\$ 27.271 e um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) 0,752. O grupo de mulheres dessa pesquisa criou uma Agroindústria Familiar Rural localizada na zona rural de Pranchita.

Figura 1: Localização da cidade de Pranchita no mapa do Paraná



Fonte: adaptado de IPARDES⁵ (2016)

Segundo informações colhidas no IPARDES (2016), a principal ocupação da população do município de Pranchita é agrícola, com 989 pessoas, sendo que o comércio, em segundo lugar, ocupa 670 pessoas. A cidade conta com mais de 36% da população residindo em área rural, à taxa de crescimento geométrico da população rural, no entanto, decaiu no último censo demográfico (feito em 2010), apresentando uma taxa de -4,18% em relação a uma taxa 1,33% positivo na área urbana.

A diversificação das atividades rurais, tais como o trabalho em uma Agroindústria Familiar Rural, se mostra como um importante fator da manutenção da atividade rural (ELLIS, 2000), a qual aparenta ser necessária no contexto da cidade que apresenta decréscimo demográfico no meio rural.

⁵ IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

O município se localiza na Mesorregião Sudoeste, que pode ser considerada pouco urbanizada, em comparação com o Estado, esta Mesorregião é a segunda menos urbanizada do Paraná. 30,42% da população média da região é considerada rural, percentagem de grande relevância em comparação com a média estadual (14,67) e nacional (15,64). A Mesorregião Sudoeste é a segunda com maior população rural, ficando atrás da Mesorregião Centro-Sul com 31,38% (IPARDES, 2004; PNUD, 2013).

Segundo IPARDES (2004, p. 23), o Sudoeste é um importante reduto da agricultura familiar, devido à “disponibilidade de terras férteis conjugada ao relevo acidentado, que, ao dificultar a mecanização da agricultura em grande escala, representou uma proteção natural à agricultura familiar”. Além disso, há também a importância cultural desse modo de produção trazido pelos gaúchos e catarinenses, que prioriza a pequena produção diversificada.

Apesar de suas características fortemente rurais a região apresenta um bom desempenho na maioria dos indicadores que apresenta. “Os indicadores populacionais apontam para um estágio relativamente avançado de transição demográfica, normalmente verificado em áreas mais urbanizadas” (IPARDES, 2004, p.24)

Analisando o IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) percebe-se que a maioria dos municípios ocupa posições intermediárias no *ranking* estadual do IDH-M, o município com menor índice de IDH-M é Manfrinópolis com 0,645 e o com o maior índice é Pato Branco com 0,782. Segundo análise do IPARDES (2004), o bom desempenho no IDH-M é resultado do componente educação, pois na maior parte dos municípios do Sudoeste a taxa de escolarização, encontra-se acima da média do estado, seja ela nos níveis fundamental ou pré-escolar. A mesorregião Sudoeste apresentava no ano de 2010 três municípios entre os 20 municípios com melhor IDH-M do estado e nenhum município entre os 20 piores (PNUD, 2013).

A região também se destaca pelos avanços observados em relação à saúde. É uma das poucas mesorregiões a registrar mudanças positivas na renda per capita (R\$ 666,246), estando ainda abaixo da media estadual (R\$ 890, 890) e nacional (R\$ 793, 870) e novamente acima da média da mesorregião Centro-Sul (R\$ 471 973). Percebe-se também que 1/4 das famílias ainda se encontram em condições de pobreza, demonstrando a desigualdade ainda presente na mesorregião (IPARDES, 2004).

2.3. O UNIVERSO PESQUISADO: A FÁBRICA DAS SETE MULHERES

O universo da pesquisa gira em torno da agroindústria familiar rural, também chamada de fábrica de bolachas São Roque, sendo a população estudada composta por sete agricultoras que participam da agroindústria familiar rural no ano de 2016 assim como suas famílias. Somam-se a essas algumas conversas informais com vizinhos e consumidores com o propósito de conhecer melhor as redes de relações dessas mulheres.

2.3.1. Conhecendo as sete mulheres

A apresentação a seguir procura expor algumas informações básicas para introduzir o leitor na fábrica e nas casas das sete famílias estudadas, assim como características que se destacaram nas entrevistas, informações a respeito da economia familiar e diversificação dos meios de vida.

No caso 01, **Isabel** tem 51 anos, é casada, mãe de 2 filhos e nascida em Pranchita de pais também agricultores vindos do Rio Grande do Sul. Sua família tem acesso a 1,21 hectares (ha) de terra, explorada em regime de parceria⁶. Na UP permanecem os filhos e o marido, filha que não demonstra interesse pela agricultura e pretende sair da comunidade quando terminar os estudos, assim como fez seu único irmão que embora ainda resida na propriedade trabalha na cidade e não tem planos de permanecer na UP.

O casal se mostra bastante envolvido com a comunidade e apresenta uma expressiva participação social, sendo associados das cooperativas Coagro (Cooperativa Agropecuária Capanema) e Cresol, do sindicato dos trabalhadores rurais da cidade, além de apresentar um grande envolvimento com a igreja da comunidade. Isabel participa ainda do clube de mães, caracterizado por encontros semanais de mulheres da comunidade onde jogam cartas e fazem outras atividades de lazer. Na organização da vida financeira da família ela afirma não haver divisão dos gastos entre ela e o marido, sendo o dinheiro recebido na fábrica tratado como renda familiar e não individual,

⁶ Espécie de contrato agrário onde o proprietário cede a um parceiro o uso das terras em troca de uma proporção dos lucros obtidos.

conforme característico da organização econômica familiar camponesa, que, segundo Chayanov (1974) é constituída pela indivisibilidade das rendas da família.

Clara tem 51 anos, casada, tem dois filhos e é nascida e criada em Pranchita, sendo filha de agricultores do Rio Grande do Sul. Os filhos já saíram do estabelecimento e nele permanecem apenas Clara e o marido, ela não tem muito tempo para na UP devido ao trabalho da agricultora na agroindústria, enquanto o marido tem dificuldades em trabalhar na agricultura devido a um problema de saúde do qual esta enfrentando impedimentos para se aposentar⁷.

O casal participa do Sindicato, da COOPAFI (Cooperativa de Comercialização da Agricultura Familiar Integrada) e da SICREDI. Eles eram sócios da Cresol mais saíram da cooperativa há pouco tempo devido a problemas administrativos ocorridos na cooperativa. Apresentam ainda significativo envolvimento com a igreja local. Clara participa ainda dos grupos da igreja e do clube de mães da comunidade.

Quando questionada sobre os motivos que a levaram a diversificar ela afirma que “não dá pra viver sem o dinheiro da fábrica”⁸. Durante nossa visita a casa dela, ela mostra com orgulho os móveis e eletrodomésticos comprados com o dinheiro recebido na fábrica. Quando questionada sobre a divisão dos gastos na família, assim como sobre a importância da fábrica na vida dela, aponta novamente para os móveis novos que dispõe enquanto explica que a renda obtida através da agroindústria familiar é a principal renda da família.

Joana tem 35 anos e é a mais jovem do grupo. Nasceu em Pranchita, é casada e mãe um filho de 11 anos. As terras da família são exploradas em parceria com os pais do casal e somam 16,94 hectares no total, as quais são em grande parte utilizadas para plantação de pastagem para as 25 vacas de leite que são a principal fonte de renda da UP.

A família participa do sindicato de trabalhadoras rurais da cidade, da cooperativa CRESOL, da SICREDI, e tem ainda envolvimento com a igreja da comunidade da qual Joana é parte da diretoria.

Ela foi à única das 7 mulheres que entrou pra fábrica depois das demais, se juntando ao grupo em 2013. Ela se destaca no grupo por ser uma das

⁷ Ao final da pesquisa o estado de saúde do marido de Clara se deteriora expressivamente, ele consegue a aposentadoria por invalidez e ela se afasta da fábrica para acompanhar o tratamento do marido.

⁸ Citação coletada em entrevista

poucas mulheres com carteira de motorista e dessa forma uma das responsáveis pelas vendas, o que pode ser visto como um fator explicativo para as indicações de proatividade e liderança recebida por ela no questionário de capital social (mais aprofundado no tópico 5.3).

Ana tem 51 anos, é casada, mãe de três filhos, nascida em Espumoso – RS, filha de pais também agricultores, mora na comunidade São Roque desde 1981 e se auto intitula “agricultora e do lar”.

No estabelecimento de 4 ha explorados em parceria com o irmão do marido permanece apenas o casal. O marido trabalha integralmente fora da UP e Ana também trabalha mais de 8h por dia na AGF.

Ambos são sócios do sindicato dos trabalhadores rurais, o marido é sócio da Cresol e Ana é sócia da COOPAFI, além envolvimento com a igreja da comunidade.

Ela aponta o surgimento de novas oportunidades como principal motivo para diversificar os meios de vida. Nos termos de Ellis (2000), as estratégias de diversificação dos meios de vida ocorrem em um contexto de choques ou tendências, de ameaças ou oportunidades.

Leci tem 63 anos, é casada, mãe de 5 filhos. Ela é filha de pais também agricultores imigrantes do Rio Grande do Sul. Na propriedade de aproximadamente 4 hectares permanece apenas o casal.

Ambos são aposentados e o marido trabalha durante alguns meses no ano com o beneficiamento de cana de açúcar. Antes de participar da AGF ela trabalhava com produção leiteira, mas considera a ocupação atual muito melhor.

O casal participa da associação da comunidade, do sindicato dos trabalhadores rurais de Pranchita, além do expressivo envolvimento com a igreja. Leci frequenta ainda os encontros semanais do clube de mães.

Lurdes tem 67 anos, é casada, mãe de 4 filhos, nasceu em Santa Rosa (Rio Grande do Sul) e mudou-se para Pranchita em 1973 com o intuito de trabalhar na agricultura e comprar terras em conjunto com o marido. Se estabeleceram na comunidade onde criaram os filhos e lá residem até hoje.

Na UP com Superfície Agrícola Útil de 2,42 ha, reside apenas o casal que acabou de construir uma casa nova mais perto da propriedade das filhas.

O casal é sócio da Cooperativa Cresol e do sindicato de trabalhadores rurais de Pranchita, além disso, tem uma participação ativa na igreja da comunidade e Lurdes frequenta os encontros do clube de mães.

Fátima tem 42 anos, é casada, mãe de 2 filhos, nascida em Pranchita, filhas de agricultores nascidos no Rio Grande do Sul (filha de Lurdes). A força de trabalho da família é composta pelo casal e dois filhos, mas apenas o marido se dedica integralmente a UP, utilizada nos 6,5 ha herdados do pai do marido e que são explorados em parceria com o irmão.

O casal é sócio da Cresol e do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Pranchita, além da participação ativa na igreja da comunidade, da qual Fátima faz parte da diretoria. Ela ainda participa do conselho fiscal da Cresol e dos encontros do clube de mães da comunidade. Demonstrando, dessa forma, que a posição de proatividade e liderança que assume dentro da agroindústria (demonstrado na análise de capital social) se estende também aos demais âmbitos da vida pública.

Os filhos do casal ainda residem na UP, o mais velho trabalha como vendedor e passa muitos dias fora de casa e a filha adolescente tem um trabalho na cidade para o qual ela vai diariamente de moto ou de carona com os vizinhos. Segundo Fátima os filhos gostam de morar na UP, mas tem intenção de sair de lá devido à necessidade de trabalhar fora.

2.3.2. Conhecendo a agroindústria familiar rural São Roque

A agroindústria familiar existe desde 2001, tendo início com uma proposta da prefeitura apresentada em uma reunião com os moradores da comunidade, parte do programa Paraná 12 meses, o programa é executado em parceria com o Banco mundial e tem como objetivo “contribuir para a melhoria das condições sociais dos pequenos agricultores” (SIMEP, 2016). Esta é a principal política pública utilizada pela AGF, embora não seja a única, conforme pode ser verificado no capítulo 5, quais demonstram a importância das políticas públicas tanto para a criação e manutenção de AGFs como para a emancipação feminina como se verifica em nosso caso.

A prefeitura cedeu um espaço (Figura 2) para a organização da agroindústria a ser criada e as mulheres da comunidade marcaram um

segundo encontro para definir as diretrizes do projeto. Do segundo encontro para a efetivação da fábrica o número de pessoas interessadas diminuiu bastante, iniciando-se o projeto com 13 pessoas.

Figura 2: Sede da Agroindústria Familiar Rural São Roque



Fonte: Dados da Pesquisa (2016)

Durante os 14 anos de existência da fábrica cinco mulheres abandonaram a atividade, uma delas saiu há três anos para ter tempo de cuidar de um familiar doente, mas o principal motivo para a saída das mulheres da fábrica, apontado por aquelas que permaneceram, é a idade. Outro importante motivo para o abandono da atividade foi que no terceiro ano de existência da fábrica elas decidiram financiar um carro e muitas delas desistiram por receio do compromisso a longo prazo e do risco assumido com as parcelas do carro.

Não há uma rotatividade das participantes na fábrica, mantém-se o mesmo grupo inicial, segundo Fátima:

Agora não [pode entrar mais gente] porque aquela vez foi deixado livre para quem queria assumir [o projeto] , foi bastante dificuldades que nós tivemos pra conquistar tudo o que conquistamos, teve o carro a garagem, agora a gente não aceita qualquer pessoa entrar aqui não [...] (FÁTIMA, caso 7)

O grupo afirma que não seria justo aceitar pessoas novas no depois de tudo que elas passaram juntas para construir a agroindústria. Apresentando apenas uma exceção, onde uma integrante saiu nos últimos três anos e outra entrou para a fábrica nesse período, embora afirmem que ela entrou no lugar da outra.

Todas elas trabalham na fábrica de segunda a sexta, e afirmam continuar com a atividade agrícola nos finais de semana e nos horários em que não estão na fábrica. Ao serem questionadas sobre a profissão anterior à atividade na fábrica todas responderam que eram e continuam sendo agricultoras. A dupla jornada é uma característica comum em mulheres agricultoras com fontes de rendas diversificadas, comumente referidas na literatura sobre gênero e ruralidades (BRUMER, 2004; CARNEIRO, 2003; PAULILO, 1987; SCHNEIDER, 2003).

A média de idade do grupo é de 51,14 anos de idade, e o desvio padrão é de 10,92. A questão da idade das mulheres da agroindústria considerada é um fator relevante - apenas uma delas tem menos de 40 anos-, pois a idade foi apontada por elas como um dos principais motivos pelo qual as colegas deixaram a fábrica⁹.

Embora hoje em dia as mulheres tenham muitos anos de experiência na atividade, nenhuma delas tinha experiência anterior. Isso é apontado por elas como a principal dificuldade no início das atividades, principalmente para a elaboração das receitas, sendo todas criadas a partir da tentativa e erro. Embora no decorrer dos anos tenham feitos muitos cursos de aperfeiçoamento, elas afirmam que os clientes deram preferências para as receitas caseiras criadas por elas.

⁹ Ao final da pesquisa essa questão volta a tona quando Leci decide sair da AGF para cuidar da mãe idosa e porque já está muito cansada devido a idade. Isso fez com que o grupo passasse a reconsiderar a possibilidade de incluir uma nova pessoa na AGF, fato que durante todo período de pesquisa era negado por elas.

3. CARACTERIZANDO A AGRICULTURA FAMILIAR E AS MULHERES AGRICULTORAS

“[Antes da AGF] eu era agricultora e continuo sendo”¹⁰
Isabel, caso 01

O presente capítulo objetiva apresentar o contexto em que se encontram nossos sujeitos de pesquisa e compreender quais são os espaços que as mulheres lutam para ocupar. As mulheres analisadas na pesquisa, quando questionadas a respeito da profissão anterior ao trabalho na fábrica responderam em uníssono que eram agricultoras e que continuam a ser, mesmo trabalhando 8h por dia em uma atividade não agrícola. Desta forma, surge o questionamento que o capítulo procura abordar: quem é o agricultor familiar? Portanto, no que segue busca-se caracterizar o que é a agricultura familiar.

Um fator relevante para a análise sobre a agricultura familiar é a questão conceitual. Aqueles que hoje são comumente conhecidos como agricultores familiares se encontram na literatura e no imaginário popular com inúmeras denominações,

o conceito de camponês adquire lugar de destaque nas ciências sociais brasileiras nos anos 50 ao mesmo tempo em que se afirma como identidade política em nível nacional. É o momento das “Ligas Camponesas”, quando a grande concentração de terras e a extrema desigualdade social se tornam mais evidentes com as mudanças verificadas nas relações de trabalho e aparecem como fundamentos da questão agrária brasileira (MARQUES, 2008, p. 60)

Só em meados da década de 1990 a expressão “agricultura familiar” emergiu no contexto brasileiro. Segundo Schneider (2003) a popularização desse novo conceito foi de fundamental importância para um número crescente de estudos sobre o tema.

A criação do Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar trouxe consigo a consolidação do conceito de agricultor familiar, assim como a própria definição de agricultura familiar na lei 11.326/2006, segundo a qual, o público alvo deveria ser o que se enquadra nos seguintes pressupostos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou

¹⁰ Citação extraída em entrevista

empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (PRONAF, 2006)

Na literatura existem divergências em relação ao conceito, especialmente na questão de sua relação com o conceito de camponês. Autores como Abramovay *et al.* (1998, p. 22) explicitam a distinção entre a agricultura familiar e o campesinato, elevando o agricultor moderno a um patamar social mais avançado em relação ao antigo camponês. Para o autor “uma agricultura familiar altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa”.

Já para Wanderley (1996; 2004), o agricultor moderno ainda mantém muitos traços dos camponeses. Ela considera que a agricultura familiar é um conceito genérico e o campesinato estaria incluso nesta categoria. Para a autora, o campesinato seria uma espécie de agricultor familiar, ou uma forma de agricultura abrangida pelo conceito de agricultura familiar. O agricultor familiar moderno seria resultado de uma evolução histórica do camponês, mantendo o vínculo entre os dois sujeitos. Sendo assim, o conceito utilizado no decorrer desta pesquisa é baseado naquele elaborado por Wanderley (1996; 2004), onde a agricultura familiar é o conceito genérico que abrange diversas formas de agricultura e o campesinato está incluso nesta categoria. Nesse sentido, no decorrer do texto, poderão ser encontrados ambos os termos com o objetivo de descrever o grupo pesquisado.

Para ambas correntes analíticas o caráter familiar é a característica básica de definição tanto para o agricultor familiar, quanto para o camponês (CHAYANOV, 1974). Sobre essa característica Wanderley (1996, p. 2) conclui que “o caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo: o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente”. O elo entre a produção e a família é muito mais do que apenas uma das características da agricultura familiar. Fazendo jus ao nome, a agricultura familiar tem na produção em família sua estrutura fundamental. Esta é a característica que mais se destaca no tema da agricultura familiar.

Nossos sujeitos de pesquisa apresentam tal formação, pois todas as sete famílias estudadas trabalham na unidade de produção de forma conjunta, conforme fizeram anteriormente nas propriedades dos pais e agora com alguns de seus filhos. Isso demonstra o caráter geracional da agricultura familiar.

Nas famílias estudadas percebemos fortes traços da modernização. A principal renda da maioria das famílias são as commodities milho e soja. Essas culturas demonstram ainda nessas famílias grandes variações de produtividade e renda devido a questões climáticas e econômicas. Na pesquisa foi possível observar que as famílias que dependem em maior proporção de tais culturas demonstram uma menor renda total e uma maior vulnerabilidade do que as demais.

O agricultor familiar moderno se apresenta extremamente dependente de fatores externos, fato este que se deve especialmente à introdução da modernização na agricultura. Os melhoramentos tecnológicos e genéticos deixaram os agricultores mais dependentes de maquinários, agrotóxicos e produtos transgênicos, criando, conseqüentemente, uma dependência da indústria e de fatores exógenos em geral.

Algumas das principais conseqüências do avanço tecnológico na agricultura, apontadas por Hass (2008), diz respeito à redução da mão de obra utilizada e a necessidade de maiores investimentos financeiros. Isso aliado ao fato de que a renda dos agricultores quando baseada na produção de commodities é extremamente dependente, não só das variações climáticas, como das variações de preços internacionais, tanto na compra de insumos quanto de venda de sua produção, o que deixa o agricultor em situação de total dependência de fatores dos quais não tem controle.

A unidade de produção familiar apresenta uma série de peculiaridades em relação aos demais sistemas produtivos, as quais são perceptíveis especialmente em relação às resistências e alternativas encontradas frente às pressões externas. Estas características específicas são compostas pela organização da produção, das relações mercantis, das relações de parentesco ou vizinhança, entre outras.

Van der Ploeg divide os sistemas agrícolas no mundo atual em três arranjos: “a produção capitalista, a agricultura empresarial e a agricultura camponesa”. A produção capitalista tem a relação salário-trabalho como central; a agricultura camponesa é baseada especialmente em capital

ecológico e a empresarial afasta-se progressivamente da natureza, utilizando “insumos e outros fatores artificiais de crescimento [que] substituem os recursos naturais, o que significa que a agricultura está sendo industrializada” (PLOEG, 2009, p.17).

O autor denomina de “condição camponesa” a constante luta por autonomia e progresso, visto que a agricultura camponesa está inserida em um ambiente hostil e vive uma contínua luta por autonomia em relação a esse ambiente. O progresso interno, almejado pelos camponeses constitui “uma forma de construção e reprodução de um meio de vida rural em um contexto adverso caracterizado por relações de dependência, marginalização e privação” (PLOEG, 2009, p.18-19). Essa luta por autonomia tem por objetivo e se materializa na “criação e no desenvolvimento de uma base de recursos autogerida, envolvendo tanto os recursos sociais como naturais” (PLOEG, 2009, p.19). A agricultura camponesa é extremamente associada a recursos naturais e não mercantilizados, tanto no sentido de insumos quanto de produtos, pois os têm disponíveis em seu estoque de capital ecológico. Sendo assim a agricultura camponesa, contrariando a lógica capitalista, é menos dependente dos mercados, podendo até ser considerada “autossuficiente (ou auto-abastecida)” (PLOEG, 2009, p.20).

Para os camponeses as relações de parentesco e vizinhança são fundamentais. As mulheres da fábrica de Pranchita, afirmam que essas relações são centrais na organização da AGF, pois são estes laços que possibilitam a sua continuidade. As relações de troca, reciprocidade, confiança e ajuda mútua permeiam essas relações (mesmo quando também há desavenças). Essas relações foram analisadas por Mauss (2003, p.191) em um estudo clássico da antropologia. O autor afirma que as “prestações e contraprestações se estabelecem de uma forma, sobretudo voluntária, por meio de regalos, presentes, embora elas sejam no fundo rigorosamente obrigatórias [...]”. É muito comum no meio rural esse sistema de trocas de presentes e favores. As gerações passadas o faziam especialmente em detrimento da falta de capacidade de armazenamento dos alimentos por longos períodos de tempo e dessa forma quando uma família “carneava” um boi, por exemplo, ela distribuía carne para os vizinhos, como presentes e quando esses vizinhos tinham uma boa colheita ou carneada estes tinham a obrigação moral de retribuir essas dádivas.

Nas comunidades rurais hoje em dia muitos traços desses antigos hábitos permanecem. Na AGF pode ser visto no hábito de comprar produtos dos vizinhos e estes comprar produtos da fábrica, além de uma escolha econômica, devido aos melhores preços e menores custos de transporte, essa relação envolve ainda uma obrigação moral com a comunidade. Muitas vezes essas trocas, representadas no caderno de controle por um nome rasurado, não envolvem movimentações financeiras, sendo os produtos “comprados” na AGF pagamento para os bens que elas “compraram” dos vizinhos.

Mauss (2003, p. 191) afirma que as trocas que ocorrem entre os grupos “não são exclusivamente bens e riquezas” podem ainda ser vistas em forma de favores ou obrigações. Essas relações de troca, segundo o autor, tinham como objetivo além da questão comercial produzir “laços de amizade entre os indivíduos” (MAUSS, 2003, p. 211). Na AGF uma situação específica remete a esse sistema de trocas: em conversa com as colegas Fátima aponta motivos para negar o pedido de uma vizinha para trabalhar na AGF, dentre estes motivos esta uma situação onde a citada vizinha nega uma carona para a filha de Fátima.

Perceber estes fatores nos mostra o quanto é imprescindível olhar Agroindústria Familiar Rural de forma mais ampla do pensamento estritamente econômico para que seja possível realmente compreender seu processo de formação e tomadas de decisão, pois a forma como as decisões são tomadas dentro da AGF envolvem além das estratégias de mercado características da economia, inúmeras ações e relações específicas do contexto no qual se encontram, como é o caso desse sistema de troca de favores e dádivas típico do meio rural.

Também seus traços de produção familiar acabam diferenciando a agroindústria familiar de uma indústria urbana em diversas maneiras, como por exemplo, a opção por não contratar mão de obra externa ou não ampliar o quadro de participantes da fábrica constantemente.

Na fábrica, da mesma forma que nas famílias de cada uma delas, as estratégias de compra, venda e troca ocorrem em um âmbito de relações de proximidade, nas quais as mulheres procuram, antes de sair da comunidade, adquirir seus insumos na vizinhança, levar “de casa” ou comprar de pequenas agroindústrias da comunidade rural. O leite, por exemplo, foi por muitos anos obtido através da produção de cada uma delas. Com o passar do

tempo e o aumento da produção da fábrica, elas decidiram passar a comprar “de fora”. O mesmo processo pode ser observado nos demais insumos para a produção.

Dessa forma, o grupo procura utilizar seus meios pessoais para produzir, em conjunto, bens comercializáveis para que assim possam ajudar ou manter suas famílias e para isso utilizam da colaboração de uma série de pessoas e instituições que acabam criando uma rede de apoiadores que mantém a agroindústria familiar em funcionamento. Sejam os vizinhos que compram e/ou os vendem produtos, os colegas de igreja que geram contatos para comercialização, o pequeno mercadinho ao qual elas fornecem há 14 anos, todos de alguma maneira formam uma rede de colaboração que permitiu a existência da fábrica por tantos anos.

Essas redes de relações entre os vizinhos e parentes, percebidas no grupo, são segundo Van der Ploeg (2009), presentes no meio rural de forma mais expressivas do que no urbano e o senso de comunidade é muito mais presente nos pequenos produtores do que nos grandes, caracterizado pela forte presença de capital social nas comunidades rurais. Capital social, segundo Putnam (2002, p. 177) se refere a “características da organização social, como confiança, normas e redes, que podem melhorar a eficiência da sociedade ao facilitar ações coordenadas”. Esse tema será mais aprofundado a frente, no tópico 5.3 sobre a mensuração do capital social na AGF.

A agricultura familiar é caracterizada pelo seu constante processo de resistência: às externalidades negativas das quais não tem controle, às pressões do mercado dominado pelas grandes empresas, a preconceitos de classe social, ao abandono político, à um sistema que ainda, depois de tantos anos, insiste em pressionar a classe ao desaparecimento. Essa resistência se demonstra não só na luta pela sobrevivência às pressões capitalistas, mas também nas resistências ao não se tornar igual a eles, mantendo seu modo de vida ao passo que adapta seus meios de vida, sobrevivendo assim ao sistema, se adaptando a ele, sem sucumbir ao seu suposto desaparecimento.

Nesse sentido, o tópico a seguir trata da diversificação dos meios de vida como processo de resistência da agricultura familiar, analisando as formas como a literatura trata esse processo, como se caracteriza e onde o encontramos no grupo estudado.

3.1. ESTRATEGIAS DE RESISTENCIA: DIVERSIFICAÇÃO DOS MEIOS DE VIDA

*“Não dá pra viver sem o dinheiro da fábrica”
Clara, caso 02*

A criação da agroindústria familiar é uma estratégia de diversificação dos meios de vida utilizadas pelas sete famílias pesquisadas. Os agricultores familiares buscam constantemente alternativas para fugir do controle externo sobre o estabelecimento rural sendo a diversificação uma alternativa muito empregada no meio. Com nossos sujeitos de pesquisa além da AGF percebemos ainda essas estratégias no que se refere ao autoconsumo, já que todas as famílias possuem pequenas hortas e animais de pequeno porte para o autoconsumo além das atividades principais de renda agrícola. Em algumas dessas produções existentes para o autoconsumo acabam ainda obtendo excedentes comercializáveis que complementam a renda total.

Algumas dessas famílias têm rendas provenientes também de outras fontes, além da agroindústria. Em geral, para as famílias menos diversificadas a renda proveniente da agroindústria tem um peso maior, como exceção a essa regra está o caso 3 (Joana) onde a única forma de diversificação é a AGF, mas a produção leiteira representa uma parcela muito maior de significância financeira para a familiar. A principal renda familiar da maioria das famílias pesquisadas ainda se relaciona às *commodities*.

Quando agricultores dependem unicamente da produção de *commodities* ficam sujeitos intensamente às variações climáticas e aos preços no mercado externo. Hass (2008) aponta que a diversificação tem uma tendência a afastar os produtores da produção de *commodities* agrícolas e dessa forma se mostra benéfica para o meio ambiente assim como para a estabilidade econômica dos agricultores. O fato dos agricultores familiares possuírem poucas alternativas de comercialização é ainda apontado por Hass (2008) como um dos gargalos históricos, que obriga estes a produzir o que o modelo existente exige sendo este um dos maiores entraves para o desenvolvimento dos pequenos e médios agricultores ao longo da história. Nesse sentido, a diversificação da produção seria a solução encontrada pelo produtor para esse problema.

Um debate importante sobre a diversificação foi estabelecido por Schneider (2003) que observou o aspecto inter-setorial da diversificação da renda, com o debate sobre a pluriatividade como a forma de organização do trabalho familiar em que os indivíduos de uma família “passam a se dedicar ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas a agricultura e ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção” (SCHNEIDER, 2003, p. 100-101). Quando observamos esse acesso a empregos urbanos em nosso campo de pesquisa, percebemos que essa realidade perpassa algumas famílias, como a de Ana, na qual o marido possui um emprego urbano e ela trabalha na agroindústria que é fora da unidade de produção familiar. Também no caso de Fátima, o filho mais velho possui um emprego urbano e continua morando na UP e, no de Isabel, o filho mais velho possui um emprego na cidade e mora na UP. Essas famílias são consideradas famílias que possuem estratégias de pluriatividade e não agricultores que estão se urbanizando, por exemplo.

Nesse sentido, Wanderley (2003, p.52), assim como Schneider (2003), afirma ser a pluriatividade uma estratégia familiar para “assegurar a reprodução dessa e sua permanência como ponto de referência central e de convergência para todos os membros da família”, não sendo um processo gradual de abandono das atividades agrícolas como alegado pelos que defendem a teoria da extinção do camponês devido à modernização.

A diversificação das rendas¹¹ é, dessa forma, uma estratégia empregada pelas famílias camponesas para reduzir o risco produtivo ou de renda, mas a mulher agricultora acaba desencadeando alguns outros efeitos além da segurança de renda familiar. Wanderley (2003), afirma que no caso da mulher o trabalho externo à unidade produtiva pode ter dois significados:

Às vezes, é o caminho pelo qual a mulher adquire uma maior capacidade de participar dos ganhos da família (ela contribui para a família com o dinheiro que ela mesma ganhou); às vezes, o que ela ganha é investido de alguma forma na produção ou destinado a pagar dívidas do estabelecimento familiar. Em outros casos, o trabalho externo da mulher tende a criar um distanciamento em relação ao estabelecimento familiar. É uma autonomia para fora, semelhante à individualização dos jovens. É como se ela tivesse sua própria

¹¹ Os termos diversificação das rendas, diversificação da produção e pluriatividade quando usados no trabalho não representam sinônimos de diversificação dos meios de vida, conceito muito mais abrangente conforme nota-se no decorrer do texto. Esses são usados como parte integrante dessas estratégias de diversificação dos meios de vida.

profissão e fosse apenas à esposa do agricultor (WANDERLEY, 2003, p.53).

Essa visão se relaciona bastante a questão da indivisibilidade da renda agrícola apontada por Chayanov (1974). Para as famílias camponesas, segundo o autor, a renda familiar é um todo indivisível, pois a família se conforma como um organismo econômico único.

A diversificação dos meios de vida em Frank Ellis (2000, p. 10) é utilizada de forma ainda mais ampla. Ao se referir à capacidade de diversificação do agricultor, o autor se utiliza do conceito de diversificação dos “meios de vida” que compreende os “ativos (natural, físico, humano e capital social), as atividades, e acesso a essas (mediado pelas instituições e relações sociais) que juntos determinam a renda gerada pelo indivíduo ou pela família”.

Ao relacionar a questão de gênero ao estudo da agricultura familiar podemos perceber em destaque a questão do acesso a esses ativos e atividades e como é exatamente nestes pontos que a mulher agricultora começa a se diferenciar do homem agricultor. Um dos pontos que caracterizam o agricultor familiar é o fato de ele ser dono dos meios de produção assim como da mão de obra, então ele se diferenciaria do capitalista ao gerar rendas a partir da auto exploração. Quando nos referimos à mulher agricultora percebemos que ela tem uma mão de obra com menos valor de mercado (mas com mesmo valor de produção) e uma grande dificuldade de acesso a esses meios de produção, os quais estão geralmente nas mãos do marido, pais e até filhos homens. No mercado de terras, por exemplo, Deere e Léon (2003) destacam que além das dificuldades enfrentadas pelos agricultores em relação a recursos financeiros limitados ou a falta de acesso ao crédito, as mulheres ainda enfrentam os fatores de exclusão culturais, estruturais e institucionais.

As estratégias de diversificação se mostram, dessa maneira, relacionadas tanto a reprodução da família camponesa quanto a estratégia de resistência e produção da mulher agricultora. Para Ellis (2000), a estratégia reprodutiva do agricultor familiar e a capacidade de diversificar os meios de vida são definidas como “o processo pelo qual a família rural constrói e cada vez mais diversifica o portfólio de atividades e ativos para sobreviver e para melhorar seu padrão de vida” (ELLIS, 2000, p. 15).

Ainda a definição de Ellis a “diversificação dos meios de vida não é sinônimo de diversificação de renda”, muito embora na grande maioria das análises sejam unicamente essas que são avaliadas (ELLIS, 1998, p. 5). Os meios de vida se diferem das fontes de renda, pois as fontes de renda incluem os pagamentos em dinheiro e em bens que podem ser valorados em preços de mercado, enquanto um “meio de vida engloba renda, ambos o dinheiro e materiais, assim como as instituições sociais [...] relações de gênero, e direitos de propriedade necessários para suportar e sustentar um dado padrão de vida” (ELLIS, 1998, p.4). Relações sociais, instituições e acesso a serviços públicos (saúde, educação, estradas, etc.) também influenciam diretamente na diversificação dos meios de vida. Tal diferenciação justifica a escolha da utilização do termo no presente trabalho.

Os meios de vida são mediados por uma série de instituições sociais presentes na vida dos agricultores. Estas instituições podem agir de forma a suprimir oportunidades a certos membros de uma comunidade enquanto melhora essas oportunidades para outros membros (ELLIS, 1998; 2000). O que é perceptível na dificuldade das mulheres em acessar certos recursos seja em relação a meios de produção, políticas públicas e mercados, por exemplo.

A diversificação dos meios de vida é responsável por trazer uma maior segurança financeira para as famílias, gerando um maior controle sobre o estabelecimento, ao desvincular o estabelecimento de diversos fatores exógenos ligados à atividade agrícola, gerando maior segurança financeira para o agricultor que não dependerá de apenas uma fonte de renda.

O diagrama dos meios de vida de Ellis (2000), apresentado no tópico II, demonstra os recursos da família, aquilo que altera o acesso a esses recursos, em que contexto tal acesso acontece e que acaba resultando nas estratégias de meios de vida que são compostos de recursos naturais ou não e possuem efeitos na segurança e sustentabilidade dos meios de vida. Em vermelho, estão destacados os itens que se encaixam em nossa análise o que demonstra a viabilidade da aplicação da perspectiva das estratégias de diversificação dos meios de vida na análise.

Nesse sentido, os recursos utilizados pelas mulheres são o capital humano, financeiro e social. Com a fábrica elas conseguem não apenas mais renda como também mais conhecimento e contatos sociais, através dos cursos realizados, viagens para participação de feiras, relações de comercialização,

etc. O acesso a esses recursos são modificados de acordo com gênero, classe, regras, costumes e práticas de mercado, os quais podem dificultar o acesso para um grupo de mulheres agricultoras. As estratégias se dão em um contexto de choques ou tendências, de ameaças ou oportunidades. No caso das mulheres de Pranchita, o fato delas se reunirem em associação é de extrema importância para melhorar o acesso aos recursos, como por exemplo, o espaço que utilizam, que era uma escola pública abandonada, e que lhes foi cedido pela prefeitura e a comunidade.

As atividades de diversificação do grupo são baseadas em recursos não naturais e dessa forma possuem efeito na segurança familiar, aumentando o nível de renda, a estabilidade financeira da família diminuindo o grau de risco e a sazonalidade da produção unicamente agrícola. Ao falar em estratégias de diversificação dos meios de vida e estratégias de resistência ao meio implicitamente nos referimos a essas agricultoras como atores sociais agindo de forma a modificar o ambiente no qual estão inseridas. Para tal visão nos apoiamos teoricamente também na perspectiva centrada no ator de Norman Long (2007), que considera que a análise centrada nos atores sociais se nutre da convicção de que é pouco satisfatório fazer análises baseadas em determinações e forças externas. “Todas as formas de intervenção externa se introduzem necessariamente nos modos de vida dos indivíduos e grupos sociais afetados e dessa forma são mediados e transformados por esses mesmos atores e estruturas” (LONG, 2007, p. 42).

Nesse sentido, embora a fábrica tenha iniciado devido a uma política pública estadual, a qual pode ser vista como uma intervenção externa, a mesma foi mediada e transformada por nossos sujeitos de pesquisa, criando através dela suas estratégias de diversificação pessoais adaptadas em cada caso de acordo com suas estratégias de organização da economia familiar, que será o tema abordado no tópico a seguir.

3.2. AS CASAS DAS SETE MULHERES: UMA ANÁLISE DA ECONOMIA FAMILIAR

*“Em casa de pobre não se divide dinheiro, só as contas pra pagar”¹²
Pedro, marido de Fátima, caso 07*

As famílias se caracterizam por suas estratégias e organização econômica particulares que se diferenciam entre si, mesmo que todas estejam num mesmo espaço, sejam agricultores e utilizem de oportunidades de diversificação similares. O estudo dessas diferenças é para Long (2007) a grande vantagem da perspectiva orientada ao ator, a qual tem interesse em estudar respostas diferentes em circunstâncias estruturais similares. Nas palavras dele:

Uma vantagem do enfoque centrado no ator é que se começa com o interesse de explicar as diferentes respostas a circunstâncias estruturais similares, quando as condições pareçam mais ou menos homogêneas. Assim se assume que os modelos diferenciais que aparecem são em parte criação coletiva dos atores mesmos. Porém, os atores sociais não devem figurar como simples categorias sociais incorpóreas (baseadas na classe ou algum outro critério classificatório), ou destinatários passivos da intervenção, mas como participantes ativos que recebem e interpretam informações e formulam estratégias em suas relações com os diversos atores locais. (LONG, 2007, p.43).

Com os sujeitos de nossa pesquisa, percebemos variações no que diz respeito aos efeitos e reações em relação à participação na fábrica no ambiente familiar. Tais variações se relacionam especialmente à relevância financeira do rendimento obtido com a agroindústria dentro da economia familiar, como pode ser visto nos casos apresentados a seguir de forma comparativa.

A análise socioeconômica¹³ das famílias foi feita com base no questionário utilizado por Perondi (2007), procurando-se avaliar o desempenho econômico das famílias com base na disponibilidade de fatores de produção e de suas estratégias de diversificação dos meios de vida. Dessa forma, para melhor compreensão metodológica segue a descrição dos indicadores agroeconômicos empregados:

¹² Citação extraída em entrevista

¹³ Os valores descritos na análise socioeconômica das famílias foram estimados pelas mulheres entrevistadas, podendo haver variações em relação as quantias reais.

1. A Superfície Agrícola Útil (SAU) é a área efetivamente utilizada para a produção agrícola calculada em hectares;

2. A Unidade Trabalho Homem (UTH) avalia a disponibilidade e o nível de utilização da mão de obra nas unidades de produção. Uma unidade de trabalho homem (UTH) corresponde a 300 dias de trabalho de 8 horas por dia (FERREIRA e MIGUEL, 2001). As mulheres que trabalham na fábrica contabilizaram um trabalho parcial na unidade de produção, contando assim como 0,5 UTH;

3. Produto Bruto (PB) corresponde ao valor total da produção agrícola da unidade de produção, seja esta comercializada e autoconsumida pela família (FERREIRA e MIGUEL, 2001);

4. Valor Agregado (VA) do sistema de produção é igual ao valor do que se produziu menos o valor do que se consumiu: $VA = PB - CI - D$. Ele corresponde ao valor da produção comercializada ou autoconsumida pela família (PB) subtraída dos custos intermediários (CI) e da estimativa da Depreciação (D) dos equipamentos e benfeitorias (FERREIRA & MIGUEL, 2001; INCRA/FAO, 1999). É utilizado para avaliar a atividade produtiva da unidade de produção e fornece uma aproximação da riqueza econômica produzida (FERREIRA & MIGUEL, 2001),

5. Renda Agrícola (RA) é à parte do valor agregado proporcionado pelas atividades realizadas na unidade de produção que o agricultor dispõe para remunerar o trabalho familiar ou investir em novas atividades (FERREIRA e MIGUEL, 2001; INCRA/FAO, 1999);

6. Renda Total (RT), corresponde à soma das rendas agrícolas (RA) com as rendas não agrícolas (RNA) – aposentadorias, aluguéis, prestação de serviços, venda direta, agroindústria, arrendamentos etc. (FERREIRA & MIGUEL, 2001; INCRA/FAO, 1999). Mais simplificada ela é a soma da renda agrícola com as rendas não-agrícolas.

Elencamos a seguir os sete casos estudados, suas características socioeconômicas, produção agrícola, qualidade de vida e estratégias de diversificação.

No **caso 01**, a família de Isabel dispõe de 1,21 hectares de terra herdados da família do marido, que é explorada em regime de parceria. Na Unidade de Produção (UP) habitam o casal e dois filhos, que resultam num total de 1,83 de UTH (Unidade de Trabalho Homem) de potencial de força de

trabalho, considerado o trabalho na AGF de Isabel e o filho mais velho que embora resida na UP trabalha e estuda na cidade.

A escassez de terra da família foi usada como justificativa da mesma por ter adotado uma estratégia de diversificação dos seus meios de vida. Com a participação na AGF Isabel recebe um total de R\$ 10.560,00 ao ano, um valor que pode variar conforme se organiza as contas da fábrica. Quanto a essa renda ela afirma não haver divisão dos gastos entre ela e o marido, sendo o dinheiro recebido na fábrica tratado como renda familiar e não individual.

Isso é um fator comum na agricultura familiar e que se caracteriza pela indivisibilidade das rendas da família (CHAYANOV, 1986). A renda tem significativa importância social na sociedade moderna (o importante é mais rentável ou o mais rentável se torna importante). Este fator influencia diretamente na questão de gênero no mundo rural, pois a indivisibilidade da renda rural dificulta a tarefa de mensurar a participação feminina atual dentro do trabalho produtivo. Dessa forma a valorização do trabalho feminino no contexto rural remete a dois problemas, a desvalorização do trabalho reprodutivo e a dificuldade de mensuração do trabalho feminino produtivo.

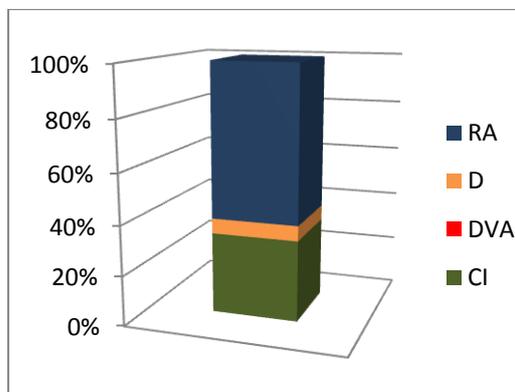
Quando se trata de renda podemos vê-la através da fonte de renda, do responsável pela renda ou de quem controla essa renda. A grande dificuldade da mulher agricultora é que mesmo quando ela participa na fonte de renda ela não é considerada responsável por essa renda e sendo assim não tem o controle da mesma. No caso dessa família a fonte dessa renda é a fábrica e a responsável é Isabel, mesmo assim, conforme a organização financeira que ocorre na agricultura familiar essa renda é dirigida ao “fundo familiar”.

A maior parte da renda dessa família é não agrícola, que representa mais de 80% da renda total da família. Os gráficos a seguir, apresentam a composição do Produto Bruto e da Renda Total. O Gráfico 1 é composto pela renda agrícola, depreciação, consumo intermediário (CI) e divisão do valor agregado (DVA). Nessas representações do primeiro caso, é perceptível que o valor do consumo intermediário (gastos com a produção) tem grande relevância na composição da renda, deixando em grande destaque as rendas não agrícolas no Gráfico 2 que representa as fontes de renda da família.

Dentre as rendas não agrícolas da família temos ainda o salário do filho que possui um emprego urbano, qual Isabel não elencou nas rendas familiares

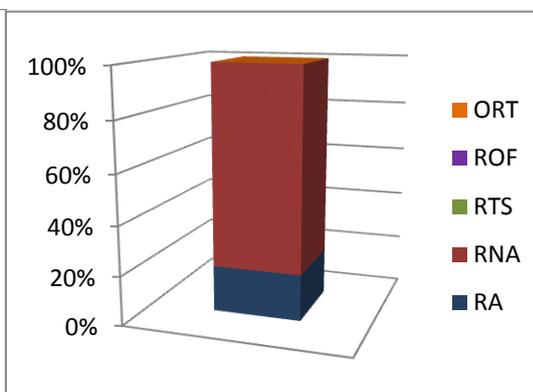
o que possivelmente demonstra que esse dinheiro não acaba indo para o fundo familiar, pois ela não considerou esta uma das fontes de renda da família.

Gráfico 1: Produto bruto caso 1



RA: Renda agrícola
D: Depreciação
DVA: Divisor do Valor Agregado
CI: Consumo Intermediário

Gráfico 2: Renda total caso 1



ORT: Outras rendas do trabalho
ROF: Rendas de outras fontes
RTS: Renda com transferência social
RNA: Renda não agrícola
RA: Renda agrícola

Fonte: Elaborado pela autora

Fonte: Elaborado pela autora

Nesse primeiro caso, observa-se que dos 1,22 hectares de terra da família a renda agrícola resulta do cultivo de grãos, como milho e soja, sendo que no último ano agrícola (no momento da pesquisa), foram plantados 1,21 hectares de soja, rendendo 50 sacas de soja, vendidas a R\$ 72,00 a saca, gerando uma renda agrícola total de R\$ 2.455,91, descontando os gastos com produção e depreciação. Em comparação a renda não agrícola da família é um total de R\$ 10.560,00, proveniente da participação da agricultora na agroindústria familiar.

Dessa forma essa família gera um valor de R\$ 2.025,49 de Renda agrícola por hectare (ha) de Superfície Agrícola Útil ao ano e um valor de R\$ 7.067,46/UTH de renda total, demonstrando a significativa importância financeira da renda não agrícola para a família em questão. Tais valores podem ser comparados às demais no Quadro 2, que consta ao final da apresentação dos sete casos.

Do ponto de vista da qualidade de vida, observa-se que a habitação dessa família é composta por sete peças, com paredes de concreto, cobertura de telha de amianto com banheiro completo (Figura 3). A família não tem carro e utiliza como principais meios de transporte a moto e a bicicleta. Possuem

ainda, além dos demais bens de consumo necessários para a casa, para entretenimento e comunicação uma televisão com parabólica e um celular para a família.

A pequena propriedade familiar possui poucas instalações além da casa principal, se resumindo a um galpão de madeira de 40m² e um chiqueiro de 60m², estimando-se um valor total de R\$ 10.289,10. Conta com uma pequena horta de 25m², pomar, porcos e galinhas, os quais são utilizados para o consumo familiar em conjunto com os produtos de transformação caseira produzidos por Isabel.

No **Caso 02**, a propriedade da família de Clara tem 14 hectares de terra própria, herdados da família do marido. A produção agrícola reveza em lavouras de milho e soja, sendo que no último ano agrícola foram plantados 8 hectares de soja e vendidas 350 sacas por R\$ 60,00, rendendo um total R\$ 21.000,00 de valor bruto no ano. Os custos de produção são estimados em R\$ 10.000,00 sendo R\$ 2.000,00 para a mão de obra e R\$ 8.000,00 para os demais gastos. Pagam ainda um custeio para plantação de soja no valor de R\$ 9.000,00. A renda agrícola total, descontando o consumo intermediário e a depreciação totaliza R\$ 5.906,00 e pode ser melhor verificada no Gráfico 4.

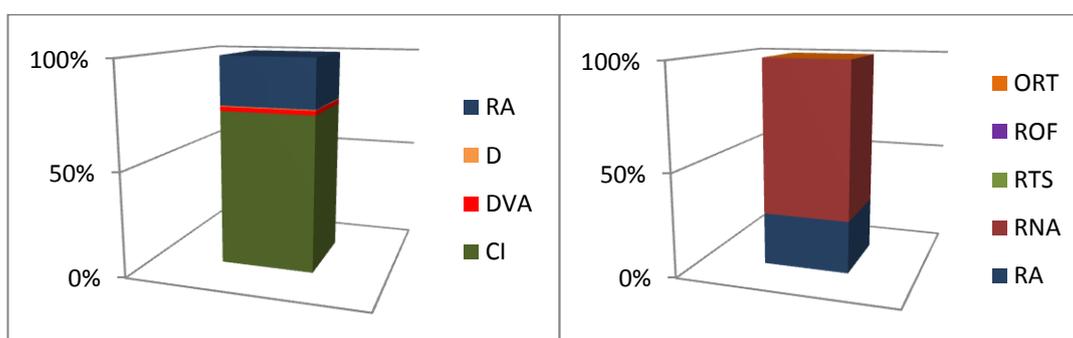
As instalações e benfeitorias da propriedade, além da casa principal, são um chiqueiro e um galpão de madeira. A UP conta ainda com uma pequena horta, 2 bezerros e 20 frangos de corte que geram um gasto estimado em R\$ 1.824,00 por ano e não tem uma margem mensurável de lucro, sendo os animais utilizados primordialmente para consumo próprio.

Na infraestrutura básica da família a habitação familiar (Figura 3) é composta por sete peças, de uma casa de madeira, telhas de amianto e banheiro completo. Além destes, possuem um estabelecimento comercial¹⁴ junto a casa composto por uma peça e um banheiro externo. Na área externa há ainda um fogão que foi instalado no momento em que o marido passou a ser responsável pelo preparo do almoço. Este fato demonstra uma significativa alteração no padrão de comportamento da família agricultora e dessa família em específico, conforme será visto mais a frente no tópico sobre a divisão do trabalho na agricultura familiar.

¹⁴ O bar localiza-se no que era garagem de casa não foi citado nem nas rendas nem na infraestrutura familiar, a família fala do estabelecimento com muito receio devido as dificuldades encontradas para a aposentadoria do marido de Clara.

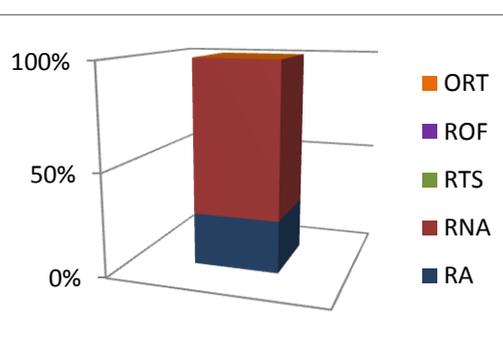
Importante ainda notar que a família possui uma Superfície Agrícola Útil grande em comparação com as demais famílias, entretanto, o sistema de produção com *commodities* agrícolas requer a contratação de mão de obra externa e gera externalidades na produção que acaba limitando a renda agrícola dessa produção. Dessa forma, a renda agrícola total é de R\$ 5.906,00, com uma RA/ha da SAU R\$ 738,25 enquanto a renda não agrícola totaliza R\$ 14.400,00 elevando a RT/UTHtot para R\$ 13.388,57 e a renda familiar total em R\$ 20.306,00.

Gráfico 3: Produto bruto caso 2



RA: Renda agrícola
D: Depreciação
DVA: Divisor do Valor Agregado
CI: Consumo Intermediário

Gráfico 4: Renda total caso 2



ORT: Outras rendas do trabalho
ROF: Rendas de outras fontes
RTS: Renda com transferência social
RNA: Renda não agrícola
RA: Renda agrícola

Fonte: Elaborado pela autora

Fonte: Elaborado pela autora

O ganho na fábrica estimado por Clara é, em média R\$ 14.400,00 ao ano. Ela justifica a necessidade de diversificar afirmando que “não dá pra viver sem o dinheiro da fábrica”¹⁵. Posteriormente, durante a visita a casa, ela mostra com orgulho os móveis e eletrodomésticos comprados com o dinheiro recebido na fábrica. Quando questionada sobre a divisão dos gastos na família, assim como sobre a importância da fábrica na vida dela, aponta novamente para os móveis novos que dispõe enquanto explica que a renda obtida através da agroindústria familiar é a principal renda da família. Neste caso excepcional a renda familiar é organizada de forma diferente, por ser responsável pela principal fonte de renda da família Clara demonstra certo controle do dinheiro, pois a família vive com o dinheiro “da fábrica”.

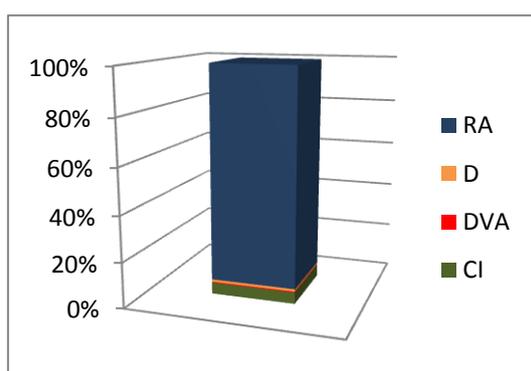
¹⁵ Citação extraída em entrevista

A agricultora estava com o braço quebrado no dia da visita, era seu primeiro dia de volta ao trabalho depois de cinco meses sem trabalhar. Quanto a esse período sua maior reclamação foi de estar sem dinheiro e de estar pagando as coisas com o “dinheiro dele”, se referindo ao marido e demonstrando a existência de uma divisão nos gastos da família em questão. Fato incomum na agricultura familiar que tem como primordial característica a indivisibilidade das rendas da família (CHAYANOV, 1974). Isso só se faz possível nesse caso em especial devido ao trabalho na agroindústria como forma de diversificação dos meios de vida.

No **Caso 03**, a família de Joana possui 16,94 hectares que são utilizados majoritariamente para plantação de pastagens para as 25 vacas de leite que sustentam a unidade de produção familiar. O rendimento anual da produção leiteira no último ano agrícola foi de 129.230,76 litros, vendidos por R\$ 1,30, resultando em um total de R\$ 1.688.156,00, com gastos em torno de R\$ 3.000,00 com ração.

Os insumos da produção giram em torno de R\$ 4.000,00 por ano em sementes e o combustível do trator, não há mais gastos com adubo devido a um novo sistema de adubação orgânica utilizado na UP. Eles pagam ainda uma prestação mensal de R\$ 3.000,00 de um financiamento de R\$ 30.000,00 que foi utilizado em investimentos na produção leiteira da UP.

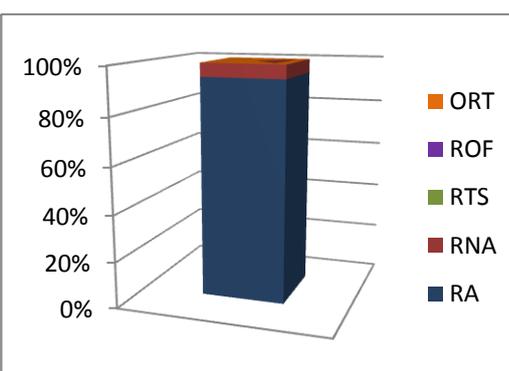
Gráfico 5: Produto bruto caso 3



RA: Renda agrícola
D: Depreciação
DVA: Divisor do Valor Agregado
CI: Consumo Intermediário

Fonte: Elaborado pela autora

Gráfico 6: Renda total caso 3



ORT: Outras rendas do trabalho
ROF: Rendas de outras fontes
RTS: Renda com transferência social
RNA: Renda não agrícola
RA: Renda agrícola

Fonte: Elaborada pela autora

O valor estimado por Joana de rendimento na fábrica é de R\$ 9.600,00 ao ano. Como justificativa para trabalhar na fábrica a agricultora afirma ser pelo “dinheiro e pela proximidade com a família”. No entanto, antes de trabalhar na fábrica ela era agente de saúde na cidade onde ganhava um salário melhor do que na fábrica, mas acabou saindo do emprego, a pedido do marido, para estar mais próxima da família. Nesse sentido, embora ela levante a questão financeira na explicação, esta não se mostra o principal motivo para a participação na atividade.

Diferente da grande maioria das suas colegas a renda familiar neste caso é composta primordialmente pela renda agrícola, representando mais de 90% do total arrecadado pela família. A natureza da produção familiar é outro diferencial nesse caso, essa tem na produção leiteira sua renda agrícola principal e não na plantação de grãos. O empréstimo no banco é usado para investir nas benfeitorias da produção de leite e as terras são utilizadas para a plantação de pasto, gastando pouco com ração para os animais. A adubação do pasto por ser orgânica e de origem animal também não gera gastos além do investimento realizado na irrigação.

O restante da produção animal da UP conta com 30 frangos de corte, utilizados primordialmente para o consumo próprio e dois tanques de peixe utilizados com o mesmo propósito. Da mesma forma são utilizadas a produção da horta da família e o sabão e compotas fabricados para o consumo familiar.

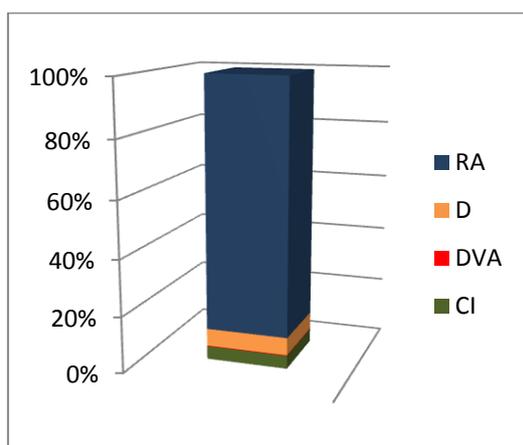
Dessa forma a jovem família se destaca das demais apresentando a menor relação entre Renda Agrícola e Consumo Intermediário (gráficos 5 e 6) e a maior Renda Total do grupo de R\$ 167.822,13. Muito embora possa sofrer com os riscos da dependência intensiva da atividade leiteira tendo na AGF a única forma de diversificação da renda familiar.

Em qualidade de vida observa-se que a habitação familiar (Figura 3), possui três quartos, um banheiro, cozinha e varanda, com as paredes e piso de madeira e telhas de amianto. Conta com água proveniente de poço artesiano e acesso a energia elétrica pela rede geral. Dentre os bens de consumo do domicílio apenas não possuem computador e acesso a internet, e como meios de transporte utilizam o automóvel, a moto ou a bicicleta.

As instalações da unidade de produção familiar são a estrebaria, um galinheiro e o sistema de irrigação recém instalado e de maquinário possui um trator de 2011 e uma plataforma de 2016.

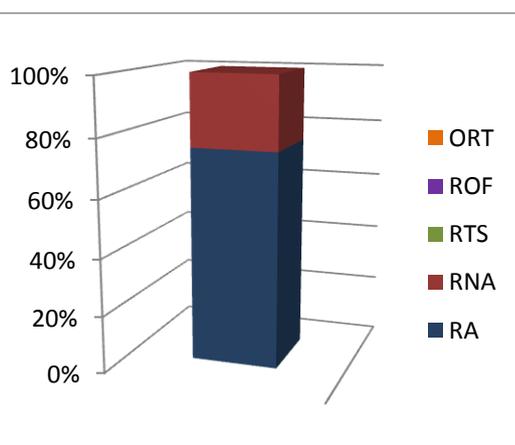
No **Caso 04**, os 4 hectares pertencentes à família de Ana são originários da herança do marido e usados em parceria com seu irmão (marido da Fátima). Em 0,8 ha dessas terras possuem mata nativa, em 2,5 ha plantam soja. No último ano agrícola foram vendidas 420 sacas a R\$ 85,00, rendendo R\$ 35.700,00; em 2,5 ha plantaram trigo, dos quais venderam 350 sacas a R\$ 30,00, rendendo R\$ 10.500,00 e em 0,5 ha plantaram cana, que foi transformada em cachaça no alambique da família, e destes foram vendidos no último ano 7000 litros, a R\$ 10,00 o litro, totalizando R\$ 70.000,00. Tudo com gasto estimado de R\$ 700,00 em produção, R\$ 2.500,00 gastos em mão de obra e R\$ 2.886,00 com os demais gastos com a UP. Resultando em R\$ 103.447,22 de Renda Agrícola, conforme se verifica nos Gráficos 7 e 8.

Gráfico 7: Produto bruto caso 4



RA: Renda agrícola
D: Depreciação
DVA: Divisor do Valor Agregado
CI: Consumo Intermediário

Gráfico 8: Renda total caso 4



ORT: Outras rendas do trabalho
ROF: Rendas de outras fontes
RTS: Renda com transferência social
RNA: Renda não agrícola
RA: Renda agrícola

Fonte: Elaborado pela autora

Fonte: Elaborado pela autora

A renda não agrícola da família totaliza R\$ 36.000,00 e se divide nos lucros estimados de Ana de R\$ 12.000,00 ao ano e ao salário do marido de R\$ 24.000,00 ao ano. A renda obtida com a fábrica representa apenas 8,61% do total da renda familiar de R\$ 139.447,22. O marido é funcionário público e Ana passa o dia todo na fábrica, dessa forma o envolvimento com a produção é em maior parte responsabilidade do irmão com o qual desenvolvem a parceria, por

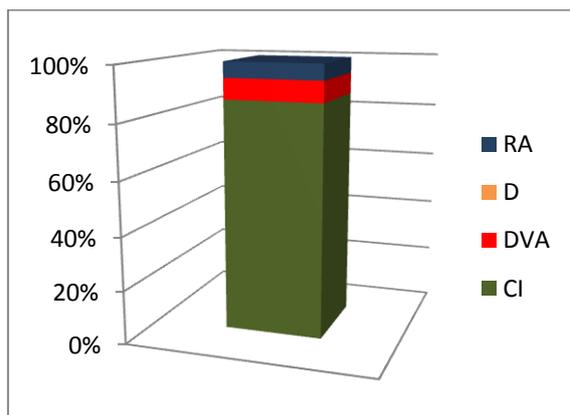
esse motivo também, a família apresenta um UTH de 0,5, sendo o menor dentre os sete casos.

As três filhas do casal já saíram de casa, todas foram para a cidade para estudar. A filha mais nova esta na faculdade e as duas mais velhas já possuem graduação completa. Dessa forma a família não possui perspectivas de sucessão na agricultura, o que, segundo Ana, se deve em grande parte a escassez de terra da família.

A casa da família (Figura 3) possui sete peças é de tijolos, com chão de madeira e telhas de barro. A água é de poço artesiano e a energia elétrica vem da rede geral. Possuem carro, moto e duas bicicletas para transporte; celular, TV, parabólica e radio em comunicações além dos demais eletrodomésticos.

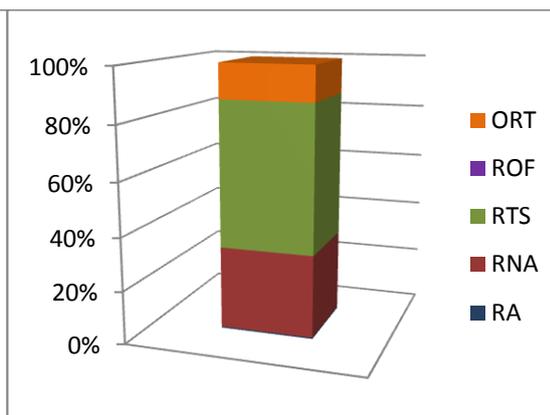
Além da casa a propriedade familiar conta com 3 galpões de madeira de 300m² total, sendo um deles parte do alambique da família, todos usados em parceria com o irmão. Um trator de 1986 e duas carretas agrícolas de 1976, duas novilhas que foram vendidas por 2.500,00 cada e uma horta de 25m² utilizada apenas para consumo próprio estimado de R\$ 360,00 ao ano.

No **Caso 05**, a terra da família de Leci é de aproximadamente 4 hectares, estando 3,63 em regime de parceria com terceiros. Na UP, além da casa da família, há um galpão, um galinheiro, uma pequena horta utilizada apenas para o consumo próprio em valor estimado de R\$ 720,00 ao ano, além dos 3 bezerros, com os quais gastam R\$ 3.600,00 anualmente em ração. Dessa forma pode-se observar nos gráficos 09 e 10 que eles acabam não contabilizando um valor de renda agrícola positivo devido ao consumo intermediário resultante dos gastos com a alimentação dos animais.

Gráfico 9: Produto bruto caso 5

RA: Renda agrícola
 D: Depreciação
 DVA: Divisor do Valor Agregado
 CI: Consumo Intermediário

Fonte: Elaborado pela autora

Gráfico 10: Renda total caso 5

ORT: Outras rendas do trabalho
 ROF: Rendas de outras fontes
 RTS: Renda com transferência social
 RNA: Renda não agrícola
 RA: Renda agrícola

Fonte: Elaborado pela autora

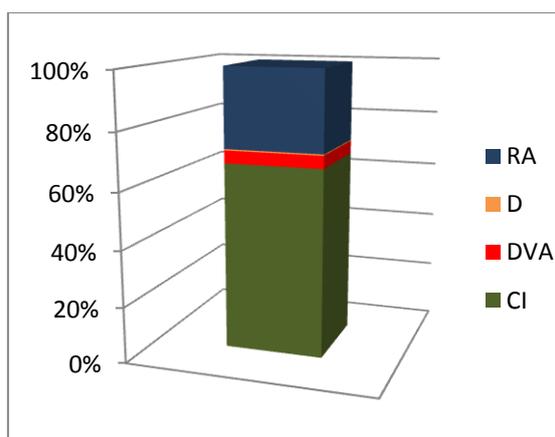
Do ponto de vista de qualidade de vida a casa (Figura 3) feita de madeira e de telhas de zinco, possui três quartos, um banheiro, duas salas, duas varandas e uma cozinha. A água é obtida através do poço artesiano e a energia elétrica pela rede geral. A família não tem carro, computador ou internet, no entanto possuem uma moto, uma bicicleta e os demais bens de consumo necessários a casa.

A maior renda da família é a resultante da participação na agroindústria que totaliza R\$ 12.000,00 anuais. Em relação à renda total esta significa 37,38% sendo a renda mais representativa das transferências sociais (aposentadorias) do casal que somam um total de R\$ 21.120,00 anuais. Além destas possuem ainda uma renda extra durante alguns meses no ano resultante de atividades de transformação e beneficiamento de cana de açúcar desenvolvidas pelo marido, as quais geram um montante médio de R\$ 5.000,00 ao ano.

No **caso 06**, a propriedade da família de Lurdes tem um total de 10,89 hectares de terra, onde 2,42ha estão arrendados para terceiros. Dessa área 0,6ha conta com mata nativa e 2,42ha são usados para plantação de soja, que rendeu 113 sacas no último ano agrícola e um lucro bruto de R\$ 5.500,00 com gasto em sementes totalizando um valor de R\$ 3.300,00, onde pagam ainda um custeio para a plantação no valor de R\$ 4.600,00.

A pequena horta da UP, usada apenas para o consumo próprio do casal onde estimam um consumo de R\$ 720,00. Tem ainda uma vaca e 70 galinhas com um gasto estimado de R\$ 400,00 destinadas primordialmente ao consumo próprio e vendidas esporadicamente por em média R\$ 30,00 cada. Os demais gastos com a UP são estimados em R\$ 3.834,00, conforme pode ser verificado nos Gráficos 11 e 12.

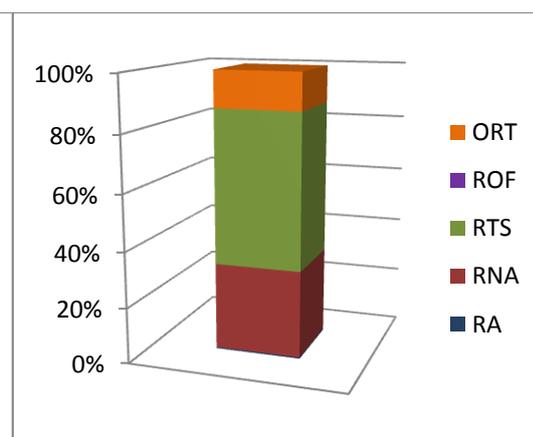
Gráfico 11: Produto bruto caso 6



RA: Renda agrícola
D: Depreciação
DVA: Divisor do Valor Agregado
CI: Consumo Intermediário

Fonte: Elaborado pela autora

Gráfico 12: Renda total caso 6



ORT: Outras rendas do trabalho
ROF: Rendas de outras fontes
RTS: Renda com transferência social
RNA: Renda não agrícola
RA: Renda agrícola

Fonte: Elaborado pela autora

A renda obtida com a fábrica foi estimada por Lurdes em R\$ 10.560,00 ao ano, valor que segundo o marido é menor do que o apresentado. O casal ainda conta com duas aposentadorias que totalizam R\$ 10.560,00 ao ano cada um. E como justificativa para a diversificação dos meios de vida da família ela aponta a vontade de “ter uma renda a mais para ajudar a familiar”, justificativa mais tarde complementada como a necessidade de “um dinheirinho extra, para comprar presentes para os netos”.

A infraestrutura da habitação (Figura 3) é composta por seis peças, de tijolo, piso de concreto e teto em telhas de amianto. Água provinda de poço artesiano e energia elétrica da rede geral. Possuem um carro e uma bicicleta para transporte, rádio, TV e parabólica em comunicações, além dos demais eletrodomésticos da casa.

A casa foi construída recentemente para que o casal pudesse morar mais perto das filhas. Dos quatro filhos do casal, duas moram na comunidade.

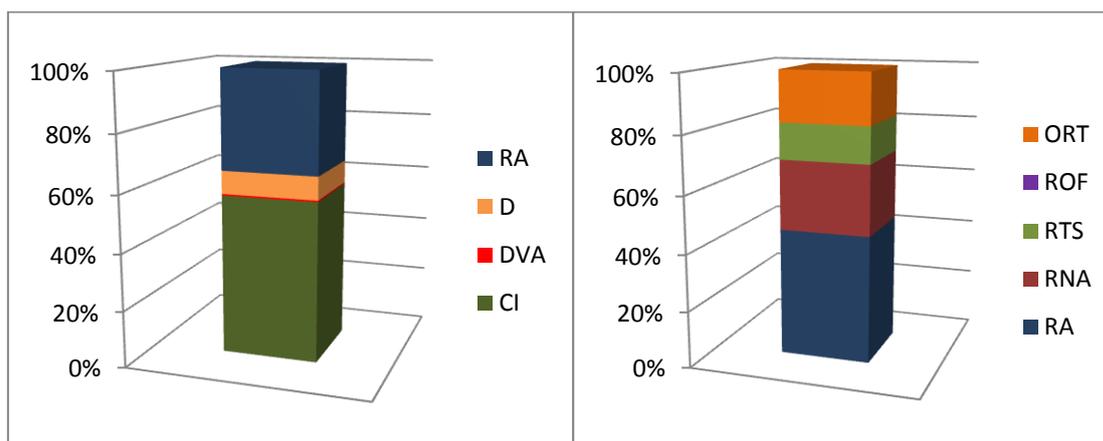
Fátima (caso 7) que trabalha na agricultura desde que casou e Mara que mudou para a cidade quando casou e retornou para a comunidade em 2015 quando ficou viúva.

No **Caso 07**, as terras da família de Fátima se dividem em 6,5ha de terras próprias e 4 ha em parceria com um irmão do marido. Dessas, 4 ha possuem mata nativa, 1,5ha pastagem perene e 0,5ha pastagem anual. Em 3,5ha foram plantados soja, que rendeu 600 sacas, vendidas a R\$ 85,00 gerando um lucro de 51.000,00. Em 3,5 hectares dessas terras foi plantado trigo, que produziu 350 sacas colhidas e que geraram um lucro de R\$ 10.500,00 e por fim foram produzidos 2.500 litros de cachaça que foram vendidos a R\$ 7,50 o litro, rendendo um total de R\$ 18.750,00. Todos estes possuindo um total de insumos de R\$ 49.497,00, que se somam ao pagamento de um custeio de produção de R\$ 16.000,00.

De produção animal possuem cinco vacas e três bezerras, das quais uma foi vendida pelo valor de R\$ 1.400,00; 20 frangos de corte e cinco galinhas caipira e por fim existe um animal no rebanho caprino destinado apenas ao consumo familiar. O gasto estimado do consumo intermediário animal é de R\$ 6.925,00 enquanto a renda é de R\$ 12.420,00 resultante dos 10.620 litros de leite produzidos, dos quais 180 litros são destinados ao consumo familiar. Além destes a pequena horta da família é usada apenas para o consumo familiar, estimando-se um consumo de R\$ 720,00 ao ano.

As benfeitorias e instalações da UP geram um total estimado de R\$ 118.311,00, dos três galpões e um alambique. Enquanto as máquinas e equipamentos somam R\$ 30.200,00, lembrando que muitas dessas benfeitorias e equipamentos são em conjunto com o cunhado de Fátima.

No quesito transformação caseira a família se destaca das demais produzindo anualmente 120 kg de banha, 100 vidros de compota, 144 kg de manteiga das quais 5 kg são usadas para o consumo e as demais vendidas a R\$ 7,00 por quilo, 60 kg de sabão, 10 kg de salame, e 170 litros de vinho, obtendo com tudo um produto bruto de R\$ 4.048,00, com consumo intermediário de R\$ 186,00 resultando em um valor agregado bruto de R\$ 3.862,00, conforme podem ser verificados no Gráfico 13 e 14.

Gráfico 13: Produto bruto caso 7**Gráfico 14: Renda total caso 7**

RA: Renda agrícola
 D: Depreciação
 DVA: Divisor do Valor Agregado
 CI: Consumo Intermediário

ORT: Outras rendas do trabalho
 ROF: Rendas de outras fontes
 RTS: Renda com transferência social
 RNA: Renda não agrícola
 RA: Renda agrícola

Fonte: Elaborado pela autora

Fonte: Elaborado pela autora

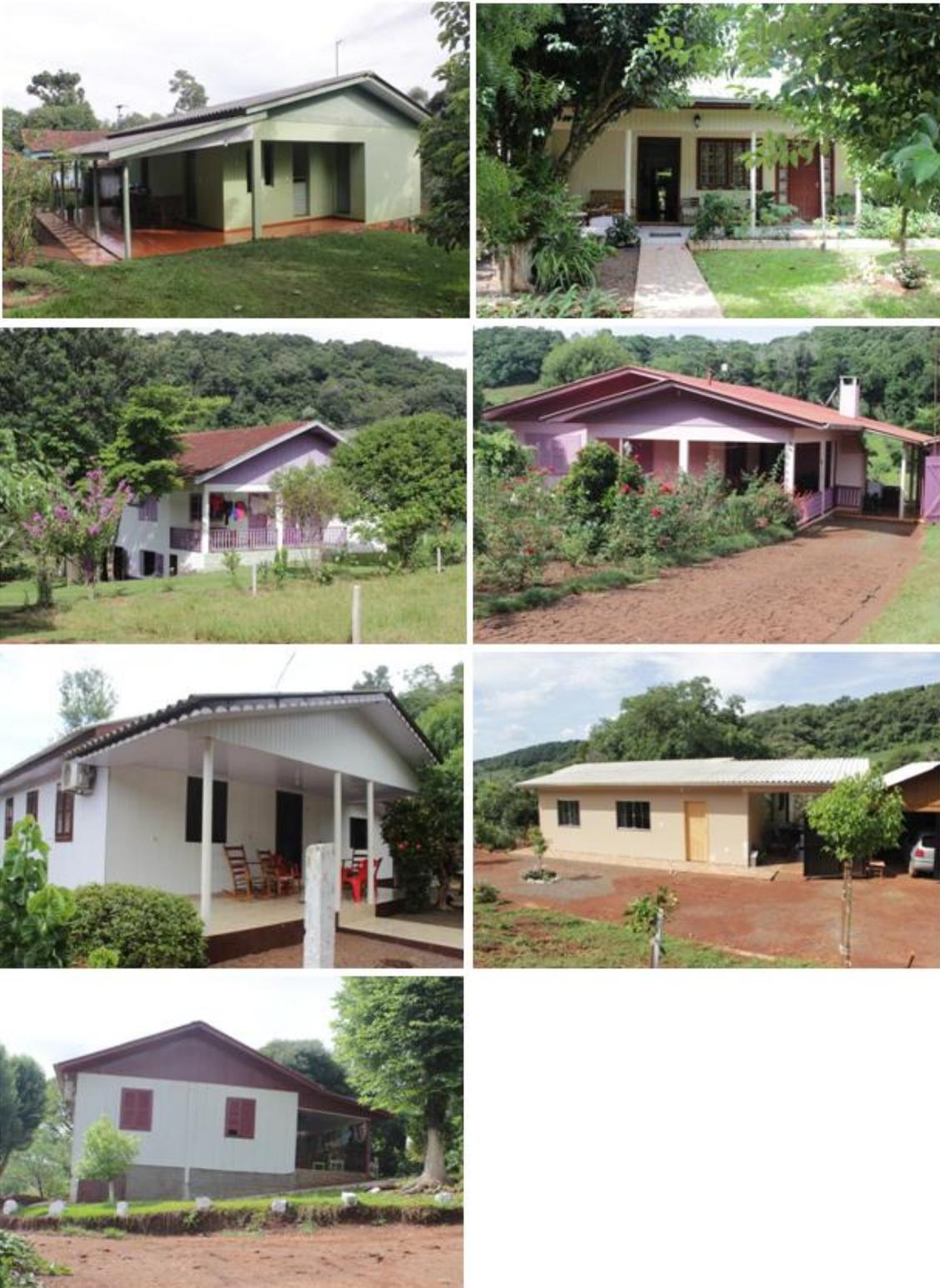
A renda não agrícola do estabelecimento decorre de um auxílio doença que o marido recebe no valor anual de R\$ 10.320,00, além do salário do filho, que trabalha fora da UP e recebe R\$ 20.000,00 anual e o de Fátima de R\$ 14.400,00 a qual representa 17,70% do total. A agricultora aponta a necessidade de incrementar a renda como o principal motivo para diversificar.

A casa da família (Figura 3) é composta por sete peças, piso de concreto, paredes de tijolos com revestimento e piso de concreto. Água de poço artesiano e a energia elétrica da rede geral.

3.3. COMPARAÇÃO ENTRE OS CASOS ESTUDADOS

Conforme indicado no início do tópico, as famílias estudadas apresentam uma série de peculiaridades entre si. Desta forma, se mostra útil um quadro comparativo entre os casos estudados para melhor visualizar essas semelhanças e diferenças, conforme apresentado após as imagens das sete casas.

Figura 3: Casas das sete mulheres



Fonte: dados da pesquisa (2016)

Quadro 2: Quadro de comparação entre os casos estudados

Indicador	Caso 1 Isabel	Caso 2 Clara	Caso 3 Joana	Caso 4 Ana	Caso 5 Leci	Caso 6 Lurdes	Caso 7 Fátima	Média
Renda estimada AGF (R\$)	10.560,00	14.400,00	9.600,00	12.000,00	12.000,00	10.560,00	14.400,00	11.931,43
Renda AGF / renda total (%)	81,13	74,52	5,72	8,35	31,33	26,49	17,70	35,04
Superfície Agrícola Útil (ha)	1,21	8,00	19,90	5,50	0,25	2,42	6,46	6,25
Unidade de trabalho homem agrícola	1,825	1,5	1,75	0,633	1,125	1,125	1,5	1,35
Unidade de trabalho homem não agrícola	0,02	0,02	0,02	0,02	0,73	0,02	0,02	0,12
Unidade de trabalho homem total	1,84	1,52	1,77	0,65	2,06	1,14	2,32	1,61
Produto Bruto (R\$)	4.000,00	21.360,00	169.176,00	121.200,00	3.120,00	12.320,00	105.388,00	62.366,29
Consumo Intermediário (R\$)	1.304,01	15.911,44	8.613,67	5.755,40	2.699,00	5.560,00	59.677,07	14.217,23
Divisor do Valor Agregado (R\$)		450,00	615,00	250,00	240,00	374,00	576,49	357,93
Depreciação (R\$)	240,08	74,42	1.845,20	7.527,38	-	-	8.497,06	2.597,73
Renda agrícola (R\$)	2.455,91	4.924,13	158.102,13	107.667,22	181,00	6.386,00	36.637,38	45.193,40
Renda não agrícola (R\$)	10.560,00	14.400,00	9.600,00	36.000,00	12.000,00	10.560,00	20.000,00	16.160,00
Renda com transferência social (R\$)	-	-	-	-	21.120,00	21.120,00	10.320,00	7.508,57
Renda de outras fontes (R\$)	-	-	-	-	-	1.800,00	-	257,14
Outras rendas do trabalho (R\$)	-	-	-	-	5.000,00	-	14.400,00	2.771,43
Renda total (R\$)	13.015,91	19.324,13	167.702,13	143.667,22	38.301,00	39.866,00	81.357,38	71.890,54
Renda agrícola/hectare da SAU (R\$)	2.025,50	615,52	7.943,75	19.566,96	724,00	2.638,84	5.671,42	5.598,00
Renda agrícola /Unidade de trabalho Homem agrícola (R\$)	1.345,71	3.282,76	90.344,07	170.000,87	160,89	5.676,44	24.424,92	42.176,52
Renda Total/hectare da SAU (R\$)	10.734,77	2.415,52	8.426,10	26.109,44	153.204,00	16.473,55	12.594,02	32.851,06
Renda Total/Unidade Trabalho Homem total (R\$)	7.067,46	12.741,19	94.925,73	221.026,49	18.607,77	34.919,12	35.067,84	60.622,23

Fonte: Elaborado pela autora

A renda declarada pelas mulheres varia de R\$ 9.600,00 a R\$ 14.400,00. O valor recebido por elas pode variar de acordo com as horas trabalhadas por cada uma. Mesmo sem horário fixo para chegar ou sair da fábrica elas costumam manter os mesmos horários, salvo em situações extraordinárias. Em geral apenas Lurdes faz uma jornada diária menor do que as demais. Outra variação pode ocorrer no valor relatado para a pesquisa, em alguns momentos elas declararam um valor menor que realmente recebem.

De fundamental importância é ainda a relação entre a renda das mulheres e a renda total da família, que demonstra a relevância financeira da agroindústria para cada unidade de produção. Esta varia de 5,72% a 81,13% (35,04% em média) da composição de renda. Dessa forma é notável que a importância financeira da AGF é diferente em cada uma delas o que justifica as variações na importância dada a atividade, nas alterações no espaço doméstico e até nas respostas da motivação para trabalhar na fábrica. Enquanto para Lurdes o trabalho na fábrica tem o principal propósito de “ganhar um dinheirinho a mais para comprar presentes para os netinhos”, para Clara, que tem mais de 70% de sua renda provinda da agroindústria familiar “não dá pra viver sem o dinheiro da fábrica”.

Todas as famílias apresentam uma Unidade de Trabalho Homem baixa, variando entre 0,65 no caso 04 onde todos os filhos já saíram da UP e o casal trabalha o dia todo fora de casa, até 2,32 no caso 07 onde o marido trabalha integralmente na UP, a esposa parcialmente, o filho tem um emprego urbano e a filha mais nova estuda meio período.

Chayanov (1974) analisa a força de trabalho da família comparando com o número de consumidores na UP, tal análise leva em conta a idade e quantidade de moradores na unidade de produção. Segundo a teoria chayanoviana, uma jovem família em crescimento que teria um filho a cada três anos, manteria essa relação de consumo x trabalho crescente até o 15º ano da família quando os filhos deixam de ser apenas consumidores e se tornam trabalhadores também. Essa relação passa a se alterar na medida em que os pais ou filhos mais velhos vão perdendo capacidade de trabalho ou que os filhos se casam (e continuam na UP) ingressando na família as noras e seus filhos que aumentam o consumo familiar, a não ser que esses constituam a sua própria UP, dessa forma o ciclo se iniciaria em uma nova família. A lógica de

Chayanov (1974) trata a demografia familiar como à grande responsável pelo volume de sua atividade econômica, sendo esta variável no decorrer do tempo de acordo com os membros da família e sua força de trabalho.

Tal lógica é em parte aplicável a realidade pesquisada quando olhamos para algumas gerações anteriores onde os filhos tinham uma tendência de permanecer na UP e ajudar os pais na atividade até o casamento quando constituíam a sua própria unidade de produção. Nos casos estudados percebemos que a grande maioria dos filhos já saíram da UP ou pretendem sair futuramente. Dessa forma, a capacidade de trabalho da família tende a diminuir de acordo com o tempo, sendo as famílias com o maior número de UTH aquelas em que os filhos ainda não têm idade para sair de casa. Outra coisa que altera a relação entre capacidade de produção e demografia familiar hoje em dia é o capital e a mecanização da produção. Temos no caso 2, por exemplo, uma produção agrícola formada apenas por mão de obra externa (devido aos problemas de saúde do agricultor) que é paga com capital emprestado de uma cooperativa de crédito. Ou no caso 7 (os dois filhos trabalham fora) e no caso 02 (o filho tem 10 anos), que são as famílias com mais benfeitorias e maquinários onde o casal sozinho é responsável pela produção.

Os casos 5, 6 e 7 apresentam rendas com transferência social representando 55,14%, 52,98% e 12,68% do total da renda familiar em cada caso respectivamente. A renda não agrícola tem grande relevância na maioria dos casos, mas varia de um total de pouco mais de 5 % (caso 3) a mais de 80% (caso 1) do total da renda das famílias.

A renda agrícola também apresenta grandes variações, representando 0,47% do total no caso 5 onde a família não possui lavouras ou alguma produção agrícola representativa e tem como principal fonte de renda a AGF e as transferências sociais, a 94,27% no caso 3, onde a família possui como principal renda a atividade leiteira e se mostra menos diversificada do que as demais, esta apresenta a maior renda total dentre as sete famílias, totalizando R\$ 167.702,13. Da mesma forma, os casos 1 e 2 demonstram pouca diversificação, sendo dependentes apenas da renda oriunda da AGF e da produção de grãos, sendo também os com menores rendas totais, de R\$ 13.015,91 e R\$ 19.324,13 respectivamente.

É a família do caso 7 que apresenta o maior grau de diversificação, tendo também uma das maiores rendas totais. A produção agrícola reveza entre soja ou milho, como a maioria das demais. Soma-se a essa a plantação de cana-de-açúcar, transformada em cachaça em parceria com o cunhado (marido de Ana). A produção leiteira da família tem um valor anual representativo, e produzem ainda ovos e verduras para o consumo próprio, assim como uma transformação caseira significativa para o mesmo propósito, formando assim uma expressiva renda agrícola de R\$ 36.637,38 e uma RA/ha da SAU de R\$ 5.671,42.

A justificativa dada por todas as mulheres, participar da fábrica, tem em comum a questão financeira. No entanto, quando analisamos os casos individualmente outras razões surgem para explicar a motivação para participar da fábrica. Para Joana a participação na fábrica ocorre devido à proximidade com a família. Para Ana foi algo não planejado, a oportunidade surgiu e ela aproveitou. Isabel aponta a escassez da terra da família como justificativa para a necessidade de diversificar, enquanto para Clara o dinheiro proveniente da fábrica é essencial, ela ainda aponta a convivência com as colegas no trabalho como um dos motivos que a ajudou a vencer a depressão.

Percebe-se, dessa forma, que cada caso se mostra extremamente diferente no que se refere à organização financeira e de produção e mesmo estando em circunstâncias de vida similares, a atividade apresenta efeitos diferentes para cada uma das mulheres estudadas assim como para suas famílias. Dessa forma se mostra necessário para entender a real dimensão da importância da AGF na vida desse grupo, a compreensão de quem é a mulher agricultora e o que diferencia ela do homem agricultor. O capítulo a seguir trata, então, da questão de gênero e quais efeitos que tal questão apresenta na vida das mulheres agricultoras.

4. AS TRAJETÓRIAS DAS MULHERES E OS PROCESSOS DE RESISTÊNCIA NO MEIO RURAL

*“Homem não ajuda aqui não, nós fazemos todos os serviços de homem”¹⁶
Fátima, caso 07*

As mulheres têm participado cada vez mais de processos graduais de emancipação social pelo qual passam de uma posição de invisibilidade social a sujeitos ativos, transformadoras do próprio ambiente em que estão inseridas. Os processos de libertação das mulheres fruto de enfrentamentos cotidianos e públicos por elas realizados, demonstram a relevância dos movimentos sociais que tem imensa importância na construção de um novo ambiente de relações entre homens e mulheres. O movimento feminista se constituiu na luta por direitos igualitários para as mulheres, o que resultou também na transformação das bases das relações sociais da sociedade.

Desde muito tempo as mulheres foram sujeitadas à dominação masculina, sendo reprimidas e subjugadas. No Brasil colonial, essa violência é “importada”, como é possível perceber pelas agressões que sofreram as mulheres indígenas e negras, submetidas às violências produzidas em nome do “progresso”.

A modernidade tem duas consequências distintas e complementares, ao passo que para muitos é vista como um momento de inovações e libertação, para outros é quando se perpetua intensamente relações de dominação, pautadas, principalmente, no colonialismo, racismo e patriarcalismo. Faz-se útil, dessa forma, a compreensão do que é modernidade e como as relações de gênero foram reconfiguradas neste período histórico.

4.1. AS CONSEQUÊNCIAS DA MODERNIDADE E A INTERSECCIONALIDADE DE OPRESSÕES

Para Giddens (1991, p.8) a modernidade é o "estilo, costume de vida ou organização social que emergiu na Europa a partir do século XVII e que

¹⁶ Citação extraída em entrevista

ulteriormente se tornou mais ou menos mundial em sua influência". Como um estilo de vida Europeu exportado – compulsoriamente – para o resto do mundo, a visão de modernidade varia de acordo com o local do qual é observada e vivenciada.

Touraine (1994) afirma que, na Europa, a modernidade surge como um processo que possibilita a mudança de paradigmas sociais, mesmo aqueles criados por ela mesma. Nesse sentido, é notável que os movimentos sociais emancipatórios foram frutos do enfrentamento do sistema de opressão que surge com a modernidade/colonialismo. A modernidade europeia é caracterizada por um mundo construído pelas mãos da humanidade (antropocentrismo). Para Touraine (1994), o ser humano ao mesmo tempo em que desfruta de seu poder e criatividade tem que se defender de suas criações quando estas se voltam contra ele. O autor ainda afirma que o que melhor caracteriza a modernidade não é o progresso técnico ou o individualismo das pessoas, mas sim a exigência e a defesa da liberdade. Essa liberdade, no entanto, exigida pelas pessoas, só seria concedida a poucos que possuem os meios e o poder para defendê-la.

Para Martins (2011), da noção de universalidade desenvolvida na modernidade ganha destaque e o sujeito é definido como aquele ou aquela que detém direitos universais. Percebe-se, no entanto, que tanto essa noção de liberdade quanto a de direitos individuais universais relacionados ao mundo moderno, na prática acabam não demonstrando a referida universalidade, sendo ambas diretamente associadas a outros fatores, tais como classe social, religião, cor, gênero, entre outros, deixando muitos indivíduos marginais a essa constituição do “sujeito moderno”. Dessa forma, é notável que mesmo com esse suposto advento de mudanças de paradigmas sociais muitas mulheres ainda permanecem privadas dessa liberdade descrita por Touraine (1994) e dos direitos citados por Martins (2011).

Tal discussão também é abordada pelo pensamento descolonial, o qual olha para a questão da modernidade por outro ângulo, observando as suas consequências a partir dos países que passaram por processos de colonização e cujas relações sociais e políticas carregam até hoje formas de colonialidade do saber e do poder. A globalização é, para Quijano (2005, p.107) “a

culminação de um processo que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial”.

Portanto, buscamos pensar nas questões das mulheres a partir de diferentes lugares, rompendo com a visão universal de mulher e de uma forma única de emancipação. Consideramos importante perceber como as mulheres, em contextos específicos, constroem suas formas de resistência e as mudanças que produzem nas relações de poder. Levar em conta como o colonialismo e a modernidade se constituíram enquanto forma universal de poder é fundamental para compreender a trama mais ampla de relações de poder e dominação na qual as mulheres estão inseridas. A dominação colonial criou relações de poder, produzindo classificações raciais (e evolucionistas) sobre os povos e também classificações de gênero. Foram instituídas identidades associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, salientando o padrão de dominação do homem branco, europeu (QUIJANO, 2005).

Lugones (2008, p. 75) investiga a intersecção de raça, classe, gênero e sexualidade a fim de compreender o modo como as mulheres foram vítimas da colonialidade do poder e da colonialidade do gênero, principalmente as mulheres não-brancas. Dentre as diversas dicotomias criadas na modernidade LUGONES, (2014) considera a “hierarquia dicotômica entre o humano e o não humano como a dicotomia central da modernidade colonial”, dessa forma há um processo de desumanização dos colonizados por parte do colonizador. Hoje em dia esse processo se mostra ao não ver o negro/mulher/imigrante/agricultora etc. como sujeito possuidor de agência.

O homem europeu, burguês, colonial moderno tornou-se um sujeito/agente, apto a decidir, para a vida pública e o governo, um ser de civilização, heterossexual, cristão, um ser de mente e razão. A mulher européia burguesa não era entendida como seu complemento, mas como alguém que reproduzia raça e capital por meio de sua pureza sexual, sua passividade, e por estar atada ao lar a serviço do homem branco europeu burguês. (LUGONES, 2014, p.936)

Segundo Bairros (1995) do ponto de vista da reflexão e da ação, não se pode separar o racismo e o sexismo. Assim como não podemos separar a

simultaneidade do ser negra e ser mulher, não se pode separar a mulher do ser agricultora. Não é possível analisá-la apenas como sendo mulher ou apenas como sendo agricultora, por ser uma mulher agricultora ela apresenta demandas e dificuldades diferentes das demais mulheres, assim como aos demais agricultores e, dessa forma, suas questões não podem ser completamente compreendidas por nenhum dos grupos separadamente. Essa análise de Bairros se articula ao conceito de interseccionalidade proposto por Lugones, em que diferentes dimensões sociais precisam ser consideradas e analisadas conjuntamente.

A interseção entre as categorias "mulher" e "negra", por exemplo, é importante, pois, nem a categoria "mulher" nem o "negro" a incluem, nessa interseção existem um vácuo, um segmento ignorando por ambas. Percebe-se a mesma problemática entre as categorias "mulher" e "rural" onde a mulher rural não é abrangida por nenhuma das categorias separadamente.

Boaventura de Souza Santos (2004) lança o desafio de pensar além dos paradigmas preestabelecidos e considera que a emancipação social necessita ser reinventada, pois "vivemos em sociedades a braços com problemas modernos [...] para os quais não dispomos de soluções modernas". Essa reinvenção só poderia "ser completada a partir das experiências das vítimas". O autor afirma, dessa forma, que devemos "aprender com o Sul" sendo esse "Sul" uma metáfora para as vítimas do sofrimento causado pelo capitalismo (SANTOS, 2004, p. 5-6). Nesse sentido, compreendemos que a única maneira de estudar as mulheres e seu processo de empoderamento é ouvindo e aprendendo com as experiências delas, das suas buscas por soluções alternativas para os problemas "modernos" que enfrentam, tal como os nossos sujeitos de pesquisa.

Os processos de resistência, para Lugones (2014, p. 943), surgem como contraponto à violência da dominação colonial e ocorrem num "lócus fraturado", pela "presença que resiste", pela "subjetividade ativa dos/as colonizados/as contra a invasão colonial de si próprios/as na comunidade desde o habitar-se a si mesmos/as". Nesse sentido, o processo de resistência estaria criando um terceiro local, que não é o pertencente ao sujeito pré-colonial e nem a um sujeito completamente libertado das amarras do colonialismo, mas um sujeito

que foi dominado e a partir disso começa um processo de resistência e libertação.

Quijano (2005) argumenta que a divisão do trabalho no interior do capitalismo colonial/moderno manteve-se ao longo de todo o período colonial até hoje

O fato é que já desde o começo da América, os futuros europeus associaram o trabalho não pago ou não-assalariado com as raças dominadas, porque eram raças inferiores. O vasto genocídio dos índios nas primeiras décadas da colonização não foi causado principalmente pela violência da conquista, nem pelas enfermidades que os conquistadores trouxeram em seu corpo, mas porque tais índios foram usados como mão de obra descartável, forçados a trabalhar até morrer. (QUIJANO, 2005, p. 109)

O autor também defende que a associação entre “o etnocentrismo colonial e a classificação racial universal” (QUIJANO, 2005, p. 111), possibilitam explicar o porquê dos europeus serem levados a se sentirem “naturalmente” superiores aos demais povos do mundo.

[...] o mito fundacional da versão eurocêntrica da modernidade é a ideia do estado de natureza como ponto de partida do curso civilizatório cuja culminação é a civilização europeia ou ocidental. Desse mito se origina a especificamente eurocêntrica perspectiva evolucionista, de movimento e de mudança unilinear e unidirecional da história humana. Tal mito foi associado com a classificação racial da população do mundo. Essa associação produziu uma visão na qual se amalgamam, paradoxalmente, evolucionismo e dualismo (QUIJANO, 2005, p. 116).

Nesse sentido, a história da modernidade é em si uma crônica de dominação, na qual apenas o moderno é bom, apenas o conhecimento científico é válido, apenas o trabalho masculino tem valor, etc. O processo de dominação e controle, para Quijano, é um sistema complexo, interligado e co-dependente:

No controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, está a empresa capitalista; no controle do sexo, de seus recursos e produtos, a família burguesa; no controle da autoridade, seus recursos e produtos, o Estado-nação; no controle da intersubjetividade, o eurocentrismo. (QUIJANO, p. 113, 2005)

A esse respeito, Leff (2013, p.17) afirma que o regime dominante da racionalidade moderna marginalizou e exterminou outras culturas e

conhecimentos, mas é a insurreição do conhecimento subjugado que irá conduzir à emancipação.

O feminismo descolonial tem especial enfoque na questão racial, sobre a qual afirma que a ideia de raça criou uma “naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus”. A classificação dos povos por raças configurou a divisão racial do trabalho, sendo que ambos são estruturalmente associados e reforçam-se mutuamente (QUIJANO, 2005, p. 107-108).

Os diversos dualismos que constituíram o modo de classificação do mundo a partir da colonialidade (natureza e cultura, brancos e não-brancos etc.) afetam também as relações sexuais de dominação. Para o Quijano, o lugar ocupado pelas mulheres, (especialmente as que foram classificadas como de raças “inferiores”), ficou “estereotipado junto com o resto dos corpos, e quanto mais inferiores fossem suas raças”, mais perto da natureza era classificada e, no “caso das escravas negras, dentro da natureza” (QUIJANO, 2005, p. 118). As mulheres sofreram, portanto, uma dupla ou tripla subordinação, por ser mulher, mas também negra, índia, pobre e em nosso caso, também agricultora familiar.

É digno de nota que a opressão não é responsabilidade apenas dos indivíduos que reproduzem esse sistema, as instituições são também grandes responsáveis por tais fatores, institucionalizando as desigualdades de gênero. As instituições e leis criam ou reforçam essas desigualdades, o enfrentamento então, além de familiar precisa ser institucional. Tais fatores são perceptíveis, por exemplo, através Código Civil Brasileiro, de 1916, revogado apenas em 2002 e que retrata a sociedade da época, claramente conservadora e patriarcal. Tal documento, no entanto, teve validade até o ano de 2002, dessa forma vivemos até o século XXI sob código de conduta que continham cláusulas como: anular o casamento caso a mulher já estivesse “deflorada” (Art. 178. § 1º), punir um estupro através do “direito” de exigir o casamento com o estuprador (Art. 1.548) e a chefia da sociedade conjugal e representação legal da família ser de responsabilidade do marido (Art. 233), dentre outros.

4.2.A SUBJETIVIDADE ATIVA DAS MULHERES RURAIS E O FEMINISMO

A homogeneidade das mulheres como um grupo não ocorre em razão de um essencialismo biológico, mas através de conceitos sociológicos e antropológicos e da imposição de uma forma universal. Em qualquer análise feminista, as mulheres como grupo único são caracterizadas com base na opressão comum a que elas estão sujeitas. O que une as mulheres é a noção sociológica de "igualdade" de sua opressão (MOHANTY, 2008). Porém, as formas de dominação e de opressão variam em diferentes espaços (assim como também as formas de resistência) e é a isso que uma pesquisa sobre gênero deve estar atenta e são a esses pontos que damos destaque ao analisar as estratégias de diversificação das mulheres rurais como possíveis formas de resistência a opressão sofrida por elas.

O feminismo começa com o movimento de “libertação feminina” onde “mulheres brancas se ocuparam de teorizar o sentido branco de ser mulher como se todas as mulheres fossem brancas” (LUGONES, 2008, p.94), assim a mulher rural acaba ficando a margem do movimento feminista devido à falta de vivência e compreensão das demandas peculiaridades desse grupo de mulheres.

Nesse mesmo sentido, Carneiro (2003, p.2) questiona: “quando falamos em romper com o mito da rainha do lar, da musa idolatrada dos poetas, de que mulheres estamos falando?”, e “quando falamos em garantir as mesmas oportunidades para homens e mulheres no mercado de trabalho, estamos garantindo emprego para que tipo de mulher?”, com certeza não é a mulher pobre, a mulher negra ou a mulher agricultora.

Um conceito importante para compreender o processo de empoderamento das mulheres é o de ator social. O ator social, para Touraine (1994), é definido como o indivíduo que não age em conformidade com o lugar o qual ocupa na organização social, pelo contrário, ele “modifica o meio ambiente material e, sobretudo social no qual está colocado, modificando a divisão do trabalho, as formas de decisão, as relações de dominação ou as orientações culturais” (TOURAINÉ, 1994, p. 220-221).

Nesse conceito é perceptível o processo da mulher em se tornar ator/atriz social ao não se conformar com os papéis sociais pré-definidos para seu gênero, questionando e modificando a divisão do trabalho, as formas de decisão, as relações de dominação e as orientações culturais da sociedade na qual se insere. É o que demonstra o grupo das mulheres de Pranchita ao executar tarefas descritas por elas como “de homem” como trocar pneu do carro ou trocar o gás, por exemplo. Dubar (2004, p. 60-61) define que "não é a adaptação individual às regras do jogo que faz o ator, mas o conjunto das iniciativas coletivas que ele antecipa e implementa, com outros, para tentar modificá-las em seu proveito".

Podemos reconhecer a agência dos atores sociais, segundo Long (2007), quando as ações particulares produzem uma diferença em um estado preexistente. A agência está incrustada nas relações sociais e só pode ser efetiva através delas:

Atribui ao ator individual a capacidade de processar a experiências social e criar maneiras de lidar com a vida, ainda que baixo as formas mais extremas de coerção. Dentro dos limites de informação, incerteza e outras restrições (por exemplo físicas, normativas e político-econômicas); os atores sociais “possuem capacidade de saber” e “capacidade de atuar”. (LONG, 2007, p. 48)

Considerando estas restrições citadas por Long (2007), podemos claramente notar a questão de gênero que limita as ações das mulheres fazendo com que seja necessária a constante criação de estratégias de resistência.

Percebe-se que não é esperado, na ideologia do sujeito moderno, que a mulher agricultora seja possuidora da capacidade de agencia e atuação em seu ambiente social. Quando analisamos o grupo de mulheres da fábrica de Pranchita, suas estratégias e decisões tanto dentro de suas famílias como na agroindústria familiar observamos não só a capacidade de agencia dessas mulheres agriculturas como também a viabilidade econômica das estratégias implantadas por elas.

Utilizamo-nos tanto do conceito de agência de Long (2006) como de subjetividade ativa de Lugones (2014) para a análise desse trabalho. A subjetividade ativa consiste no processo de resistência, o qual não procura

mudar completamente o sistema de dominação, mas ao mesmo tempo encontra alternativas à dominação imposta pelo sistema. Subjetividade ativa é um conceito que pode nos auxiliar a compreender os atores sociais de nossa pesquisa e as estratégias utilizadas pelo grupo. Ao usar uma estratégia de diversificação dos meios de vida, feita com o intuito de ajudar financeiramente a família, as mulheres da fábrica de bolachas de Pranchita conseguem uma maior autonomia financeira e social, elas se afastam do ambiente doméstico, das atividades reprodutivas e das atividades produtivas, mas desvalorizadas. Ao separar o dinheiro em “meu ou dele” elas passam a mensurar o real valor da sua participação financeira dentro do grupo doméstico e isso é algo capaz de alterar as dinâmicas dos espaços em que residem. Diversificar, dessa forma, é uma forma de resistência, mas de resistência sem confronto direto. Nesse sentido pode ser caracterizada como subjetividade ativa dessas mulheres que resistem ao sistema econômico que as desvaloriza, as famílias que as invisibilizam e as instituições que corroboram com essa opressão, fraturando, assim, o lócus em que se encontra.

Nesse sentido, conclui-se que sendo na luta por igualdade salarial das mulheres urbanas ou na constante luta por emancipação das mulheres rurais, falar sobre gênero é condição *sine qua non* para o desenvolvimento da sociedade em geral. É comum referir-se ao feminismo como um movimento libertário da mulher, no entanto, é perceptível, que uma série de mulheres foram deixadas de fora nesse processo de libertação.

Considerando a situação das mulheres rurais percebe-se que o feminismo clássico não foi capaz de responder a diversas questões desse grupo social, assim como diversos outros já citados anteriormente. O movimento feminista foi criado por e para um grupo de mulheres específico que acabou excluindo os diversos outros grupos. Isso, porém não significa que esses grupos não “sejam feministas”. É possível observar sinais de resistência nos mais diversos contextos, contextos esses que apresentam processos de resistência peculiares por se diferenciarem, em diversos aspectos, do meio urbano. Isso é visível nos processos de sucessão, herança e divisão sexual do trabalho, conforme apresentam os próximos tópicos.

4.3. AS MULHERES E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

*“Agora eu que tenho que fazer o almoço”¹⁷
Marido de Clara, caso 02*

No quesito da divisão do trabalho, seguida por sua hierarquização, naturaliza a exploração de certos indivíduos e dessa forma a divisão do trabalho se mostra uma consequência dessa hierarquização na qual cada grupo é classificado através de direitos diferenciados (QUIJANO, 2005).

A divisão sexual do trabalho é justificada por esse mesmo sistema divisório hierárquico em que as mulheres ficaram condicionadas ao espaço doméstico e privado enquanto que aos homens foi atribuído o espaço público das relações políticas e econômicas institucionalizadas. Como salienta Wallerstein (2001), o sistema mundo moderno criou uma divisão entre trabalho produtivo e reprodutivo, sendo que o primeiro é aquele pelo qual se recebe remuneração (salário), realizado, em grande medida, fora da unidade domiciliar e efetuado pelo pai/adulto. Já o trabalho improdutivo (ou reprodutivo) constitui a atividade de “subsistência”, dentro da unidade domiciliar, realizado pela mulher/mãe. Essa divisão produziu uma desvalorização do trabalho das mulheres, produzindo um sexismo institucionalizado.

No mundo rural, entre os agricultores familiares, ainda que as relações não sejam de trabalho assalariado, isso é perceptível, por exemplo, quando os homens comercializam os produtos, mesmo quando foram produzidos pelas mulheres. Isso se dá porque o espaço público é considerado masculino e o homem é, normalmente, considerado o chefe da família, sendo responsável pela realização das atividades externas à UP, nos bancos, nas cooperativas, nos sindicatos, na relação com os técnicos e com os órgãos de extensão.

Esse é um dos fatores que torna a fábrica de bolachas das mulheres de Pranchita um caso excepcional em relação aos demais por ter as mulheres como responsáveis por todas as etapas de organização, produção e comercialização. Nesse sentido, é notável, por parte delas, um enfrentamento não só em relação à família, mas em relação ao meio rural, urbano, econômico, social e institucional. Tanto a mulher urbana, como a rural sofrem com a divisão

¹⁷ Citação extraída em entrevista

sexual do trabalho, no entanto, no meio rural percebemos situações específicas e características peculiares. Às mulheres são atribuídos papéis ligados a casa e a esfera dos cuidados dos filhos, dos idosos, da família em geral, além do cuidado de pequenos animais, horta e lavoura para uso doméstico (BONI, 2012). A divisão sexual do trabalho estabelece a classificação entre trabalho produtivo e não produtivo (reprodutivo) e a hierarquização decorrente desta classificação afeta em especial as mulheres agricultoras.

Podemos melhor compreender as diferenças entre a mulher urbana e rural quando comparamos a mulher proletária e a camponesa. A diferença entre a divisão sexual do trabalho urbana e rural se relaciona as diferenças entre o proletário e o camponês. Enquanto o proletário tem só a propriedade de sua força de trabalho, o camponês é proprietário da força de trabalho e dos seus meios de produção. Quando atentamos para a divisão sexual do trabalho no meio rural percebemos que as mulheres rurais, assim como as urbanas, tem sua mão de obra desvalorizada e, além disso, as mulheres rurais se tornam comumente subordinadas aos maridos que possuem o controle dos meios de produção da família. Mesmo que a mulher possa participar do processo de tomada de decisão da família, existe uma subordinação em relação ao marido considerado o chefe de família. Dessa forma, a proletária tem autonomia financeira e é desprovida dos meios de produção enquanto a camponesa não tem autonomia financeira, devido a indivisibilidade das rendas no meio rural, e acaba tendo uma destituição simbólica dos meios de produção.

Ao se falar sobre igualdade de gênero no meio rural, três temas podem ser considerados fundamentais “*herança, casamento e acesso à terra*” e estes estão sempre ligados a um elemento fundador: o trabalho (PAULILO, 2007, p.2) e este, relacionado a gênero nos leva a divisão sexual do trabalho.

A definição de divisão sexual do trabalho é, segundo Hirata e Kergoat (2007), um consenso entre todos (ou quase) os escritos sobre o tema. As autoras definem como:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social

adicionado (políticos, religiosos, militares etc.). (HIRATA e KERGOAT, 2007, p. 599)

Essa evidencia do trabalho doméstico feminino como uma forma de opressão específica da início ao movimento das mulheres. Nesse momento, torna-se “coletivamente 'evidente' que uma enorme massa de trabalho é efetuada gratuitamente pelas mulheres” e que esse trabalho, mais do que desvalorizado, pode ser considerado invisível e “é realizado não para elas mesmas, mas para outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno” (HIRATA e KERGOAT, 2007, p. 597).

A percepção dessa opressão e, por consequência, os estudos que se seguiram a esta criaram uma nova visão de família onde essa deixa de ser uma entidade “natural” e “biológica” e ressurge como “lugar de exercício de um trabalho”. Como efeito de tal visão “foi a vez de implodir a esfera do trabalho assalariado, pensado até então apenas em torno do trabalho produtivo e da figura do trabalhador masculino, qualificado, branco” (HIRATA e KERGOAT, 2007, p. 598).

Na agricultura familiar, essa visão de família como lugar de exercício de um trabalho esteve sempre presente, pois o trabalho familiar na agricultura não se refere apenas às atividades domésticas, mas as produtivas também. Nesse sentido a visão de “entidade natural, biológica” nunca foi capaz de explicar o trabalho familiar agrícola, conforme demonstra Chayanov (1974) e seu supracitado estudo que relaciona demografia familiar e a capacidade produtiva da família.

Outro ponto de extrema relevância ao falar sobre divisão sexual do trabalho é compreender os dois princípios organizadores que a definem: o principio de separação e o hierárquico. Nesse sentido, temos os trabalhos “de homem” e “de mulher” e a noção de que o trabalho “de homem” tem mais valor do que o “de mulher” (HIRATA e KERGOAT, 2007). A compreensão desses dois princípios permite perceber a real problemática desse tema que vai muito além de apenas dividir as funções dentro da família ou da sociedade.

Esses princípios, para Hirata e Kergoat (2007, p. 599) “podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista”, a qual, ainda segundo as autoras, rebaixa o gênero ao sexo

biológico, criando papéis sociais desses sexos fantasiados de uma ordem natural de gênero.

Essa ideologia naturalista é facilmente deslegitimada quando se olha para as antigas famílias matriarcais como em Engels (2009), que relaciona o início da propriedade privada com a dominação de gênero afirmando que a mulher foi a primeira propriedade privada do homem, fato que ocorre quando as relações matriarcais passam a ser patriarcais. Para o autor a primeira oposição de classes “coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher, na monogamia e que a primeira opressão de classe coincide com a opressão do sexo feminino pelo masculino”. Nessa mesma linha de pensamento o autor afirma que “na família, o homem é o burguês e a mulher representa o proletário” (ENGELS, 2009, p.85 e 95).

Em análise da divisão sexual do trabalho (urbano) na França, Hirata e Kergoat (2007, p. 601-602) notam que as mulheres das sociedades do Norte tem uma crescente tendência a trabalhar fora de casa e investir em suas carreiras, como consequência tendem ainda a “externalizar ‘seu’” trabalho doméstico recorrendo a “reserva de mulheres em situação precária”, essa reserva para a realidade francesa são as mulheres imigrantes, para o Brasil podemos considerar que grande parte desse grupo são as mulheres rurais que vão para a cidade trabalhar.

Essa externalização do trabalho doméstico tem, para essas mulheres, “uma função de apaziguamento das tensões nos casais burgueses”, esse apaziguamento acaba mascarando o problema da divisão sexual do trabalho e “não ajuda a avançar nem um pouco na luta pela igualdade” (HIRATA e KERGOAT, 2007, p. 602). É possível, dessa forma que no meio rural a questão do trabalho doméstico seja mais discutida do que no meio urbano considerando que essa externalização acontece primordialmente entre mulheres urbanas (brancas de classe média).

Sobre o trabalho familiar na agricultura, Paulilo (2007) define que “o grupo doméstico organiza uma divisão social do trabalho que atribui ao marido-pai e aos homens, em geral, o papel de provedor de renda e à esposa-mãe o da prestação de serviços”. No entanto, a autora observa que essa visão de que as atividades femininas não são econômicas é ilusória pois

As atividades femininas não são menos econômicas que as do marido, pois as esposas usam certos “meios de produção” (panelas, frigideiras, fogão, etc.) e certas “matérias-primas” (o alimento cru) e, com esses recursos disponíveis, produzem bens e serviços a serem consumidos pelos membros da unidade doméstica. Suas tarefas não remuneradas, ainda que de forma indireta, geram renda. Conclui que o papel da mulher é tão econômico quanto o do marido, pois a família não poderia criar seus filhos sem o trabalho dos dois. (PAULILO, 2007, p.2)

Falar que a atividade doméstica é econômica acaba sendo, de certa forma, uma crítica ao que se entende por “atividade econômica”, e alimenta essa visão de que a atividade que não pode ser vendida é considerada não produtiva (PAULILO, 2007). Dessa forma o que é produtivo ou reprodutivo não se relaciona a produção e, sim, a caracterização capitalista de mercadoria. Em uma crítica ao pensamento marxista, a autora aponta que apesar das inúmeras críticas do marxismo em relação à economia de mercado, a “distinção entre trabalho produtivo (aquele que propicia mais-valia) e o improdutivo (que não propicia) foi uma das marcas das linhas de pensamento dele derivadas”, e esses termos são responsáveis em grande parte pela desvalorização do trabalho feminino na agricultura.

A estrutura hierárquica patriarcal está diretamente relacionada ao sistema capitalista. O capitalismo além de separar os meios de produção do trabalho e o espaço doméstico do espaço de produção, criou um padrão onde o único esforço que merece ser chamado de trabalho é o trabalho produtivo, daí se origina o grande problema da mulher camponesa que tem seu trabalho desvalorizado, pois na unidade de produção familiar há uma grande dificuldade em separar o trabalho doméstico do produtivo. O conceito de trabalho produtivo é utilizado quando há extração da mais-valia pelo capitalista, no meio rural, porém, o agricultor é o dono dos meios de produção e não há uma separação entre a unidade de produção e a familiar (PAULILO, 2004).

Também Chayanov (1974) estabeleceu essa discussão, apresentando o campesinato como um modelo diferenciado do sistema econômico capitalista (centrado no burguês e no proletário), se constituindo como unidade familiar não assalariada, que relaciona penosidade do trabalho e satisfação das demandas de alimentação, habitação, vestimenta, etc.

Paulilo (1987) identifica situações em que as mulheres ganham menos que a metade da diária do homem ainda que trabalhando o mesmo número de horas. A justificativa usada pelos agricultores é de que o trabalho da mulher é um trabalho “leve”, por isso elas receberiam menos. Contudo, as atividades em que a força física não traz maior rendimento evita-se a presença masculina para melhor caracterizá-las como trabalho “leve”, e poder assim, pagar menos. Sobre a “leveza” do trabalho feminino, a autora percebe que:

qualifica-se o trabalho em função de quem o realiza: são “leves” as atividades que se prestam à execução por mão-de-obra feminina e infantil. Importa destacar que essa classificação está associada a diferentes remunerações: maior para o trabalho “pesado”, menor para o “leve”, mesmo que ambos demandem o mesmo número de horas ou que o esforço físico exigido por um tenha como contraponto a habilidade, a paciência e a rapidez requeridas pelo outro. O que determina o valor da diária é, em suma, o sexo de quem a recebe. A falácia da “naturalidade” da distinção entre trabalho “leve” e “pesado” salta aos olhos ao constatarmos a variação que sofre conforme o lugar. No sertão, as mulheres consideravam “pesadas” o que no Brejo era “leve” (a capina das áreas de lavoura, por exemplo). (PAULILO, 1987, p.3)

A mulher que passa a se inserir nas atividades econômicas sofre com as dificuldades de uma dupla jornada, pois ela não deixa de ser a única responsável pelas atividades domésticas, atividades estas que não são consideradas trabalho. Existe na atividade rural uma clara divisão hierárquica, onde os homens são os responsáveis pelas atividades produtivas e a mulheres pelas atividades domésticas, as mulheres podem “ajudar” nas atividades produtivas, mas essa ajuda raramente é recíproca nas atividades domésticas (BRUMER, 2004; DEERE e LÉON, 2003; SILVA e SCHNEIDER, 2010).

Entre as mulheres de Pranchita foi unânime a resposta de que elas ainda são responsáveis pelo trabalho doméstico. Em cinco dos casos, elas afirmam executar as atividades domésticas durante a noite ou no final de semana e em duas delas (caso 01 e 07) as mulheres contam com o auxílio das filhas adolescentes na atividade. Demonstrando que o trabalho externo a UP das mulheres, ao invés de gerar uma revisão dos papéis de gênero, reforça a dupla jornada ou transfere essas funções para outras mulheres (no caso, as filhas).

O fato do trabalho doméstico da mulher não ter uma retribuição em dinheiro é destacado por Bourdieu (2004) como algo que contribui para desvalorizá-lo, inclusive aos olhos da mulher, “como se este tempo, não tendo valor de mercado, fosse sem importância e pudesse ser dado sem contrapartida, e sem limites, primeiro aos membros da família e, sobretudo às crianças [...]” (BORDIEU, p. 137).

Em um sistema capitalista onde apenas o trabalho produtivo é valorizado, considerar como trabalho as inúmeras atividades desenvolvidas pela mulher é uma forma de torná-las visíveis e mais valorizadas. Além deste, acaba sendo de extrema importância o trabalho remunerado feminino,

pois em uma sociedade onde quase tudo se compra o acesso da mulher a alguma forma de renda própria deveria torná-la mais independente do marido e mais participante nas decisões que envolvem tanto o grupo doméstico como a sociedade mais ampla. (PAULILO, 2003, p.2)

As palavras da autora ilustram a importância social do sucesso financeiro da agroindústria na vida dessas mulheres, especialmente nos casos onde essa é a única renda considerada feminina e dessa forma a única da qual a mulher tem controle.

Em muitos casos, mesmo quando parte do processo de produção do estabelecimento, ou quando elas são consideradas as principais responsáveis pela produção da mercadoria, as mulheres não são responsáveis pela venda e pela administração dos recursos originados da produção, sendo pertencente aos homens o contato com o exterior do domicílio (BRUMER, 2004; DEERE & LÉON, 2003; KEMPF, 2014). Nesse sentido, o fato de não haver homens na agroindústria familiar “obriga” as mulheres a participarem das vendas e dessa forma ter real controle dos bens que estão produzindo.

A importância das chamadas “forças marginais” (mulheres, crianças e idosos) na persistência e competitividade da agricultura camponesa é analisada por diferentes autores (TEPICHT *apud* ABRAMOVAY, 1992; PAULILO, 2007). Na prática, essas forças se mostram marginalizadas, o que pode ser observado na desvalorização da mão de obra feminina, que é mais

barata e ela acaba sendo de extrema valia para os contratantes por apresentar diversas vantagens:

trabalhando bastante, não fazendo questão de registro, não dando queixa na Justiça, concordam em receber menos por jornada”, sendo o sustento da casa obrigação do marido, a mulher “emprega-se apenas para ‘ajudar em casa’, ganha só ‘um dinheirinho a mais’”. (PAULILO, 1987, p.3)

Nos casos 01 e 07 as mulheres utilizaram as frases “ajudar em casa/ajudar a família” e “complementar a renda” para justificar a participação na atividade da fábrica. Lurdes (caso 06) diz que participa da fábrica para ter um “dinheirinho a mais para ajudar a família” e “para comprar presentes para os netos”.

A convicção de que o trabalho feminino é mais barato está presente em todas as regiões estudadas por Paulilo (1987) a autora conclui que o trabalho é “leve” (e a remuneração é baixa) não por suas próprias características, mas pela posição que seus realizadores ocupam na hierarquia familiar. A autora ainda afirma que a “carência de estudos sobre a mulher no campo explica o relativo descaso com que essa realidade tem sido tratada no meio rural, apesar de estar ali amplamente disseminada” (PAULILO, 1987, p.7).

A renda familiar adicional, para Frank Ellis (2000), tem efeitos diferentes no bem estar do homem e da mulher, dependendo de quem é o responsável por essa renda. Os homens teriam uma tendência maior a usar o dinheiro para gastos pessoais enquanto as mulheres usariam o dinheiro para melhorar o bem estar e a saúde da família. Isso é perceptível claramente em todas as mulheres, o bem estar da família é a motivação de todas para a participação da atividade e a renda obtida com a fábrica é direcionada para os gastos “da casa” em todas as situações.

A grande maioria dos estudos realizados no Brasil sobre as mulheres rurais focalizam estritamente em sua condição de trabalhadoras não remuneradas e no seu trabalho com pouca valorização. Enquanto as possíveis formas de inserção das mulheres no mercado de trabalho, ou sua participação em atividades não agrícolas e fora da unidade de produção ainda não foram

devidamente exploradas (SILVA e SCHNEIDER, 2010), ponto que demonstra a extrema relevância do presente trabalho.

Nesse sentido, a diversificação demonstra-se uma alternativa relevante para essas demandas das mulheres rurais. A importância da diversificação dos meios de vida para mulheres pode ser percebida na análise de Silva e Schneider (2010) e de gênero Kangas, Haider e Fraser (2012). Segundo eles, a pluriatividade faz parte do processo de mudança no qual a mulher passa a deixar o espaço doméstico e começa a integrar gradativamente o espaço público. Nesse processo ela assume responsabilidades produtivas, sem abandonar porém, as atividades domésticas, o que a conduz a uma jornada dupla de trabalho. Silva e Schneider (2010) acreditam que ao diminuir o trabalho doméstico feminino, lentamente, as tarefas do lar passam a ser realizadas também por homens, diminuindo as obrigações das mulheres.

É digno de nota que a valorização do trabalho das mulheres, assim como a sua emancipação, se relaciona muito com a renda da mulher, conforme veremos mais a frente. O trabalho doméstico é desvalorizado e quando a mulher exerce alguma função produtiva na família ela é considerada apenas “ajuda”. Nesse sentido a renda externa da mulher pode vir a contribuir para essa valorização do seu trabalho e esse distanciamento da unidade de produção pode vir a gerar uma reconfiguração do espaço doméstico.

Essa reconfiguração no entanto, tende a ser lenta e de difícil percepção. Silva e Schneider (2010) procuraram analisar as alterações de posições nos trabalhos domésticos em famílias pluriativas onde as mulheres tinham trabalhos na produção ou em outros locais e neste acabaram concluindo que não houve alteração nos papéis sociais femininos.

Embora nossas mulheres ainda sejam consideradas responsáveis pelo trabalho doméstico, mesmo trabalhando mais de 8h por dia fora da UP, é digno de nota a pequena inserção dos homens nessa atividade através do preparo do almoço. Especialmente nos dias de venda, quando as mulheres seguem horários de trabalho mais intensos, fica sob responsabilidade do marido o preparo do alimento, não sem certa relutância. No caso 02, quando questionada, a mulher fala sobre as principais mudanças com a participação dela na fábrica, prontamente e com certo rancor, o marido responde: “agora eu

que tenho que fazer o almoço”. Clara explica que como condição para exercer essa nova função ele exigiu que fosse instalado um fogão do lado de fora de casa demonstrando a relutância em se apropriar da cozinha, esse espaço considerado feminino.

Dessa forma, Silva e Schneider (2010) afirmam que a pluriatividade pode “alterar as posições sociais na família ao questionar o papel de provedor do homem, enquanto chefe de família” (SILVA e SCHNEIDER, 2010, p.18), pois ao contrário da renda agrícola que é familiar, o rendimento provindo de atividades não agrícolas tem caráter individual (embora, seja frequentemente aplicado para o conjunto da família e da unidade de produção), podendo representar a independência (ao menos financeira) dos jovens e das mulheres, cujo trabalho na propriedade tende a ser desvalorizado e não costuma ser remunerado.

Com essa exposição ficam evidentes quatro fatores: (1) a situação social e econômica da mulher rural que se diferencia tanto da mulher urbana quanto dos homens, apresentando dificuldades e características específicas; (2) as estratégias de sobrevivência utilizadas pelas mulheres diferem das utilizadas pelos homens por apresentar objetivos diferentes de acordo com sua situação específica submetida; (3) a diversificação das rendas se mostra uma estratégia essencial para a mulher rural como forma de alcançar sua autonomia financeira; (4) uma agroindústria exclusivamente de mulheres, possibilita verificar o impacto da renda da mulher na relação familiar e gera alterações no padrão de comportamento das famílias.

4.4. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NAS FAMÍLIAS E SUCESSÃO

“Eles [os filhos e filhas] não gostam da agricultura”¹⁸

Lurdes, caso 06

Um dos fatores essenciais no quadro de análise dos meios de vida, proposto por Frank Ellis (2000), são os “ativos” e destes o mais importante é a terra, dessa forma se destaca a relevância de se notar as inúmeras

¹⁸ Citação extraída em entrevista

dificuldades da mulher em relação ao acesso a terra. O acesso às terras por parte das mulheres é menor do que dos homens no mundo todo (PAULILO, 2004) e a conquista de direitos, como com relação à herança, por exemplo, acabou não significando uma possibilidade concreta de igualdade na sua distribuição. Paulilo (2004) afirma que embora existam exceções, “podemos dizer com segurança que são principalmente os filhos homens que herdaram a terra”, nesse sentido se faz importante uma breve apresentação sobre os processos de sucessão e padrões de divisão de herança nas propriedades rurais (PAULILO, 2004, p. 234).

Um fator que acabou incentivando as pesquisas sobre gênero no mundo rural foi a crescente masculinização do campo, relativamente resultante de uma intensidade maior no êxodo rural feminino que masculino. Abramovay (1998) aponta que a proporção em que as moças deixam o campo é muito maior do que a dos rapazes e que esta tendência “não parece estar ligada a oportunidades [...] favoráveis no mercado de trabalho urbano, mas a precariedade das perspectivas assim como o papel subalterno que continuam a ter as moças no interior das famílias rurais” (ABRAMOVAY, 1998, p. 16).

As dificuldades enfrentadas pelas jovens mulheres, segundo Castro (2005), são perceptíveis nos “mecanismos de autoridade que reproduzem as hierarquias”, que colocam os jovens e especialmente as jovens mulheres em uma posição hierárquica menos valorizada (CASTRO, 2005, p. 5). Em sua análise a autora destaca a concepção de Bourdieu (1983) de que idade biológica é relacionada à idade social, que, para o autor, é “construída e varia em cada sociedade, nos diferentes momentos históricos e a partir de distinções de idade, gênero e classe”. Tal fator pode explicar, de certa forma, a diferença no controle paterno sobre os filhos e filhas, onde os meninos têm mais liberdades em uma idade menor do que as meninas (BOURDIEU *apud* CASTRO, 2005).

Compreender a relevância dos papéis de gênero na divisão da herança é essencial para o entendimento das regras de transmissão do patrimônio familiar. Sobre este tema, Carneiro (2001) afirma que para tal é necessário que se “reconheçam os distintos papéis reservados a homens e mulheres na dinâmica de reprodução social” (CARNEIRO, 2001, p.22).

Considerando esses fatores é possível observar que as regras e costumes locais acabam geralmente se sobrepondo ao Código Civil brasileiro no que se refere ao direito sobre a herança modificando as leis de acordo com os “interesses” do grupo familiar que se sobrepõe aos interesses individuais (CARNEIRO, 2001). Dessa forma, “mesmo quando o direito garante a igualdade de gênero, isso não significa que na partilha da propriedade agrícola as filhas herdem como os filhos” (PAULILO, 2004, p.233).

No processo de sucessão, se destacam dois fatores: a escolha do sucessor e a partilha dos bens. O primeiro é diretamente associado ao segundo (CARNEIRO, 2001). As lógicas de reprodução das famílias agricultoras variam de acordo com o tempo e local. Em pesquisa com famílias de ascendência europeia, a autora nota a utilização de diversas formas de partilha dos bens no decorrer do tempo, como por exemplo, a tradição de “família tronco” onde o filho mais velho herda a terra e estabelece uma residência patrilocal com sua prole e a residência neolocal dos demais irmãos, os quais saem da tutela do pai através do casamento.

As gerações seguintes do mesmo grupo adaptam suas estratégias de acordo com as necessidades familiares. Quando as terras não são suficientes para todos os filhos, estes passam a trabalhar para o pai até que consigam adquirir terras para todos os herdeiros. Passam então a se submeter à tutela paterna por mais tempo, mesmo sendo após o casamento. Nessa lógica quem sucedia na propriedade era o filho mais novo, o qual ficava na propriedade para cuidar dos pais. Essa regra é conhecida como *minorato* ou *ultimogenitura* (ABRAMOVAY *et al.*, 1998).

É comum ainda entre esses grupos, mandar um filho para a carreira religiosa, sendo esta a única forma de capacitação não agrícola da época. Este filho, tendo recebido sua parte da herança em estudos, abriria mão de sua parte das terras. Mais recentemente, processo similar é verificado no que se trata de capacitação acadêmica ou profissional não agrícola, o filho que sai da propriedade para estudar perde o direito a sua parte das terras (CARNEIRO, 2001; PAULILO, 2004).

Em ambos os modos de reprodução e partilha a mulher não exercia seu direito a terra (garantido legalmente pelo Código Civil Brasileiro [de 1916]), onde abdicava através de uma recusa formal. Sem direito a terra restavam-lhes

apenas três opções: “o casamento, o ingresso na vida religiosa ou o celibato civil” (CARNEIRO, 2001, p.33). Pelo casamento, ela se tornava então subordinada à família do marido, na vida religiosa se submetia a igreja e no celibato civil continuava a submissão aos pais ou a algum irmão ou irmã já casada.

Carneiro (2001, p.37) percebe os dois lados dessa dualidade casamento/celibato, se o casamento por um lado pode ser considerado um “fator de exclusão da mulher do mundo do trabalho e da produção, por outro lado lhe atribui uma posição de poder relativo dentro da unidade doméstica, e o reconhecimento de um *status* social”. O celibato (leigo) da mesma forma permite “o reconhecimento e a visibilidade da participação da mulher na produção” enquanto por outro lado lhe subtrai “qualquer espaço de poder dentro da esfera doméstica, atribuindo-lhe o *status* social mais inferior na hierarquia familiar, próximo ao da empregada doméstica”.

Um preceito surge dessas formas de organização: “o direito à herança da terra era dado àquele que nela trabalhasse”, sendo dessa forma “conquistada” através do trabalho (CARNEIRO, 2001, p.33). Nesse sentido, a mulher que supostamente é “poupada” do trabalho agrícola é automaticamente excluída do processo de partilha da terra.

A divisão de herança na agricultura familiar leva em conta, especialmente, a possibilidade de reprodução da unidade de produção familiar, procurando assim manter o patrimônio íntegro sem dissolução do mesmo. Dessa forma, surgem as normas culturais de, em alguns casos, um filho apenas herdar a terra (às vezes o mais velho e outras o mais novo). Para Carneiro,

As questões relativas à transmissão da herança podem ser resolvidas, por um lado, no sentido de conduzir à fragmentação do patrimônio familiar e à inviabilidade da manutenção da unidade de produção, e por outro podem atuar no sentido de favorecer a integridade do patrimônio (CARNEIRO, 2001, p. 23).

Na agricultura familiar, na grande maioria dos casos, não é possível dividir a gestão entre dois ou mais irmãos sucessores, pois caso isso ocorra, a propriedade perde o tamanho mínimo que lhe permite viabilidade econômica (ABRAMOVAY *et al.*, 1998). Para as famílias que tinham como propósito a

proteção do patrimônio familiar o número de filhos se tornava uma via de duas mãos onde por um lado a prole maior se reflete em mais mão de obra, por outro ameaçava a integridade do patrimônio familiar (CARNEIRO, 2001, p. 36).

Um dos métodos de partilha encontrado por Carneiro (2001) em algumas famílias de agricultores familiares é a partilha igualitária, o que acabou gerando uma fragmentação excessiva da terra, o que se mostrou uma ameaça a reprodução social e a manutenção das explorações agrícolas conforme apontando por Abramovay *et al.* (1998) e Carneiro (2001). Nesses grupos a sucessão na propriedade seria responsabilidade do filho considerado mais “apto” ou que “goste” mais da atividade.

Dentre a grande maioria das mulheres da fábrica, os filhos já migraram para a cidade (ou os que ainda não migraram pretendem o fazer), e uma das justificativas mais comuns apontadas por elas é que eles apenas “não gostavam da agricultura”, muito embora essa decisão entre ficar ou sair passe por processos mais complexos do que a aptidão ou falta dela.

Até o final dos anos 60 o processo de sucessão não apresentava problemas à manutenção da agricultura familiar, a integridade do domínio paterno e a instalação dos demais filhos na agricultura, segundo Abramovay *et al.* (1998), aconteciam de quatro maneiras: o já citado *minorato*; o esforço em dotar os filhos mais velhos de meios que assegurassem sua permanência na agricultura; a grande mobilidade espacial e um mercado de terras dinâmico; e por fim, a valorização da atividade agrícola como forma de realização na vida adulta. Esse último ponto é especialmente interessante quando percebemos que a maioria dos pais não apresentam perspectivas futuras para os filhos na agricultura e demonstram preferir a saída dos filhos para a cidade e em busca de uma vida melhor.

É perceptível, dessa forma, que a lógica de reprodução familiar vista nas famílias mais velhas ou nas gerações anteriores não vai ser necessariamente a mesma que veremos nas novas gerações de famílias mais jovens. Entre as 7 mulheres de Pranchita, analisar o padrão de sucessão se torna um processo complexo quando notamos que cada família tem idades diferentes, filhos de gêneros diferentes e situações financeiras diversas. A família de Lurdes (caso 6) teve como sucessora a filha Fátima (do caso 7), a qual foi a única das filhas que se casou com um agricultor, o filho migrou para a cidade com o objetivo de

estudar e as demais filhas casaram com homens da cidade e dessa forma migraram também, o que indica que ela não seja necessariamente a filha mais “apta” a trabalhar na agricultura ou a que “goste mais” da atividade, tais fatores aparentemente se aplicam apenas aos filhos homens. Já a família de Fátima, muito mais jovem, tem um filho (21 anos) e uma filha de 15 anos, nenhum pretende continuar na propriedade da família, pois percebem perspectivas melhores em trabalhos urbanos.

Outro grupo onde podemos observar as duas gerações da família é com Leci (caso 5) onde dentre os 4 filhos (duas mulheres e dois homens) apenas um ficou na agricultura, este tem 37 anos e é casado com Joana (caso 3) e juntos começam agora sua unidade de produção em terras cedidas pelos pais dele. Eles têm um filho de 8 anos, que até agora demonstra muito interesse pela atividade agrícola.

Dessa forma é notável que a decisão de sair da UP envolve diversos fatores para o jovem e para a família. Para Castro (2005) esse “paradoxo ‘ficar e sair’ é marcado não só pela cobrança da atuação no lote e pela continuidade do trabalho familiar, como também pela forte valorização da formação escolar e mesmo do trabalho remunerado fora do lote” (CASTRO, 2005, p.19).

Considerando a posição hierárquica do pai em relação aos filhos esse “sair de casa’ pode significar uma ruptura com a posição de dependência econômica e subordinação à família”. Esse domínio em relação a circulação dos filhos é usado como forma de controle que é “exercido enquanto o ‘jovem’ estiver vivendo com os pais, principalmente no caso das filhas” (CASTRO, 2005, p.26 e 28). Tal fator reforça ainda mais a saída da UP, para trabalho, estudo ou casamento, como forma de alcançar sua autonomia.

Outro ponto verificado por Carneiro (2001) e que se reflete na maioria dos casos é a crescente valorização do estudo que motiva ainda mais a migração para os centros urbanos. Os estudos vão se tornando uma forma de herança alternativa (e de alcançar a procurada liberdade) em detrimento das opções anteriores. Esses filhos geralmente acabam perdendo seu direito a herança, mesmo sem o casamento, sendo o estudo considerado o pagamento da sua parte e a migração para a cidade representando o desligamento da propriedade familiar. Um fator importante nos descendentes do grupo é a valorização da formação acadêmica assim como do trabalho remunerado fora

da UP. Embora a maioria das respostas das mães se relacionem a questão do trabalho, 8 dos 19 filhos estão na graduação ou já possuem um curso superior.

Um fator que colabora, hoje em dia, para a permanência dos filhos na vida acadêmica é a facilidade de deslocamento para a cidade. Este é feito pelos jovens através da *kombi* escolar ou ainda de carro, moto ou de carona com os vizinhos que vão para a cidade trabalhar. A proximidade entre a comunidade e a cidade (mapa 2) assim como as estradas pavimentadas (Figura 4) facilitam muito essa circulação.

Figura 4: Estradas da comunidade rural



Fonte: Dados da Pesquisa (2016)

O estreitamento entre as relações urbanas e rurais acaba enfraquecendo a autoridade patriarcal e “o estreitamento das relações entre o campo e a cidade, abrem novos espaços à socialização feminina”, dessa forma “as mulheres já não vêm no casamento ou na atividade religiosa as únicas fontes de inserção social. Cada vez mais, elas buscam formação profissional qualificada para o mercado de trabalho urbano” (CARNEIRO, 2001, p. 42).

Em sua análise, Carneiro (2001) resume a situação de partilha da herança do grupo por ela estudado da seguinte forma:

A oferta de emprego urbano e a valorização do estudo como meio de ascensão social têm efeitos sobre a desvalorização do trabalho agrícola. Ocorre a flexibilização do padrão de herança: não há mais uma regra a seguir, e fica em casa aquele que tiver “mais aptidão” para a agricultura e “menor vocação para os estudos.” Idealmente, ainda é o mais novo quem deve ficar, mas esta regra é abandonada face aos projetos individuais e às aptidões pessoais; abrem-se portanto espaços de

negociação entre filhos e pais. É claro, no entanto, que esta flexibilidade tem um limite, que é dado pela necessidade de haver um sucessor. No caso de invalidez ou morte do pai, ou do seu sucessor, há sempre um filho que retorna à casa para dar continuidade ao projeto familiar de manter a exploração agrícola (CARNEIRO, 2001, p. 41).

Essa flexibilização notada pela autora reflete muito da realidade do grupo estudado em nossa pesquisa, essas regras de sucessão não se mostram tão rígidas conforme as apresentadas em gerações anteriores. Dessa forma, é digno de nota, que essa “aptidão” muitas vezes se mostra reflexo da organização familiar. Comumente os filhos “gostam” mais da agricultura e as filhas “gostam” mais de estudar, mas isso se relaciona diretamente com a socialização da profissão e a liberdade de circulação maior entre os filhos homens. A Tabela 01 demonstra os dados referentes aos filhos e filhas das mulheres do grupo estudado, suas profissões e suas perspectivas na agricultura.

Tabela 1: Migração familiar e seu futuro

	Isabel (caso 1)		Clara (caso 2)		Joana (caso 3)	Ana (caso 4)			Fátima (caso 7)	
Nome	Miguel	Sophia	Alice	Davi	Pedro	Laura	Luiza	Giovana	Rafael	Sara
Idade atual	22	16	29	24	8	30	27	21	21	15
Gênero	M	F	F	M	M	F	F	F	M	F
Estado civil	S	S	UE	EU	S	UE	C	S	S	S
Continua na UP	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim
Continua na agricultura	Não	Não	Não	Não	Na	Não	Não	Não	Não	Sim
Pretende sair	Sim	Sim	Na	Na	-	Na	Na	Na	Sim	Sim
Por que não ficar na agricultura	"Não gostam da agricultura"		"Pouca terra"		Na	"Propriedade pequena"			Gostam de morar na propriedade mas precisam sair para trabalhar	
Idade que saiu	Na	Na	18	17	Na	17	15	17	Na	Na
Destino da saída	Na	Na	Outra cidade do estado	Sede do município	Na	Outra cidade do estado	Outra cidade do estado	Outra cidade do estado	Na	Na
Residência atual	Na	Na	Outra cidade do estado	Outra cidade do estado	Na	Outra cidade do estado	Outra cidade do estado	Outra cidade do estado	Na	Na
Por que saiu da residência	Na	Na	Estudar	Trabalhar	Na	Estudar	Estudar	Estudar	Na	Na
Grau de instrução ao sair	Na	Na	3ª Série – 2º Grau	3ª Série – 2º Grau	Na	Ensino Médio	Ensino Médio	Ensino Médio	Na	Na
Grau de instrução atual	Graduação incompleta	3ª Série – 2º Grau	Graduação Completa	3ª Série – 2º Grau	6ª série - 1º Grau	Graduação Completa	Graduação Completa	Graduação incompleta	3ª série – 2º grau	1ª série – 2º grau
Continua estudando	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim
Atividade que trabalha	Estudante	Estudante	Serviço Público	Indústria	Na	Serviços Auxiliares	Serviços Auxiliares	Estudante	Vendas	Serviços
Ano de retorno á região	Na	Na	Na	Na	Na	Na	Na	Na	Na	Na
Ano de retorno ao município	Na	Na	Na	Na	Na	Na	Na	Na	Na	Na
Ano de retorno ao meio rural	Na	Na	Na	Na	Na	Na	Na	Na	Na	Na
Ano de retorno à propriedade	Na	Na	Na	Na	Na	Na	Na	Na	Na	Na
Por que retornou	Na	Na	Na	Na	Na	Na	Na	Na	Na	Na

“ “

	Leci (caso 5)					Lurdes (caso 6)				
Nome	Samuel	Rafaela	Emanuel	Nicole	Felipe	Mara	Vitor	Fátima	Heloisa	
Idade atual	40	40	39	31	27	48	46	43	38	
Gênero	M	F	M	F	M	F	M	F	F	
Estado civil	C	S	C	EU	UE	V	C	C	V	
Continua na UP	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	
Continua na agricultura	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	
Pretende sair	Na	Na	Na	Na	Na	Na	Na	Na	Na	
Por que não ficar na agricultura	Na	Pouca terra				Na	"não gostam da agricultura"	Na	"não gostam da agricultura" ¹	
Idade que saiu	16	16	18	17	17	20	22		23	
Destino da saída	Cidade de outro estado	Sede do município	Cidade de outro estado	Cidade de outro estado	Sede do município	Sede do município	Outra cidade do estado	Na	Sede do município	
Residência atual	Outra cidade do estado	Sede do município	Propriedade	Cidade de outro estado	Sede do município	Propriedade	Outra cidade do estado	Propriedade	Sede do município	
Por que saiu da residência	Trabalhar	Trabalhar	Trabalhar	Trabalhar	Trabalhar	Casamento	Trabalhar	Na	Casamento	
Grau de instrução ao sair	4ª série – 1º Grau	3ª série – 2º grau	3ª série – 2º grau	3ª série – 2º grau	3ª série – 2º grau	Magistério	4ª série - 1º grau	8ª série – 1º grau	Magistério	
Grau de instrução atual	4ª série – 1º Grau	3ª série – 2º grau	3ª série – 2º grau	Graduação completa	3ª série – 2º grau	Graduação completa	4ª série - 1º grau	8ª série – 1º grau	Graduação completa	
Continua estudando	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	
Atividade que trabalha	Serviços pessoais	Serviços pessoais	Agricultura	Serviços auxiliares	Comércio	Agricultura	Cabeleireiro	Agricultura	Serviços auxiliares	
Ano de retorno á região	Na	Na	2004	Na	Na	Na	Na	Na	Na	
Ano de retorno ao município	Na	Na	2004	Na	Na	Na	Na	Na	Na	
Ano de retorno ao meio rural	Na	Na	2007	Na	Na	2015	Na	Na	Na	
Ano de retorno à propriedade	Na	Na	2007	Na	Na	2015	Na	Na	Na	
Por que retornou Na	Na	Na	"Porque não gostava de lá".	Na	Na	"Porque ficou viúva"	Na	Na	Na	

Legenda: Na: Não se aplica; S: Solteiro, C: Casado; UM: União Estável; V: Viúvo (a).

Fonte: Dados da Pesquisa

Conforme já apresentado, apenas Leci e Lurdes tiveram o processo de sucessão na UP. Fátima, filha de Lurdes se casou e mudou para as terras do marido, a irmã Mara, depois de ficar viúva voltou para a propriedade dos pais e hoje tem uma casa própria nas terras deles. Emanuel, filho de Leci e marido de Joana, mora e trabalha em sua própria UP, mas nas terras dos pais. Nesses dois casos nota-se o diferencial de idade, são famílias mais velhas e os filhos já são adultos. Nas famílias onde os filhos são mais jovens percebe-se claramente a citada “atração pela cidade”.

Analisando o processo de sucessão na família de Luci é digno de nota ainda que a única pessoa que entrou na AGF depois das demais foi Joana, nora de Luci. O grupo é extremamente contrário a entrada de pessoas novas na AGF o que demonstra que esse grau de parentesco pode ter sido um diferencial para a participação dela caracterizando uma espécie de relação de sucessão dentro da fábrica e não de rotatividade de participantes.

Joana tem o filho pequeno que ainda não demonstra interesse em sair da propriedade. Fátima e Isabel tem filhas adolescentes, entre as duas é perceptível as similaridades na divisão do trabalho doméstico, o qual acaba sendo executado durante a semana com o auxílio das filhas. As duas se diferenciam quando questionadas se as filhas têm interesse em permanecer na UP, Fátima afirma que os filhos gostariam de permanecer na UP mas precisam sair para trabalhar, o filho mais velho trabalha vendendo equipamentos agrícolas passando muitos dias fora de casa mas ainda mantém moradia fixa com os pais, a filha mais nova estuda de manhã e tem um emprego a tarde, ela vai para a cidade de moto todos os dias. A filha de Isabel é a única que continua na UP e segundo a mãe ela não tem interesse em continuar na agricultura ou na UP.

As jovens de mesma idade tem em comum a distancia da cidade, a família tem a mesma profissão, moram na mesma comunidade, de diferença pode ser percebido o transporte, a família de Fátima tem dois carros e uma moto, o que facilita o acesso ao meio urbano. E, talvez, o maior diferencial se encontre nas tecnologias e comunicação, a família tem TV a cabo, celulares e internet. Soma-se a

esses o fato de que os filhos de Fátima têm uma fonte de renda própria. Estes podem ser pontos decisivos na decisão de um jovem permanecer na propriedade.

As rendas externas e rendas urbanas resultam ainda em maior autonomia de circulação entre o meio urbano e rural para os filhos, até mesmo para as mulheres. Esses processos, no entanto, não representam necessariamente a saída de casa, que geralmente ocorre de forma definitiva em ocasião do casamento (CASTRO, 2005). Nesse sentido a diversificação dos meios de vida tem um efeito para permanência dos filhos e filhas na UP, pois diminui a dependência econômica deles em relação a família.

No grupo de mulheres pesquisado, percebe-se que a grande maioria dos filhos saiu da UP com o objetivo de trabalhar na cidade enquanto que entre as filhas são mais comuns casos de saídas devido ao casamento e para os estudos.

Alguns dos filhos homens, mesmo tendo empregos urbanos tem trabalhos que de alguma forma se relacionam com a agricultura. Os filhos homens de Clara (caso 2) e Fátima (caso 7) trabalham com vendas de utensílios agrícolas, por exemplo, enquanto suas irmãs trabalham ou estudam para posteriormente trabalhar em empregos relacionados a educação. Esse fato é compreensível se considerar a socialização dos filhos homens na agricultura, eles acabam saindo da UP motivados pela questão financeira enquanto que para as filhas a opção de sucessão nunca foi considerada uma possibilidade. Para Castro (2005), existe pouca cobrança para a participação das filhas na produção.

As dinâmicas de migração das famílias demonstram que a maioria não terá processo de sucessão na UP confirmando o que a literatura afirma a respeito da juventude na agricultura familiar. Conforme demonstrado no capítulo a modernidade traz consigo uma serie de opressões quais resultam na necessidade de estratégias de resistência dessas mulheres sendo as estratégias de resistências das mulheres rurais diferentes das demais. Estratégias essas que no caso estudado se relacionam com as estratégias de diversificação dos meios de vida, vistas aqui através da participação na AGF, tema do capítulo a seguir.

5. A AGROINDÚSTRIA FAMILIAR RURAL¹⁹

*“Aqui tudo o que fizer vende”²⁰
Fátima, caso 07*

Dentre as diversas atividades caracterizadas como formas de diversificação dos meios de vida dos agricultores familiares destacamos uma que tem grande importância para a agricultura familiar e especialmente para as agricultoras estudadas: a agroindústria familiar rural. A diversificação das atividades surge como um processo de resistência em relação às mudanças ocorridas no meio rural por volta da década de 1970, a partir da revolução verde.

Com a “revolução verde”, o cenário agrícola brasileiro passou por profundas transformações, que podem ser caracterizadas por dois pontos de vista: de um lado a agricultura entra num ciclo dito “moderno” com novas tecnologias, especialização e exclusão significativa “dos atores presentes no meio rural, principalmente os agricultores familiares de pequeno porte” e, por outro, nos movimentos de resistência dos “não modernos”, em que os segmentos sociais rurais a mercê do sistema, que supostamente deveriam se extinguir buscaram novas formas de reprodução social no meio rural (GNOATTO *et al.*, 2004, p.1).

Tal dualidade entre moderno e não moderno nos remete novamente as hierarquizações analisadas por Quijano (2005), especialmente no que se refere à visão evolucionista em relação à agricultura, onde o pequeno agricultor/camponês/caipira/agricultor familiar está situado em um estágio classificado como “anterior” e, conseqüentemente, “inferior” a modernização, para o qual haveria apenas uma única saída que o levaria da agricultura camponesa para o agronegócio. Essa visão, que é extremamente comum hoje em dia, ignora completamente as estratégias e formas de reprodução desses pequenos agricultores olhando para estes como apenas agricultores que ainda não evoluíram para o agronegócio.

¹⁹ Dentre as diversas denominações utilizadas pelos autores da área escolhemos utilizar o termo “Agroindústria Familiar Rural” (AGF). Outras denominações como agroindústria familiar de pequeno porte, agroindústria familiar, agroindústria rural – AR, por exemplo, são utilizadas, pelos autores, como sinônimos do que definimos como AGFs.

²⁰ Citação extraída em entrevista

Dessa forma, o atual modelo de produção predominante no meio rural brasileiro apresenta inúmeras dificuldades aos agricultores familiares, devido à sua intensa dependência de fatores externos (exógenos) assim como a competição com os grandes produtores. Se encontram em situações onde os rendimentos provindos das vendas dos produtos, muitas vezes, não compensam seus custos de produção (KIYOTA *et al.*, 2014), o que pode inclusive ser verificado em diversas das famílias estudadas no nosso trabalho. Nessa conjuntura, muitas “famílias de agricultores estão buscando alternativas mais sustentáveis para garantir a sua continuidade no meio rural, como é o caso da experiência de agroindustrialização de alimentos” (KIYOTA *et al.*, 2014, p. 72).

Nesse sentido, surgem as iniciativas como as indústrias rurais, também chamadas de agroindústria familiar. Isso se deve a crescente necessidade na agricultura familiar de aumentar o valor agregado da produção, para fugir do controle mercantil e conseguir escoamento de seus produtos (KIYOTA *et al.*, 2014). A agroindústria familiar rural se mostra como uma das alternativas para esses agricultores sendo capaz de “impulsionar a geração direta e indireta de novos postos de trabalho e renda, assim como uma importante forma de proporcionar a (re) inclusão social e econômica dos pequenos agricultores” (GNOATTO *et al.*, 2004, p.4) e são destacadas como alternativas “de renda familiar, diversificação de atividades produtivas, preservação da cultura, retenção da família no meio rural, etc.” (AGNE & WAQUIL, 2011, p. 165).

A agroindústria familiar rural é definida por Mior (2007, p. 10), como “uma forma de organização onde a família rural produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando, sobretudo, à produção de valor de troca que se realiza na comercialização”. Além dessa descrição, outros aspectos, segundo o autor, são característicos da agroindústria familiar rural como “a localização no meio rural, a utilização de máquinas e equipamentos em escalas menores, procedência própria da matéria-prima [...] processos artesanais próprios, assim como predominância da mão-de-obra familiar” (MIOR, 2007, p. 8). O autor ainda aponta que a Agroindústria Familiar Rural pode vir a ser um empreendimento associativo, sendo as famílias ou indivíduos participantes aparentados ou não.

Normalmente esses projetos de agregação de valor característicos da agroindústria familiar rural ocorrem nas famílias de forma gradativa, inserindo-se nos mercados, mas sem romper com as relações comerciais preexistentes do leite e dos grãos (MALUF, 2004). Na AGF São Roque uma das maiores reclamações das mulheres é em relação aos primeiros meses de existência da Fábrica, onde trabalharam sem obter lucro nenhum. Esse período só foi possível pois suas principais fontes de renda ainda eram as produções de grãos ou leite, das quais foram lentamente se desvencilhando.

Hoje em dia, a maioria das famílias ainda produzem grãos, a mão de obra utilizada é primordialmente contratada devido a baixa UTH verificada em todas as famílias. Conforme visto inicialmente, todos os filhos com idade de trabalhar já saíram da propriedade ou moram nela e possuem trabalhos externos. Somando-se ao trabalho, em período integral, das mulheres na fábrica, é de fácil compreensão que em períodos de trabalho intensivo (plantio e colheita) a mão de obra seja contratada externamente.

A agroindústria familiar rural, a qual Prezotto (2002) se refere como Agroindústria Rural de Pequeno Porte, é considerada pelo autor uma importante alternativa responsável por promover a participação dos agricultores familiares no processo produtivo. Entre os agricultores a industrialização de produtos agropecuários, definida como beneficiamento ou transformação de matérias-primas não se constitui como uma novidade, pois esta é uma característica muito comum entre os agricultores familiares. Em nossa pesquisa, os produtos transformados dentro das unidades de produção foram caracterizados como “transformação caseira”. Esse tipo de transformação está presente na grande maioria dos grupos entrevistados, no entanto, ela é claramente menor agora do que antes da criação da fábrica, uma vez que todos os produtos de panificação antes eram produzidos em casa e agora são comprados na AGF. Além disso, o tempo que as mulheres passam na AGF faz com que sobre menos tempo para a transformação caseira a qual geralmente é integralmente de responsabilidade das mulheres.

Na agroindústria familiar São Roque, ocorre a forma associativa de organização que envolve o capital social, a consolidação de uma AGF “grupal” como

no caso estudado se destaca a mobilização dos considerados “recursos sociais”, quais são “imersos nas relações sociais envolvendo, amizade, parentesco, confiança, reciprocidade, enfim, diversas formas de manifestação do capital social” quais estão “heterogeneamente presentes nas comunidades rurais” (MIOR, 2008, p.12), dessa forma as histórias de ação coletiva nas comunidades rurais acabam tendo especial importância na construção de empreendimentos associativos, qual é o caso do grupo estudado que diversas vezes nas conversas destacam a importância da comunidade no sucesso da AGF.

A comunidade é uma comunidade bem unida [...] sempre trabalhou junto, quando nos abrimos aqui nos tivemos todo o apoio da comunidade, a gente tem muita ligação com a comunidade. Eles tem acesso aqui se precisar de alguma coisa (assim) como nós, eles deixam ter acesso na comunidade, se precisar eles tão pronto pra ajudar, não tem isso de eu sou eu e você é você, acho que é por isso que deu certo (Ana, caso 4).

A motivação para criar ou participar de uma agroindústria rural familiar é abordada por Agne e Waquil (2011). Segundo os autores, as discussões na literatura brasileira sobre as ARFs (Agroindústria Rural Familiar) se dividem em duas visões: “Por um lado, alguns autores destacam o desenvolvimento dessa produção relacionada com a interação dos agricultores familiares e agentes técnicos de extensão rural – como menciona Vieira (1997)” outros, por outro lado “retratam a relação da agroindústria com o saber-fazer tradicional das famílias, tal como retratam Pettanet *al.* (2004) e Pereira e Neves (2004)” (AGNE & WAQUIL, 2011, p. 169).

No grupo analisado podemos perceber a materialização dessas duas visões quando a agroindústria familiar se inicia através de uma política externa implantada na comunidade, mas ela toma forma como um estabelecimento de produção baseado nos conhecimentos tradicionais do grupo. A panificação é algo muito presente entre mulheres agricultoras. Dessa forma, muitas das receitas iniciais, assim como a origem das matérias primas, são frutos de um saber-fazer tradicional das famílias de cada uma delas. Segundo Agne e Waquil (2011, p. 169) “outras motivações estão relacionadas com a agregação de valor à produção agropecuária e à alternativa de renda familiar, com a diversificação de suas atividades produtivas”.

Notavelmente a “alternativa de renda” foi a justificativa mais utilizada pelas mulheres interlocutoras de nossa pesquisa para explicar a criação da AGF sendo esta citada por todas elas quando questionadas em grupo. No decorrer das entrevistas outros motivos foram surgindo para justificar a participação na AGF: a interação com as colegas, a necessidade de um trabalho na comunidade para ficar próxima da família, ou mesmo como “uma oportunidade” que apareceu. Clara (caso 2) considerava a solidão do trabalho na agricultura um dos motivos para o agravamento de sua depressão, dessa forma atribui à agroindústria sua melhora de saúde. Joana (caso 3) largou um emprego na cidade onde ganhava mais para poder trabalhar perto da família. No caso de Ana (caso 4), o marido tinha um bom emprego na cidade e não sentia necessidade imediata de uma renda extra, porém acabou “pegando essa oportunidade que surgiu”.

Uma das grandes vantagens da agroindustrialização dos pequenos agricultores é a descentralização regional da produção ao passo que acaba por aproximar as agroindústrias da produção da matéria-prima (PREZOTTO, 2002). Essa aproximação pode ser observada nas relações de troca na comunidade, pois muito da matéria-prima utilizada na AGF é obtida com os vizinhos e familiares do grupo.

A Agroindústria Familiar Rural gera uma série de mudanças nas famílias das agricultoras. Tais alterações se referem ao “abandono dos sistemas produtivos de grãos e *commodities* e o aumento da área, produção e trabalhos com as matérias-primas e produtos processados” (KIYOTA *et al.*, 2014, p. 80). São perceptíveis diversos efeitos nas famílias que tem agroindústrias, como como elevação da renda familiar, manutenção dos membros da família na UP, por exemplo (KIYOTA *et al.*, 2014).

Uma das consequências do desenvolvimento da agroindústria familiar são as mudanças no “âmbito interno da organização da unidade familiar de produção” (MIOR, 2007, p. 10). Em nosso caso, especialmente, se torna importante observar essas mudanças considerando que são apenas as mulheres que participam da agroindústria, e, sendo assim, podemos notar os desdobramentos de gênero nas alterações da dinâmica familiar. Segundo MIOR (2008, p.13) a “presença marcante

das mulheres agricultoras no processo de constituição e operação das agroindústrias familiares” gera uma re-divisão interna de trabalho da família rural. Além da questão familiar, o autor destaca que os cursos, capacitações, saídas para vendas, contatos com o ambiente externo ao domicílio, se mostram como parte do processo de empoderamento para essas mulheres.

Um ponto que sempre se destaca ao se falar em beneficiamento e transformação de alimentos é a legislação e o controle sanitário sobre os alimentos agroindustrializados, os quais tendem a gerar uma exclusão das pequenas AGFs dos mercados formais, pois esses fatores geralmente se mostram como um grande impedimento para os pequenos produtores que possuem dificuldades em se adequar as exigências do controle sanitário (JUNIOR *et al.*, 2013; MALUF, 2004; MIOR, 2007)

O fato das pequenas AGFs, muitas vezes sem formalização, continuarem fazendo transações comerciais, é uma demonstração da existência de outros mercados, além daqueles considerados os mercados formais (JUNIOR *et al.*, 2013).

No caso da Fábrica das Mulheres de Pranchita, é notável, logo na entrada do estabelecimento, a licença sanitária da secretaria municipal de saúde, conforme se verifica na Figura 5. Nota-se na imagem que a Razão Social da Agroindústria é o nome de uma das integrantes da fábrica, elas explicam que isto ocorre porque elas optaram por não possuir um CNPJ próprio para não ocorrer possíveis complicações em um futuro processo de aposentadoria rural e Leci já é aposentada.

Figura 5: Licença sanitária de funcionamento da AGF



Fonte: Dados da Pesquisa (2016)

A aposentadoria no meio rural apresenta certa burocracia em relação a documentação a qual é uma preocupação constante das agricultoras, como se nota no caso de Clara onde o marido encontra dificuldades em conseguir a aposentadoria por invalidez como agricultor por possuir um estabelecimento comercial no nome, mesmo este sendo apenas um cômodo acoplado a casa da família dentro da unidade de produção.

Fatores como este se mostram como um entrave a atividades de diversificação dos meios de vida, onde agricultores podem optar por não exercer alguma atividade que seria benéfica para a família por medo de dificultar o futuro processo de aposentadoria. As notas dos produtos entregados pela AGF são feitas em nome de cada uma delas, em sistema de rodízio, através do bloco de produtor rural.

As relações sociais possuem grande destaque na preservação das pequenas AGF e “têm sua importância diminuída na medida em que as ARs migram da informalidade para a formalidade” (JUNIOR *et al.*, 2013, p.170). Em nosso caso é perceptível a importância de diversos atores sociais na rede de relações delas para

a construção de uma variedade de canais de comercialização que possuem hoje em dia, assim como para os cursos de formação que as ajudaram no decorrer dos anos, o crédito obtido nas cooperativas, os contatos na prefeitura que possibilitaram acesso às políticas públicas, entre outros. Tais exemplos mostram a participação de atores sociais diversos na construção da rede de relações que possibilitaram a estabilidade comercial e financeira que elas possuem hoje em dia. Essas redes sociais da AGF São Roque serão melhor apresentadas mais a frente.

5.1. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NA AGF

*“Não tem (líder), todo mundo manda igual”²¹
Fátima, caso 7*

O rendimento mensal de cada uma das mulheres da fábrica se dá com base na quantidade de horas trabalhadas e a organização dessas se dá em uma espécie de banco de horas onde cada uma anota o horário de chegada e o horário de saída. São contabilizadas as horas de atividade dentro da agroindústria ou em atividades externas como vendas e cursos. No final do mês os ganhos são divididos de acordo com as horas que cada uma trabalhou. Por esse motivo na análise econômica de cada família os rendimentos recebidos apresentam significativas variações a cada mês e entre elas.

Questionadas sobre uma média de horas trabalhadas as respostas variaram, algumas afirmam ser de 6 a 8 horas, outras dizem ser mais de 8 horas e uma, a Lurdes (caso 6), trabalha “meio horário”, ela é a mais velha do grupo e já tem a aposentadoria como renda própria além da renda do marido. As atividades são desenvolvidas unicamente por elas e os maridos não se envolvem em nenhum assunto correspondente à fábrica.

No primeiro contato, ao explicar os objetivos da pesquisa e a escolha desse grupo em específico por sua particularidade de mulheres executarem todas as etapas de produção, distribuição e comercialização, elas falaram orgulhosamente sobre as atividades “de homem” que elas executam, tais como trocar botijão de gás

²¹ Citação extraída em entrevista

e pneu do carro, por exemplo. O discurso de tom feminista, no entanto, não se repete nos demais contatos quando o tema de gênero não foi levantado. Dessa forma, nos remetemos à subjetividade ativa de Lugones (2014) quando argumenta sobre as formas de resistência diária das mulheres que não se traduzem em enfrentamentos diretos embora demonstrem, em suas atitudes, o descontentamento com a situação vigente.

As atividades executadas na AGF giram em torno de produção de alimentos, limpeza e manutenção das instalações e as vendas na cidade. Para Mior (2008), a AGF se mostra um elemento empoderador para as mulheres, pois a “agroindústria familiar rural se constitui num novo espaço e num novo empreendimento social e econômico” o qual retira a mulher do espaço da cozinha de casa onde exercem suas atividades de “processamento e a transformação de alimentos” (MIOR, 2008, p.2).

Por ser um trabalho considerado doméstico e feminino, o trabalho na cozinha chega a ser tratado como pejorativo quando notamos, por exemplo, a fala do marido no caso 2 que só aceitou fazer almoço em casa quando o fogão foi instalado do lado de fora. Olhando para o espaço doméstico camponês é possível perceber que os papéis de gênero se relacionam as concepções de dentro e fora de casa, dessa forma o trabalho executado dentro de casa é feminino e esse espaço pertence fundamentalmente à mulher enquanto o de fora de casa (e fora da propriedade) é de domínio masculino. Mais do que em relação à atividade a questão espacial se mostra relevante quando notamos que a produção do alimento cozido (na cozinha) é algo considerado feminino enquanto o alimento feito fora de casa como abate do animal e a preparação das carnes, por exemplo, é masculino (SILVA, 2008; WEDIG, 2009).

Dessa forma, para a mulher se torna especialmente importante essa saída “da cozinha” de casa para realizar uma atividade externa ao ambiente doméstico. Com a agroindústria esse trabalho, ainda que executado em uma cozinha (onde realizam praticamente as mesmas atividades feitas em casa), deixa de ser “sem valor” e passa a ser uma atividade produtiva e como tal mais valorizada especialmente devido aos rendimentos mensais mensuráveis.

A forma de organização do trabalho dentro da AGF apresenta peculiaridades, pois elas se organizam em uma espécie de rodízio. São respeitadas as

características e aptidões de cada uma ao mesmo tempo em que dividiam as atividades mais maçantes. Não existe uma liderança ou alguém que delegue tarefas, ao passo que elas trocam de atividade e começam outra de forma sinérgica (Figura 6).

Figura 6: Grupo trabalhando



Fonte: Dados da Pesquisa (2016)

As atividades que demandam bastante tempo e mão de obra são executadas por todo o grupo e ao mesmo tempo. A produção de *capeletti*, por exemplo, é um trabalho manual que demanda paciência e habilidade (Figura 7). Estas atividades são executadas, normalmente, enquanto aguardam o preparo de algum produto, como quando o pão está assando ou as bolachas secando para serem embaladas (Figuras 8 e 9). Dessa forma, elas otimizam seu tempo e executam mais atividades durante o dia de trabalho.

Figura 7: produção de *capeletti/agnoline*



Fonte: Dados da Pesquisa (2016)

Figura 8: Bolachas secando



Fonte: Dados da Pesquisa (2016)

Figura 9: Pão assando



Fonte: Dados da Pesquisa (2016)

Na divisão de tarefas dentro da agroindústria a única atividade em que não ocorre rodízio é a comercialização dos produtos. Esta é efetuada pelas mulheres que “levam mais jeito para a venda” e “gostam mais” da atividade.

Para Mior (2008), a comercialização dentro das agroindústrias familiares é feita pela pessoa que “mais se identifica com a tarefa. Habilidades como a negociação, o relacionamento interpessoal e o marketing são características fundamentais para o sucesso desta função” (MIOR, 2008, p. 11). Sobre essa aptidão para a comercialização o autor ainda afirma que nas AGFs mistas quando a mulher da família é a pessoa considerada mais apta é ela que faz a comercialização. No entanto, na maioria das vezes, o homem, considerado chefe da família, é o responsável pela comercialização dos produtos, inclusive em situações onde o produto vendido é produzido pelas mulheres (BRUMER, 2004; KEMPF, 2014).

Nesse sentido, é notável uma relação entre a atividade comercial e a posição de liderança no grupo familiar – o homem chefe de família é geralmente o mais apto a fazer a comercialização. Na AGF São Roque, percebemos que as mulheres que fazem a comercialização possuem uma posição de liderança dentro do grupo, conforme se verifica na análise de capital social mais a frente.

Em análise de uma agroindústria familiar de cana de açúcar, Gnoatto *et al.* (2004) constatam que a divisão do trabalho por gênero e idade é idêntica na agroindústria e nas UPs. Dessa forma, é compreensível que em uma agroindústria mista é de grande probabilidade que a comercialização seja feita por homens sendo essa uma atividade que naturalmente lhes é reservada. Na AGF São Roque, onde há apenas mulheres, o critério de escolha de quem faz as vendas, segundo elas, é a aptidão para a atividade. No entanto, conforme o salienta Mior (2008), quando olhamos mais a fundo, percebemos outros fatores que influenciam nessa divisão de tarefas. Fátima e Joana são as únicas mulheres do grupo que possuem carteira de motorista, dessa forma é notável que a escolha vai além de apenas “levar jeito” para vender. Nota-se, por exemplo, que Clara tem mais facilidade de interação com as pessoas que Joana, tanto que ela “ajuda” nas vendas sempre que possível, no entanto, não é considerada responsável pela atividade.

As indicações de e liderança de Fátima e Joana aparentam se relacionar diretamente com a atividade comercial. Fátima assume claramente uma posição de liderança, tanto na fábrica quanto na família e na comunidade: ela participa da direção de cooperativa e é ministra da igreja. Joana é, dentre todas as colegas, a pessoa com menos atividades de participação pública, sendo estas realizadas pelo seu marido. Ela também foi a última a entrar para a AGF e dessa forma era esperado que apresentasse baixo envolvimento com as colegas. As únicas características que indicam uma posição diferenciada dela em relação ao grupo é a idade e o fato de ser responsável pela comercialização. Nesse sentido, tanto Fátima quanto Joana tem em comum além de serem as únicas com carteira de motorista o fato de serem as mais jovens do grupo.

As indicações de proatividade e liderança foi uma resposta de difícil afirmação, pois segundo elas, o grupo trabalha de forma associativa e não tem líder. Após muita insistência de nossa parte as mulheres indicaram os nomes de quem consideravam as pessoas mais proativas dentre o grupo. A mensuração do capital social na fábrica demonstra uma grande proximidade entre as mulheres. As indicações de liderança demonstram coesão nas respostas.

5.2. OS CADERNOS DE CONTROLE

*“Eles (consumidores) preferem as receitas antigas”²²
Fátima, caso 6*

Devido à forma de organização da agroindústria (divisão dos lucros, não contratação de mão de obra, etc.), optou-se por utilizar procedimentos contábeis de cooperativa. Os 4 anos do demonstrativo são a totalidade de registros encontrados no *caderno de entradas e saídas de dinheiro* onde são controladas as contas da AGF, conforme verifica-se na Tabela 2.

²² Citação extraída em entrevista

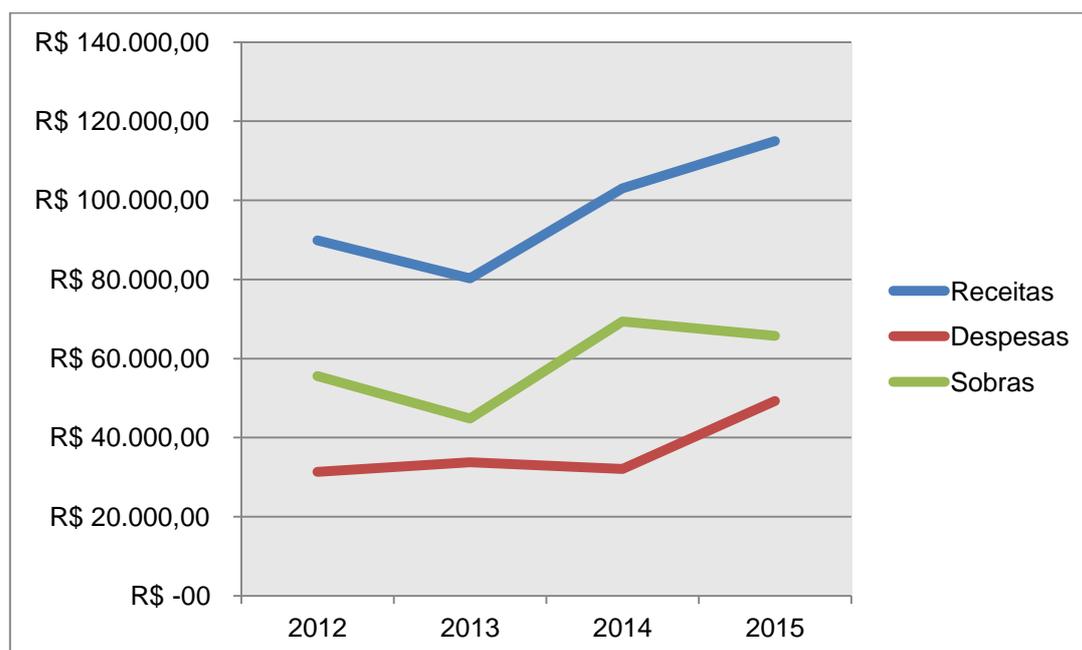
Tabela 2: Demonstração de sobras ou perdas de 2012 a 2015 (R\$)

	ACUMULADO 2012	ACUMULADO 2013	ACUMULADO 2014	ACUMULADO 2015
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	89.836,00	80.249,00	103.011,40	114.978,45
Vendas de Produtos	89.836,00	80.249,00	103.011,40	114.978,45
(=) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	89.836,00	80.249,00	103.011,40	114.978,45
(-) CUSTOS DAS VENDAS	22.293,50	24.002,59	22.344,96	33.932,46
Custo dos Produtos Vendidos	22.293,50	24.002,59	22.344,96	33.932,46
(=) RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	67.542,50	56.246,41	80.666,44	81.045,99
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	7.877,50	8.481,41	7.895,69	11.990,19
Despesas Com Vendas	6.521,11	7.021,04	6.536,16	9.925,65
Despesas Administrativas	1.356,39	1.460,38	1.359,52	2.064,54
(=) RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO	59.665,00	47.765,00	72.770,75	69.055,80
(-) OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS	1.169,00	1.275,00	1.851,80	3.326,20
(=) SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA COOPERATIVA	55.541,00	44.841,00	69.332,95	65.729,60

Fonte: Elaborado pela autora com base nos cadernos de controle da AGF

Além deste, elas possuem outros dois cadernos, um para o controle dos horários de entrada e saída e outro que controla as vendas feitas a conhecidos que ainda não receberam e as contas a pagar (compras e vendas feitas a uma mesma pessoa podem ser representadas por um nome e valor rasurado no caderno, o que acaba dificultando a compreensão externa do controle financeiro do grupo).

O demonstrativo supracitado tem como objetivo demonstrar especialmente a evolução das entradas, saídas e os ganhos da AGF. Para melhor ilustrar essa evolução é possível verificar o Gráfico 15.

Gráfico 15: Receitas, despesas e sobras da AGF de 2012 a 2015

Fonte: Elaborado pela autora com base nos cadernos de controle da AGF (2016)

O demonstrativo e o gráfico que ilustra o mesmo foram feitos com base em valores estimados e anotações nos cadernos de controle do grupo, dessa forma ele não é um demonstrativo exato, muito embora seja útil para demonstrar as relações entre as entradas e saídas e suas influências no rendimento individual das mulheres, assim como sua evolução através dos anos. Percebemos que de 2012 para 2013 as receitas e as sobras diminuíram (receita foi de 89.836,00 para 80.249,00 e as sobras foram de 55.541,00 para 44.841,00) enquanto as despesas demonstram um pequeno aumento (de 7.877,00 para 8.481,41). No ano de 2014 as despesas se mantiveram na mesma média que 2012 e 2013 (7.895,69), mas as receitas e sobras aumentaram mais do que nos últimos dois anos (receita aumentou para 103.011,00 e sobras para 69.332,955). No ano de 2015 despesas e receitas aumentaram (despesas foram para 11.990,19 e receitas para 114.978,45) demonstrando uma movimentação maior de dinheiro no ano, mas as sobras diminuíram indicando que as maiores movimentações financeiras vieram acompanhadas de um aumento na auto exploração do grupo.

Dessa forma, vemos que até 2014 o valor das sobras acompanhava o aumento nas entradas e saídas, em 2015 ambas aumentam proporcionalmente

e as sobras diminuem. Esse aumento nos rendimentos relativos, no entanto, se mostra abaixo da inflação demonstrando que mesmo nos anos onde os salários aumentaram estes não significam necessariamente um aumento real na produção ou nos rendimentos das famílias. São perceptíveis variações no volume de atividade do grupo mensalmente também, conforme se percebe na Tabela 3: *demonstração de sobras ou perdas do exercício de fevereiro a dezembro de 2015.*

Tabela 3: Demonstração de sobras ou perdas do exercício de fevereiro a dezembro de 2015 (R\$)

	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ACUMULADO 2015
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	7.331,20	6.375,80	9.844,45	10.698,20	10.673,80	12.294,85	9.965,25	10.041,30	10.730,90	9.143,20	17.879,50	114.978,45
Vendas de Produtos	7.331,20	6.375,80	9.844,45	10.698,20	10.673,80	12.294,85	9.965,25	10.041,30	10.730,90	9.143,20	17.879,50	114.978,45
(=) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	7.331,20	6.375,80	9.844,45	10.698,20	10.673,80	12.294,85	9.965,25	10.041,30	10.730,90	9.143,20	17.879,50	114.978,45
(-) CUSTOS DAS VENDAS	2.359,47	2.707,53	2.504,85	3.314,47	2.239,81	2.855,05	1.927,43	1.879,48	3.089,51	2.242,17	8.812,70	33.932,46
Custo dos Produtos Vendidos	2.359,47	2.707,53	2.504,85	3.314,47	2.239,81	2.855,05	1.927,43	1.879,48	3.089,51	2.242,17	8.812,70	33.932,46
(=) RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	4.971,73	3.668,27	7.339,60	7.383,73	8.433,99	9.439,80	8.037,82	8.161,82	7.641,39	6.901,03	9.066,80	81.045,99
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	833,73	956,72	885,10	1.171,18	791,44	1.008,85	681,07	664,12	1.091,69	792,28	3.114,00	11.990,19
Despesas Com Vendas	690,17	791,99	732,70	969,52	655,17	835,14	563,80	549,77	903,72	655,86	2.577,82	9.925,65
Despesas Administrativas	143,56	164,73	152,40	201,66	136,28	173,71	117,27	114,35	187,97	136,42	536,19	2.064,54
(=) RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO	4.138,00	2.711,55	6.454,50	6.212,55	7.642,55	8.430,95	7.356,75	7.497,70	6.549,70	6.108,75	5.952,80	69.055,80
(-) OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS	274,30	48,65	636,40	463,35	379,80	(99,10)	537,25	491,35	272,05	450,95	(128,80)	3.326,20
(=) SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA COOPERATIVA	3.863,70	2.662,90	5.818,10	5.749,20	7.262,75	8.530,05	6.819,50	7.006,35	6.277,65	5.657,80	6.081,60	65.729,60
Fonte:	Elaborado	pela	autora	com	base	nos	cadernos	de	controle	da	AGF	(2016)

É notável na demonstração que os primeiros meses do ano (começa em fevereiro, porque elas não trabalham no mês de janeiro) elas têm um rendimento abaixo da média anual. Já no mês de dezembro a receita bruta é muito maior do que nos outros meses, passando de R\$ 7.331,20 em fevereiro para R\$ 17.879,50 em dezembro. Esta, no entanto, não se reflete nos salários (sobras à disposição) que acabam mantendo a mesma média dos demais meses, variando de R\$ 2.662,90 a R\$ 8.530,05 em julho, valores que são divididos entre as sete proporcionalmente as horas trabalhadas mensalmente.

Não foi possível calcular o valor do ativo imobilizado da AGF devido à impossibilidade de mensurar financeiramente muitos dos bens que foram recebidos como doações no início da AGF. Este é o caso das instalações e de várias das máquinas e equipamentos que elas utilizam. A título de ilustração segue a lista dos ativos que elas possuem e em seguida algumas imagens das instalações, máquinas, equipamentos, móveis e utensílios da AGF São Roque. As imagens das instalações e bens podem ser verificadas na figura 10 até a figura 15.

Tabela 4: Relatório de ativo imobilizado da AGF

Categoria	Descrição do bem	Quantidade
Veículos	Automóvel	1
Instalações	Instalação com 7 peças de concreto, piso e telhas de amianto	-
Móveis e utensílios	Mesas de aço	4
	Armários de metal	4
	Linha de Telefone fixo	1
	Ventilador	2
	Mesa madeira	2
	Estufa de pão	2
	Selador de embalagem	1
Máquinas e equipamentos	Fogão a gás industrial	1
	Forno de pão industrial	1
	Batedeira industrial	1
	Máquina de bolachas	2
	Freezer	2
	Geladeira	2
	Máquina de massas	1
	Balança	1
Máquina de bater massa	1	

Fonte: Elaborado pela autora com base nos relatos das mulheres (2016)

Figura 10: Fachada AGF

Fonte: Dados da Pesquisa (2016)

Figura 11: Garagem AGF

Fonte: Dados da Pesquisa (2016)

Figura 12: Estufa de pão

Fonte: Dados da Pesquisa (2016)

Figura 13: Pães na mesa de metal

Fonte: Dados da Pesquisa (2016)

Figura 14: Máquina de massas

Fonte: Dados da Pesquisa (2016)

Figura 15: Máquina de fazer bolacha

Fonte: Dados da Pesquisa (2016)

Figura 16: Máquina de bater massas **Figura 17:** Freezer e estufa de pão**Fonte:** Dados da Pesquisa (2016)**Fonte:** Dados da Pesquisa (2016)

Nas anotações do grupo, os valores relatados são as “entradas”, “saídas” e “salários”. Na transcrição dos valores foi adicionado o item “outros resultados operacionais”, sendo este a diferença entre o total de entradas e saídas e “sobras à disposição da AGF”. Por esse motivo, os valores estão em alguns momentos positivos e em outros negativos, sendo possível que sejam contas a pagar no próximo mês ou valores que foram anotados em outros cadernos.

O cálculo das receitas operacionais e com vendas foi feito com base na porcentagem dos gastos estimados pelo grupo, conforme o Tabela 5. Essa estimativa feita pelo grupo, embora seja útil para compreender a proporção dos gastos da agroindústria, difere muito dos dados encontrados nos cadernos de controle os quais indicam uma média de passivo anual de R\$ 36.610,075.

Tabela 5: Relatório dos custos estimados

	Mês		Ano	%	
CUSTOS DAS VENDAS	R\$	4.273,33	R\$	51.280,00	73,89%
Custo dos Produtos Vendidos	R\$	4.273,33	R\$	51.280,00	
Coagro (mercado)	R\$	1.000,00	R\$	12.000,00	
Banha	R\$	400,00	R\$	4.800,00	
Ovos	R\$	600,00	R\$	7.200,00	
Leite/nata/manteiga	R\$	500,00	R\$	6.000,00	
Amendoim/Maisena	R\$	200,00	R\$	2.400,00	
Fermento	R\$	240,00	R\$	2.880,00	
Melado/Açúcar mascavo	R\$	333,33	R\$	4.000,00	
Frango/Carne moída	R\$	1.000,00	R\$	12.000,00	
DESPESAS OPERACIONAIS	R\$	1.510,00	R\$	18.120,00	26,10%
Despesas Com Vendas	R\$	1.250,00	R\$	15.000,00	82,78%
Gasolina	R\$	400,00	R\$	4.800,00	
Embalagens	R\$	400,00	R\$	4.800,00	
Água	R\$	10,00	R\$	120,00	
Gás	R\$	440,00	R\$	5.280,00	
Despesas Administrativas	R\$	260,00	R\$	3.120,00	17,21%
Energia elétrica	R\$	220,00	R\$	2.640,00	
Telefone	R\$	40,00	R\$	480,00	
PASSIVO TOTAL ESTIMADO	R\$	5.783,33	R\$	69.400,00	100%

Fonte: Elaborado pela autora com base nos relatos das mulheres (2016)

A Tabela 5 representa a estimativa de gastos com insumos, vendas e despesas administrativas. Os valores totais são diferentes dos obtidos pelos cadernos de controle mas a proporção de gastos em cada área nos trás importantes informações importantes sobre o funcionamento das contas da AGF. Mais de 70% das despesas da fábrica é com compra de insumos e estes tem uma relação direta com os canais de comercialização do grupo e com suas relações sociais conforme nota-se na tabela 6.

A dificuldade em mensurar um valor exato dos gastos da AGF pode ser explicada devido as diversas fontes de fornecimento dos produtos. O produto vendido para uma pessoa que também é fornecedora pode, ao invés de ser anotado como um debito, apenas ser rasurado o nome de quem elas tinham contas a pagar. Da mesma forma que muitas pessoas na comunidade

compram os produtos delas, muitos produtos são comprados na comunidade demonstrando novamente a importância desses laços, conforme verifica-se na tabela a seguir.

Tabela 6: Relação de produtos e locais de compra

Produtos mais utilizados e local de compra	
Produto	Local de compra
Ovo	Comunidade
Leite	
Nata	
Manteiga	
Banha	
Tempero	
Melado	Pequena Agf na comunidade
Açúcar mascavo	
Goiabada	Coagro (supermercado em Pranchita)
Açúcar	
Carne	
Fermento	
Trigo	COOPAFI
<i>"Farinha para macarrão"</i>	Argentina
Doce de leite	
Azeite	
Gasolina	

Fonte: Elaborado pela autora com base nos relatos das mulheres (2016)

Há alguns anos todo o leite utilizado por elas era “levado de casa”, porém, com o aumento da produção, elas passaram a comprar o leite de fora, transformando essa relação de trocas pessoais em algo mercantilizado devido ao aumento de escala da produção. O leite agora é comprado de vizinhos na comunidade porque se elas vendem o leite delas “falta para o leiteiro”, já que o valor pago pelo leite sofre variações de acordo com a quantidade vendida, caso elas vendam menos que a quantidade definida recebem um valor menor pelo leite, dessa forma não se mostra lucrativo para elas vender o leite para a AGF.

Ovos, banha, nata e manteiga são obtidos na comunidade com os vizinhos ou com as próprias famílias delas. O melado e o açúcar mascavo são comprados de uma pequena agroindústria familiar rural da comunidade, na

qual trabalha o marido de um delas. A “COOPAFI ²³” é a cooperativa de produção pela qual elas entregam os produtos para o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), em um acordo com a cooperativa elas precisam necessariamente comprar certos produtos com eles, como o trigo, por exemplo. Os demais produtos, quando não comprados na comunidade, em suas famílias ou no mercado da comunidade são comprados na Argentina dependendo de como esta a cotação da moeda.

Outro ponto que dificulta a mensuração do caderno de controle é que devido à grande proximidade com os fornecedores, os quais muitas vezes são as famílias delas mesmas, muitos dos itens são anotados no caderno de controle apenas com o nome de quem vendeu e o valor pago, conforme pode ser visto no quadro abaixo que representa algumas das despesas dos meses de março, abril e maio de 2015, elaborado com base no segundo caderno, o qual controla os pequenos gastos, as contas a pagar e valores a receber.

Quadro 3: Principais despesas dos meses março, abril e maio

	Março		Abril		Maio
R\$473,00	ovos	R\$ 38,00	nata	R\$200,00	melado Nelso
R\$42,00	nata	R\$ 140,00	mecânico	R\$ 110,00	gás
R\$110,00	gas	R\$ 80,00	queijo	R\$ 390,00	Argentina
R\$ 291,00	argentina e gasolina	R\$ 432,00	ovo e leite	R\$ 685,00	ovos
R\$ 306,00	argen	R\$ 110,00	gás		
R\$ 1.000,00	Fátima	R\$ 24,00	banha		
R\$150,00	Tuti				
R\$200,00	Fati				
R\$50,00	Ana				

Fonte: Elaborado pela autora com base nos cadernos de controle da AGF (2016)

Conforme apresenta o quadro, alguns pagamentos são feitos em nome delas mesmas, que podem se referir tanto ao recebimento adiantado (ou atrasado) dos salários quanto ao pagamento por produtos que as famílias delas fornecem. Outro fato que podemos verificar com base no quadro é que além dos gastos de mercado (no quadro estão como “Argentina”, mas também

²³ Dados sobre a cooperativa Coopaf e sua forma de funcionamento melhor apresentados nos tópicos sobre as cooperativas e mercados mais a frente.

podem estar representados por “Coagro²⁴”) os produtos que elas mais compram são ovos, leite e derivados, banha e melado, estes, como não estão caracterizados como “mercado” são produtos que elas adquirem na comunidade ou com conhecidos da cidade, por isso, o grande número de saídas é caracterizado por nomes próprios.

5.3. AS MULHERES DA FÁBRICA E SEU CAPITAL SOCIAL

O capital social, para Durston (1999) se caracteriza por um “conjunto de normas, instituições e organizações que promovem a confiança e a cooperação entre as pessoas, nas comunidades e na sociedade em seu conjunto”. (DURSTON, 1999, p. 103). Segundo Coleman (1988), ele se dá por mudanças nas relações interpessoais que facilitam a ação coletiva, trazendo grandes vantagens aos grupos dotados de um forte capital social. Embora pouco tangível em comparação as demais formas de capital, o capital social não se mostra menos importante.

O capital social traz vantagens e facilidades para atividade produtiva da mesma forma que o capital físico e humano “Por exemplo, um grupo dentro do qual existe grande confiabilidade e ampla confiança é capaz de realizar muito mais do que um grupo comparável sem essa credibilidade e confiança” (COLEMAN, 1988, p.100-101).

Olhar para a ótica do capital social no grupo é dar ênfase à importância da dimensão político-social, dando destaque à cooperação e confiança como pilares para aumento da eficiência administrativa. Nessa perspectiva, considerou-se importante analisar aspectos referentes ao capital social entre as mulheres da agroindústria.

Para tal foi utilizada a metodologia de análise de redes sociais (ARS) para a mensuração de indicadores pré-selecionados partindo das categorias “nível de confiança”, “nível de proximidade”, “interação e contato” e “papel de liderança”.

²⁴Coagro é uma cooperativa de produção que algumas delas participam, a cooperativa possui um mercado na cidade com o qual elas mantém uma relação de compra e venda de produtos

Os resultados encontrados indicam um alto grau de confiança e relações de proximidade entre o grupo. Em análise do processo decisório do grupo, 85,71% (seis mulheres) afirmou participar da análise, desenvolvimento e dos planos de ação da AGF, e todas as mulheres afirmam que o processo decisório da associação se dá de forma conjunta.

Na análise do nível de proximidade entre as participantes, apesar das poucas indicações, o grupo se mostra muito coeso, especialmente devido às relações de vizinhança compartilhada por todas as mulheres do grupo. Assim, se mostrou importante questionar sobre o grau de parentesco entre elas, demonstrando que a grande maioria compartilha laços de parentesco, ainda que distantes, o que pode ser um fator que contribui para a forte coesão e proximidade do grupo.

O nível de confiança entre elas foi analisado, obtendo unanimidade na maioria das questões, confirmando o alto grau de confiança e harmonia das respostas entre as mulheres. As indicações de liderança demonstram a mesma afinidade, apontando para uma centralidade da rede. Um fator que pode vir a gerar preocupações futuras é a idade, sendo esse o principal fator para saída de mulheres da fábrica e não havendo um direcionamento para renovação ou inclusão de novos membros.

Tendo em vista os fatores acima mencionados, percebemos que a AGF apresenta indicativos de uma forte presença de capital social na associação, o qual pode ser responsável por contribuir para o bom desenvolvimento apresentado por esta Agroindústria Familiar Rural no decorrer dos anos.

Na AGF São Roque, essas redes se mostram importantes de inúmeras formas, a sede da agroindústria foi uma doação da prefeitura para comunidade, nomes de vizinhos e amigos surgem a todo momento ao explicara origem de alguma das formas de comercialização, as compras de matéria-prima se desenvolvem na comunidade, as vendas ocorrem entre conhecidos que conseguem sempre mais clientes para elas. Esses são apenas alguns exemplos de como atores externos a AGF contribuem para seu desenvolvimento. Sobre este aspecto, Mior (2008) afirma que recursos humanos, produtivos e financeiros são mobilizados para a construção e agregação de valor de uma agroindústria.

As mulheres da agroindústria mantêm fortes relações com a comunidade, a igreja, a associação de moradores, o clube de mães, além de participarem ativamente de encontros familiares e festas comunitárias. Elas fazem parte de inúmeras organizações sociais. Esses vínculos de parentesco e vizinhança são essenciais para superarem os limites encontrados devido à produção em pequena escala, possibilitando a ampliação da “capacidade de produção, de conhecimentos e, conseqüentemente, de comercialização” (AGNE e WAQUIL, 2011, p.179). Na agroindústria esses vínculos se mostram importantes na divulgação dos produtos, nos contatos para venda, e relações de troca com os vizinhos que hora são clientes da AGF e hora fornecedores.

Dessa forma, a noção de redes é relevante em nossa análise, pois a mesma “permite discutir sobre o conjunto de relações sociais que as famílias desenvolvem na comunidade e, também, com consumidores, agentes e organizações da zona urbana” (AGNE e WAQUIL, 2011, p. 172).

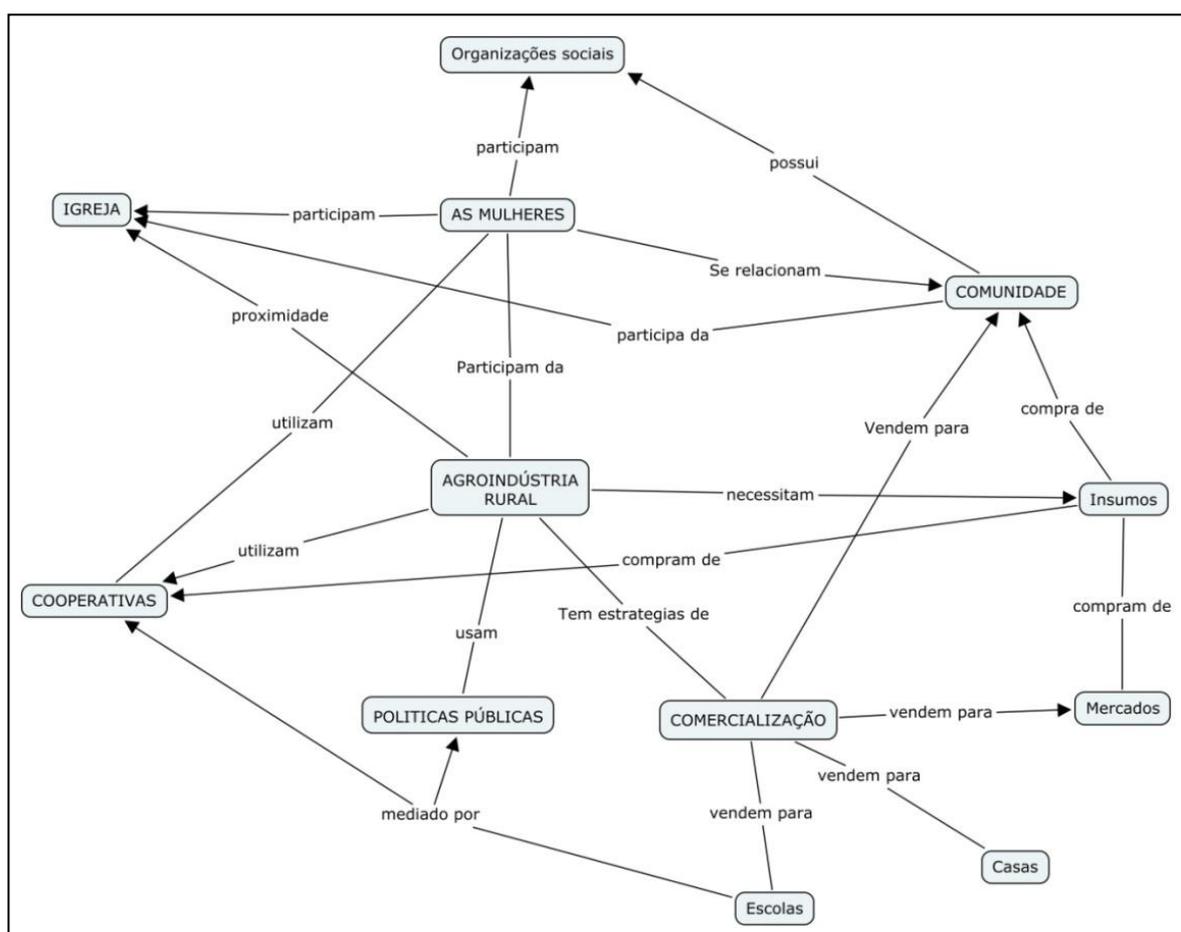
É dificultoso, no caso da AGF São Roque, mapear geograficamente o alcance de suas relações sociais quando olhamos para além das trocas mercantis. Suas relações de compra e venda se estendem para além da comunidade, a cidade de Pranchita, Santo Antônio do Sudoeste e a cidade da Argentina que faz fronteira com esta, na qual muitos dos insumos são comprados devido aos preços mais acessíveis. Seus laços e contatos sociais, no entanto, se entendem mais além destes, na relação com o programa Gênero e Geração²⁵ ou com a universidade, por exemplo. Com o Gênero e Geração, uma das coordenadoras do programa afirma ter o grupo como um grande exemplo para as demais mulheres agricultoras e por tal motivo organizam encontros onde levam mulheres de outras cidades e até estados para conhecer o grupo. O contato com a universidade se dá através dos membros da comunidade da Linha do São Roque que estudam na UTFPR (Universidade Tecnológica do Paraná) – Pato Branco, que estabelecem o contato entre a AGF e a universidade, contatos estes que conduziram, inclusive, a realização do presente trabalho.

²⁵ Programa desenvolvido pela cooperativa Cresol que objetiva criar grupos e incentivar projetos que promovem o empoderamento das mulheres no meio rural..

A agroindústria na análise de Mior (2008) pode ser “vista a partir de um processo de criação, evolução e estabilização de redes sociais, ligando os espaços de produção aos de consumo alimentar” (MIOR, 2008, p.11). Nesse mesmo sentido, concluímos a importância das redes sociais na construção e manutenção da agroindústria familiar estudada.

No mapa conceitual a seguir (Figura 18), é possível perceber a representação gráfica do conjunto de atores sociais que estão contribuindo para o desenvolvimento da Agroindústria Familiar Rural e de suas participantes no sentido de produção, comercialização e relações sociais: consumidores, instituições locais, organizações sociais, proprietários de estabelecimentos comerciais, políticas públicas e agentes da comunidade.

Figura 18: Mapa conceitual das relações sociais da AGF



Fonte: Dados da Pesquisa, elaborado com o *CmapsTools* (2016)

Essas relações sociais, para Agne e Waquil (2011, p. 179) “representam as interações que os agricultores possuem com uma diversidade de agentes que oportunizam o acesso aos mercados e a captação de recursos”, como exemplo os autores citam: “mão de obra, investimentos, matérias-primas, cursos de capacitação, construção de espaços físicos destinados à venda de produtos, assistência técnica, conhecimentos para desenvolver o processamento, etc.”, em nosso caso as principais interações com os agentes da comunidade e região se relacionam a venda de produtos e compra de matéria prima, sendo geralmente os mesmos agentes que participam dessas relações. As cooperativas e políticas públicas representam também importantes agentes na constituição e manutenção da AGF, a instituição mais representativa, no entanto, é a igreja, se mostrando um importante elo entre a AGF e a comunidade.

As agroindústrias rurais (ARs), para JUNIOR *et al.* (2013), tem apresentado destaque nas últimas décadas nas políticas públicas de promoção do desenvolvimento rural, a importância destas nas políticas de desenvolvimento se dão devido ao “entendimento genérico de que elas, ao propiciarem aumento da renda, melhoram a qualidade de vida dos pequenos e médios produtores, fixam o homem ao meio e permitem a reprodução do sistema da Agricultura Familiar” (JUNIOR *et al.*, 2013, p.156).

No quesito **políticas públicas** elas têm uma relação de proximidade com a prefeitura: a sede da agroindústria foi cedida pelo governo municipal, e atualmente ocorre a entrega de produtos para as escolas. As mulheres agricultoras da AGF estão tentando uma reaproximação em busca de auxílio para algumas reformas que precisam fazer na sede da AGF. Durante a pesquisa de campo elas receberam a visita dos representantes do conselho municipal de desenvolvimento rural fazendo um convite para que enviassem uma representante para participar das reuniões o que pode significar essa aproximação que precisavam.

O início da atividade se dá devido ao programa estadual Paraná 12 meses. Segundo o site do SIMEP (Sistema de Monitoramento e Execução do Projeto do Paraná), o projeto Paraná 12 meses é executado em parceria com o Banco mundial e tem como objetivo:

[...] contribuir para a melhoria das condições sociais dos pequenos agricultores, proporcionando investimentos em habitação e saneamento básico; recuperação e preservação do solo agrícola e do meio ambiente como um todo; geração de postos de trabalho no meio rural; aumento da renda familiar e regularidade de ganhos durante os 12 meses do ano (SIMEP, 2016)²⁶.

Outras políticas públicas utilizadas por elas como parte das estratégias de mercado são os programas federais de entrega de alimentos: o PAA e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escola). O PNAE, segundo EMATER²⁷ (Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural), tem por objetivo “oferecer alimentação saudável aos milhões de estudantes das escolas públicas de todo Brasil” e dessa forma objetiva a “melhoria das condições de aprendizagem, ensinar práticas alimentares saudáveis aos alunos por meio de ações de educação alimentar e de alimentos que supram as necessidades nutricionais”. De forma complementar o programa federal PAA tem por “objetivo a aquisição de produtos da agricultura familiar, com a finalidade de atender a demanda de alimentos de populações em condição de insegurança alimentar”.

Como regra do programa os participantes devem ser agricultores familiares (que se enquadram no PRONAF) e eles devem preferencialmente estar organizados através de grupos formais (cooperativas e associações) (EMATER, 2016). As mulheres da fábrica, para se alinharem a este programa utilizam a cooperativa COOPAFI.

Dentre as **cooperativas utilizadas** pela AGF e pelas famílias temos cooperativas de produção e de crédito. A COOPAFI - Cooperativa da Agricultura Familiar Integrada de Santo Antônio do Sudoeste e Pranchita é uma cooperativa de produção existente desde 2007, através da qual além das entregas do PAA, as mulheres da agroindústria São Roque também realizam compra de insumos para a produção, como o trigo, por exemplo. Além dos serviços prestados a AGF Ana, Fátima e Clara utilizam a COOPAFI para venda de produção. Segundo Fátima a venda da soja para a cooperativa é vantajosa

²⁶Disponível em: <<http://www.simep.seab.pr.gov.br/pr12meses/>>, acesso em 20/12/2016

²⁷ Disponível em:

<<http://www.emater.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=147>>, acesso em 20/12/2016

devido ao subsídio governamental destinado a compra de soja para biodiesel. Fátima faz parte da direção da cooperativa.

Outra cooperativa de produção utilizada é a COAGRO, que é uma cooperativa de produção fundada em 05 de dezembro de 1970, a qual tem como principais serviços prestados:

- Recebimento, limpeza, secagem, armazenamento e comercialização de soja, milho e trigo;
- Recebimento de leite;
- Vendas de insumos: soja, trigo, milho, defensivos, adubos, sementes, calcário e uréia;
- E o mercado para fornecimento dos produtos de consumo de primeira necessidade. (COAGRO, 2016)

A COAGRO possui ainda 10 supermercados distribuídos pelo Sudoeste, sendo um deles em Pranchita. Grande parte dos insumos utilizados pelas famílias das agricultoras para a produção são comprados nesse mercado. Além disso, este é um dos principais distribuidores dos produtos da agroindústria. Além da relação com a AGF, Isabel utiliza a COAGRO para a venda da produção e compra de ração.

Dentre as cooperativas de crédito temos a Cooperativa CRESOL - Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária, a CRESOL é um “sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária que surgiu para oferecer além do crédito e desenvolvimento, inclusão social aos associados” (CRESOL, 2016). Ela surge na década de 1990 com o “objetivo de possibilitar a melhoria das condições de crédito rural para a agricultura familiar através de um desenvolvimento sustentável” (PLANET RATING, p. 10, 2004).

A cooperativa de crédito foi utilizada pela agroindústria para o financiamento da compra do carro próprio. Além deste, elas ainda participaram por um tempo do programa Gênero e Geração da CRESOL. Esse programa objetiva “fortalecer as relações familiares, valorizando o potencial e a importância da participação da mulher na unidade de produção, nas cooperativas, e sociedade em geral” (CRESOL, 2014). No entanto, a contribuição delas para com outros grupos participantes do programa que as visitam para aprender, aparenta ser mais relevante do que a do programa para

elas. Ana, Lurdes, Fátima e Isabel e seus maridos são sócios da CRESOL, Joana não é sócia mas o marido é. Além disso, Fátima faz parte do conselho fiscal da cooperativa.

As famílias de Ana, Clara e Joana participam também da cooperativa de crédito SICREDI (Sistema de Crédito Cooperativo). Esta é uma “instituição financeira cooperativa” não especializada em agricultura familiar, mas que possui créditos para agricultores e a possibilidade de acesso ao PRONAF para agricultores familiares. Tanto a CRESOL quanto o SICREDI são utilizadas pelas famílias primordialmente para pegar financiamentos de custeio para a produção. Joana utiliza ainda o SICOOB (Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil) para o mesmo propósito. Ana é sócia da CRESOL mas não utiliza mais a cooperativa para financiamentos, apenas para “pagar as contas”.

Todas as 7 famílias participam do **Sindicato de Trabalhadores Rurais de Pranchita**, nenhuma apontou um uso do sindicato, exceto para o processo de aposentadoria rural.

O **clube de mães** da comunidade é frequentado pela maioria delas, exceto Joana e Ana. Joana diz que prefere fazer companhia para o marido nos finais de semana e Ana diz que costumava ir aos encontros, mas cansou. O clube de mães realiza encontros semanais das mulheres da comunidade para atividades de lazer como jogos de bingo ou baralho.

A relação pública mais importante da fábrica e das mulheres em sua vida pessoal é com a **Igreja**, da qual todas participam ativamente. Fátima é ministra e Joana é parte da diretoria (esta é a única atividade considerada participação pública familiar da qual ela participa). Elas demonstram dificuldade em diferenciar a comunidade da Igreja. Não havendo uma associação de moradores externa ao grupo da Igreja, as ações da prefeitura ocorrem em reuniões no salão desta. Dessa forma, o local de encontro dos eventos da comunidade e de confraternizações entre os vizinhos e parentes, é nesse mesmo espaço onde também ocorreu a primeira reunião que deu início a agroindústria. A fábrica hoje em dia se localiza no mesmo terreno da Igreja conforme pode ser verificado na Figura 19.

Figura 19: Igreja católica da comunidade e ao lado a AGF



Fonte: Dados da Pesquisa (2016)

Tratam a comunidade como sinônimo de comunidade católica, poucas pessoas na comunidade não são católicas, estas são consideradas por elas “boas pessoas, *mesmo não sendo católicas*”²⁸. É perceptível nas imagens abaixo (Figura 20) a relação da fábrica com a religião onde vemos uma placa sobre pregar o evangelho na parede externa da AGF e as imagens de santos católicos em um pequeno altar dentro da cozinha da AGF.

Figura 20: Lateral da AGF e imagens de santos na cozinha da AGF



Fonte: Dados da Pesquisa (2016)

²⁸ Citação extraída em entrevista

5.4. O SABER FAZER E OS MERCADOS LOCAIS

Uma das importantes peculiaridades das agroindústrias familiares, para Kiyota *et al.* (2014), é o fato das famílias ingressarem em uma estratégia de agregação de valor com base nos recursos próprios, utilizando sua força de trabalho, suas terras, seus insumos e especialmente seu conhecimento e, dessa forma, elas se inserem no mercado de forma mais autônoma e se desvencilham da intensa dependência externa da agricultura capitalista convencional. No caso da AGF São Roque elas utilizavam insumos próprios nos primeiros anos, quando a produção e os lucros eram menores, depois, com o aumento da produção elas passaram a comprar cada vez mais os recursos utilizados como é o caso do leite mencionado anteriormente.

Não só a quantidade produzida, mas também os tipos de produtos variam de acordo com a época, clima ou pedidos. Durante o frio, por exemplo, aumenta a produção de *agnolines*, pois existe um hábito cultural em Pranchita (assim como em muitas outras cidades do Sudoeste do Paraná) de comer *agnolines* na sopa, e esta é mais consumida em dias frios. Os hábitos como esse, as principais profissões dos clientes e as datas que recebem seus salários são de conhecimento do grupo e dessa forma utilizados para controlar a quantidade da produção.

A grande variedade de produtos comercializados pela AGF (Figuras 22 a 29) é outra característica de grande valia para o sucesso comercial do grupo. A lista que segue na Tabela 7 foi feita com base nas etiquetas dos produtos (Figura 21), que, no entanto, foi sendo alterada nos dias que passei na AGF, percebendo diversos produtos que ainda não tinham etiqueta de venda e eram produzidos

Tabela 7: Principais produtos vendidos pela AGF São Roque.²⁹

1	Rosca de coco	9	Pão caseiro
2	Biscoito caseirinho	10	Macarrão caseiro
3	Rosca de nata	11	<i>Agnoline</i> frango
4	Biscoito de manteiga	12	<i>Agnoline</i> frango c queijo
5	Bicoito de melado	13	<i>Agnoline</i> carne

²⁹ As palavras foram copiadas como estavam nos rótulos, por este motivo algumas estão em italiano.

6	Biscoito de champanhe	14	Cuca caseira
7	<i>Espaguetti</i>	15	Belisco
8	Lasanha de frango	16	Pé de moleque

Fonte: dados da pesquisa (2016)

Figura 21: As etiquetas dos produtos



Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Figura 22: venda de bolachas e pães **Figura 23:** produção de palitos salgados



Fonte: Dados da Pesquisa (2016)



Fonte: Dados da Pesquisa (2016)

Figura 24: Cuca assando

Fonte: Dados da Pesquisa (2016)

Figura 25: Produção de pé de moleque e bolinhos

Fonte: Dados da Pesquisa (2016)

Figura 26: Palitos salgados prontos

Fonte: Dados da Pesquisa (2016)

Figura 27: Agnolines prontos

Fonte: Dados da Pesquisa (2016)

Figura 28: bolachas pintadas

Fonte: Dados da Pesquisa (2016)

Figura 29: pães embalados

Fonte: Dados da Pesquisa (2016)

De acordo com o grupo não existe dificuldade no escoamento da produção. Segundo Fátima “tudo o que fizer vende”. Essa facilidade em vender seus produtos se relaciona não apenas as relações sociais de criação e enraizamento nos mercados, mas também aos produtos em si, os quais acabam criando novas oportunidades de mercado devido à “valorização de produtos com atributos diferenciados de qualidade” (MALUF, 2004, p.304).

Esses produtos, para o autor são, na maioria das vezes, expressões de diversidade, pois “são de cultivo tradicional de uma região, refletem hábitos de consumo peculiares, guardam relação com uma dada base de recursos naturais, preservam as características da produção artesanal” (MALUF, 2004, p. 310). Nesse sentido, se caracteriza o diferencial de identidade local dos produtos da AGF, desde a compra de matéria prima até a seleção de receitas a se produzir as decisões se baseiam nos produtos tradicionais da região.

A preferência dos consumidores pelo produto considerado colonial está “fortemente arraigada a relações socioculturais (a lembranças da infância, produtos saudáveis, ecologicamente corretos, entre outros apelos)” formando assim uma relação de troca na qual as “relações pessoais estão presentes de forma intensa, e onde esses valores subjetivos dos clientes conferem um valor ao produto da AR não percebido nos produtos da agroindústria convencional” (JUNIOR *et al.*, 2013, p.159). Na AGF São Roque uma relação similar é notada quando observamos as escolhas dos clientes que no supermercado ao se deparam com numerosas outras opções de produtos similares optam por comprar os delas, é o que faz uma vizinha delas que até quando vai “no mercado escolhe sempre os produtos delas” porque já sabe “que é bom e bem feito”.

Nessa mesma lógica entram as receitas utilizadas pelo grupo, as quais foram construídas “na tentativa e erro” e, no decorrer dos anos, com os cursos de capacitação, elas experimentaram as novas receitas que aprenderam externamente. Os clientes, no entanto, “sempre optam pelas antigas”.

Para KIYOTA *et al.* (2014), a família possui a função de fornecer o conhecimento histórico para a produção nas AGFs, e foi dessa forma que elas iniciaram a atividade, fazendo algo que todas sabiam – cozinhar. Conseguir as receitas certas, no entanto, foi apontada por elas como uma das principais dificuldades no início da fábrica, o que se deve especialmente a grande variedade de produtos confeccionados por elas.

5.5. Canais de comercialização utilizados pela AGF

“Não existem dificuldades em vender os produtos, tudo o que é feito vende e as pessoas ainda procuram pra comprar mais”³⁰

Fátima, caso 6

Convencionalmente a economia utiliza uma ótica de acesso ao mercado, partindo assim, do pressuposto de que estes são preexistentes. Nesse enfoque os pequenos agricultores deveriam se capacitar empresarialmente para, dessa forma, ter acesso a esses mercados. Diferenciando-se dessa visão, quando falamos de mercados na agricultura familiar percebemos suas estratégias de comercialização da produção e como estas requerem uma visão de construção de mercados e não de inserção em mercados (ou mercado) preexistentes (MALUF, 2004).

Para essa visão é necessário compreender que mercados não são caracterizados “apenas pelo ato comercial, mas, sim, pelo conjunto de ações ao longo da cadeia produtiva” (AGNE e WAQUIL, 2011, p. 165). Tal perspectiva pode ser vista como um pressuposto teórico a se partir e é dessa forma que nossa análise é realizada.

Nesse sentido, Gazolla (2004) destaca que não é possível compreender o comportamento do agricultor moderno sem estudar suas relações mercantis. Segundo o autor, “não se pode achar que a reprodução social da agricultura familiar não passa pelos mercados de produtos, insumos e de força de trabalho” (GAZOLLA, 2004, p.5).

A viabilidade, a manutenção e a reprodução social do agricultor familiar dependem diretamente destas relações estabelecidas com os mercados. Entender os mercados e compreender como os agricultores se relacionam com os mesmos é de extrema importância não só para o agricultor, mas para o desenvolvimento rural (GAZOLLA e PELEGRINI, 2011).

Os estudos recentes sobre a relação entre o agricultor e o mercado convergem na afirmação de que os agricultores não são atores sociais passivos, que eles desempenham um papel ativo na construção de suas

³⁰ Citação extraída em entrevista

estratégias de reprodução permitindo a retomada de certa autonomia em relação à sociedade mercantil na qual se situam (GAZOLLA e PELEGRINI, 2011). A utilização da noção de agência é fundamental no estudo dos mercados para pensar nas formas em que os atores sociais, nesse caso os agricultores familiares, são capazes de construir o próprio mercado:

Dessa forma, a noção de agência permite que se “olhe” e analisem-se os mercados dos produtos da agroindústria familiar como mercados que são o resultado das ações dos agricultores, em constante interação, interfaces, configurações e transformações do seu mundo como mundo, os projetos e os repertórios culturais dos outros atores sociais, sejam eles extensionistas, atores de desenvolvimento, políticos, compradores intermediários e principalmente os consumidores [...]. (GAZOLLA e PELEGRINI, 2011, p.3)

A concepção de que os agricultores possuem capacidade de agência é primordial para a compreensão das suas relações com o mercado. Nessas relações eles não são atores passivos nas transações mercantis, pois apresentam peculiaridades em relação aos demais atores. A noção de agência utilizada por Long (2006) é elaborada com base em Giddens:

A noção de agência atribui ao ator individual à capacidade de processar a experiência social e de delinear formas de enfrentar a vida, mesmo sob as mais extremas formas de coerção. Dentro dos limites da informação, da incerteza e de outras restrições (físicas, normativas ou político-econômicas) existentes, os atores sociais são “detentores de conhecimento” e “capazes”. Eles procuram resolver problemas, aprender como intervir no fluxo de eventos sociais ao seu entorno e monitorar continuamente suas próprias ações, observando como os outros reagem ao seu comportamento e percebendo as várias circunstâncias inesperadas. (LONG, 2006, p. 48)

Pelo conceito de agência pode-se compreender como as famílias constroem as suas iniciativas de agroindustrialização de forma diligente, desenvolvendo novidades no interior das UPs, inserindo-se em novos mercados e desenvolvendo relações com instituições locais e outros atores (KIYOTA *et al.* 2014).

GAZOLLA e PELEGRINI (2011) ponderam que, apesar das escolhas dos agricultores serem muitas vezes limitadas pela falta de recursos críticos,

os agricultores não devem ser vistos como os receptores passivos ou vítimas de uma mudança planejada, nem como tão envolvida na rotina que simplesmente seguem regras ou convenções estabelecidas. Como os outros atores, os agricultores desenvolvem formas de lidar com situações problemáticas e combinam recursos de forma criativa (materiais e não materiais—especialmente conhecimento prático derivado da experiência anterior) para resolver os problemas (GAZOLLA E PELEGRINI, 2011, p. 3).

A noção de *embeddedness* é importante por colocar os mercados no contexto das relações sociais, que ocorrem entre os atores, e retirar o peso das determinações econômicas sobre a vida social. A ideia de enraizamento pessoal nos mercados é de extrema valia ao se estudar as trocas em cadeia curta e os mercados de proximidade, casos em que a proximidade entre comprador e vendedor tem alta relevância nas relações de troca, como é o caso da AGF São Roque.

Os bens produzidos na fábrica são vendidos na comunidade, na cidade onde moram e em uma cidade vizinha. Esta delimitação da área de mercado, para MALUF (2004), depende da natureza do bem, se ele é homogêneo ou heterogêneo, e da relação entre economias de escala e custo de transporte. Na AGF São Roque o transporte dos produtos até os mercados ou até as casas dos consumidores é feito por elas mesmas com o carro (Figura 30) o qual financiaram no terceiro ano do empreendimento.

Figura 30: Carro da AGF



Fonte: Dados da Pesquisa (2016)

O mercado pode ser considerado, em alguns casos, um prolongamento das relações sociais onde as vendas podem ser realizadas devido ao produto se tornar conhecido ou pela conquista de clientes através da ligação com um agente, o consumidor e este, através das suas relações sociais de amizade, parentesco e vizinhança pode ampliar a rede de consumidores do produto repassando as informações a respeito deste (GRANOVETTER, 1985). As vendas que o grupo faz para a **Pastoral da criança** é um exemplo de venda feita dessa maneira, elas vendem para a pastoral há seis anos e de início a pastoral procurou elas porque ouviram falar dos produtos através de outras pessoas. As vendas ocorrem através de uma assistente social da prefeitura que repassa os produtos para a pastoral.

Agne e Waquil (2011) observam que “os vizinhos ora são consumidores, ora fornecedores de serviços ou matéria-prima para a agroindústria (efetivadas pelas relações de troca)” (AGNE E WAQUIL, 2011, p. 791). Da mesma forma, entre as mulheres da agroindústria, percebemos que essas relações dentro da comunidade permeiam os vínculos de vizinhança e parentesco e as trocas comerciais. Inclusive as mulheres da fábrica e suas famílias vendem matéria-prima e compram os produtos feitos na AGF, os quais, normalmente, seriam produzidos em casa conforme verificado na produção ou transformação caseira das famílias.

Uma das formas de comercialização dos produtos é na venda direta dentro da AGF, onde elas **recebem os clientes na fábrica**. Alguns destes clientes são de Pranchita, mas a maioria são pessoas da comunidade que vem adquirir produtos. Uma vizinha afirmou que desde que a fábrica começou ela não faz mais pão em casa, pois vale mais comprar delas devido a qualidade do produto e aos baixos preços cobrados, ela ainda prefere comprar produtos com elas do que ir até a cidade para comprar.

Outra forma de comercialização utilizada por elas são os eventos da comunidade. A igreja sempre foi uma peça fundamental na vida das mulheres assim como da fábrica, tanto por sua inserção no grupo religioso quanto pela presença física - a fábrica fica no mesmo terreno que a igreja da comunidade (Figura 25). Conforme visto anteriormente, muitas delas fazem parte da diretoria da igreja e dessa forma elas acabam sendo responsáveis pela

produção de alimentos para as festas da comunidade, atividade que no início, quando ainda não havia lucro ou reconhecimento da fábrica, foi importante para o grupo.

A resistência e persistência de pequenas agroindústrias, para Wilkinson (2002), “devem-se ao seu *embeddedness*, enquanto a sua adaptação à transformação dos mercados e aos novos critérios de regulação exige esforços de construção social de mercados” (WILKINSON, 2002, p.815). As vendas de “casa em casa”, ou como chamado por elas de “porta em porta”, ocorrem há 14 anos (desde o início da agroindústria). As vendas em Pranchita ocorrem às quintas-feiras à tarde, sendo cada casa visitada em um intervalo de 15 dias. Os produtos levados, embora variados, são também direcionados para as casas que serão visitadas. Elas conhecem cada cliente e levam os produtos que eles comumente compram, demonstrando relações complexas de grande proximidade com os consumidores e dessa forma o enraizamento das relações pessoais e comerciais.

No início da AGF elas foram oferecendo em todas as casas pelas quais passavam, hoje em dia tem clientes fixos os quais são visitados quinzenalmente. Elas não buscam novos clientes, muito embora eles surjam o tempo todo por ter ouvido falar delas através de outras pessoas. Esses mercados construídos pelas mulheres têm base especialmente em relações sociais estando dessa forma enraizados em tais relações que prolongam laços de parentesco e vizinhança e se multiplicam entre os “conhecidos dos clientes”. (WILKINSON, 2002, p.7). É no contato com os compradores e fornecedores que a agroindústria constrói novas redes sociais (MIOR, 2007, p. 10) e essas “transações repetidas entre os mesmos atores confirmam reputações e consolidam lealdades, fazendo com que esses mercados se tornem relativamente imunes de pressões externas, sejam de ordem mercadológica ou reguladora” (WILKINSON, 2002, p.7).

Essa facilidade em conseguir clientes é notada no grupo que afirma que hoje em dia “não vamos atrás de clientes novos [...] as pessoas vão falando pras outras, ai eles vêm atrás”. A reputação dos produtos pela cidade conquista a clientela que acaba preferindo os produtos delas em detrimento dos concorrentes. É perceptível que muito dessa preferência se deve aos laços

construídos e na reputação da AGF na cidade. Quando comparamos as vendas entre os municípios de Pranchita e Santo Antônio, as entregas em Santo Antônio ocorrem com a mesma frequência que em Pranchita, a cidade é maior e são atendidos mais mercados, mesmo assim o ganho em Pranchita é muito maior. Sobre isso Clara afirma ser devido ao fato de haver outras pessoas vendendo produtos similares em Santo Antônio, os clientes “dão preferência para quem é de lá”.

Outra forma de comercialização utilizada pelo grupo é a venda às escolas municipais, elas entregam para as escolas há aproximadamente 12 anos. Antes a compra era feita diretamente pela prefeitura e depois que a compra de merenda das escolas passou a ser feita através dos programas do governo federal PAA e PNAE elas passaram a entregar através da COOPAFI, devido a regras do programa onde o agricultor deve entregar nota fiscal para o comprador. Dessa forma elas entregam para a cooperativa que distribui para as escolas.

Geralmente as feiras de produtores se mostram como um dos principais ambientes de encontro entre agricultores e consumidores (AGNE e WAQUIL, 2011) o que não é o caso no grupo. Elas participam de feiras esporadicamente em eventos como os encontros de mulheres do programa Gênero e Geração da CRESOL, que contam com feiras para exposição de produtos (KEMPF, 2014).

Algumas pessoas ligam encomendando produtos, o telefone foi instalado recentemente, o número é divulgado nas embalagens que são vendidas, dessa forma ele não só é usado para a comunicação com os clientes fixos, como também para vendas e encomendas. Ainda não é o melhor método de venda, possivelmente por ser muito recente, estimam que menos que 2% das vendas sejam feitas por telefone.

Outra forma de comercialização utilizada no primeiro ano da fábrica são as vendas aos supermercados e mercadinhos da cidade, o acesso a esses mercados se deu inicialmente indo a todos os mercados da cidade oferecendo seus produtos. Hoje em dia já tem uma lista fixa de mercados para os quais fornecem produtos: são 4 mercados em Pranchita (Figura 31) e mais 8 em Santo Antônio, os mercados pequenos pagam na hora e os grandes no final do

mês. Elas ligam na quarta feira perguntando o quanto precisa e na quinta feira de manhã levam os produtos.

Figura 31: Imagens das vendas para os mercados



Fonte: Dados da Pesquisa (2016)

O nível de envolvimento social com os mercados pode ser percebido na explicação de Fátima e Joana sobre os salários dos clientes. Segundo elas, entre os dias 10 e 20 “tem bastante saída porque no dia 10 cai o cheque do leite e no dia 20 as aposentadorias”, estas são algumas das principais fontes de renda dos consumidores da AGF e dessa forma influenciam diretamente no poder de compra das pessoas.

Os agricultores familiares comumente participam tanto dos mercados internacionais quanto dos circuitos regionais de produção, nas cadeias internacionais os produtos que geralmente circulam são os grãos (soja e milho) (MALUF, 2004). Nas famílias entrevistadas percebemos a participação da grande maioria nestes grandes circuitos com a produção de grãos, enquanto como agroindústria a comercialização se constitui primordialmente pelo circuito regional, vendendo na comunidade, no município em que se encontram e em uma cidade vizinha.

Conforme visto, o contato entre as mulheres que fazem a venda (Joana e Fátima) com os consumidores da compra direta é muito próximo, elas conhecem não só seus nomes, mas também suas preferências dentre os

produtos, a relação se repete com os donos dos pequenos mercadinhos (com mais intensidade nos mercados menores do que nos maiores). A cidade pequena contribui para o estreitamento desses laços que transitam entre o social e o comercial. Segundo Agne e Waquil (2011), é comum que famílias produtoras procurem construir essas relações com os proprietários de estabelecimentos comerciais e consumidores como estratégia de inserção de sua produção nos mercados.

Esses vínculos servem ainda como um mecanismo de segurança nas transações, minimizando os riscos no que se refere à segurança do pagamento assim como em relação à concorrência. Essa eliminação de intermediários traz vantagens nos preços para ambos e o consumidor tem a vantagem de poder conhecer a fonte do produto que está comprando (GAZOLLA e PELEGRINI, 2011).

Dessa forma este capítulo procurou demonstrar a dinâmica de relações dentro da AGF e desta com o público, passando pela forma de organização financeira, organização do trabalho, fontes de matéria prima, canais de comercialização, assim como as relações de poder e controle dentro da AGF. Na exposição se destacam as relações com a comunidade e as famílias, sendo tanto relação de compra e venda como relação de ajuda mútua. Destacam-se os saberes do grupo em relação à produção e comercialização, demonstrando, estes e a relação do grupo com o exterior de suas respectivas unidades de produção se mostram decisivos no processo de empoderamento do grupo assim como de cada uma delas individualmente.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse estudo foi possível perceber as diversas peculiaridades das estratégias de resistência adotadas pelas mulheres rurais e como são importantes para o empoderamento feminino e, ao mesmo tempo, garantidor das estratégias de reprodução social da agricultura familiar.

Aqui se buscou identificar os gargalos, os meios e as alternativas encontradas pelas mulheres rurais, bem como, as redes de relações que o processo edificou em sua caminhada até aqui. Para tanto, inicialmente foi discutido o conceito de agricultura familiar procurando contextualizar o ambiente em que se encontram os sujeitos desta pesquisa, quais são seus espaços, bem como, dos quais são excluídas e qual a importância dos espaços criados pelo grupo. Foi necessário conhecer as características da agricultura familiar para compreender o grupo estudado. O caráter familiar é a característica básica de definição do agricultor familiar (CHAYANOV, 1974) e é a característica presente em cada uma das 7 famílias assim como do trabalho na AGF.

A “condição camponesa” de Van Der Ploeg (2009) é caracterizada pela constante luta por autonomia e progresso, e resulta das dificuldades encontradas pelos agricultores familiares no que se refere a competição com os grandes produtores e a dependência em relação aos fatores externos, especialmente quando estes se mostraram dependentes unicamente da produção de *commodities* agrícolas (HASS, 2008). Esse contexto no qual o agricultor está inserido e as dificuldades geradas por ele resultam na necessidade de estratégias para a reprodução familiar, tais como as estratégias de diversificação dos meios de vida (ELLIS, 2000).

Acercada trajetória das mulheres e seus processos de resistência, destacam-se a aplicação dos conceitos do feminismo descolonial, que possibilita um olhar interseccional para observar as mulheres ignoradas até então. Utilizou-se aqui a mesma lógica interseccional utilizada no feminismo negro de Bairros (1995) e Lugones (2014) para compreender a presença da

mulher rural na teoria feminista/rural, encontrando da mesma maneira um vácuo teórico que vem lentamente sendo percebido. A interseção nos mostra ainda um sujeito com demandas e estratégias diferenciadas das categorias separadas mulher e agricultor são estas demandas e estratégias que o tópico 4 procurou abordar. A mulher rural é caracterizada pela desvalorização do seu trabalho, trabalho considerado unicamente reprodutivo, dificuldade de acesso a terras, não participação na comercialização da produção, limitação de circulação na esfera doméstica, dentre outros.

A divisão sexual do trabalho é responsável por deixar a mulher em uma posição hierarquicamente inferior ao homem, dessa forma seu trabalho é considerado “leve” quando apenas o “pesado” é valorizado, é doméstico quando apenas o da lavoura é valorizado, é reprodutivo quando apenas o produtivo é valorizado. Paulilo (1987) percebe que independente de qual é a atividade, quando esta é realizada por uma mulher ela é considerada leve, encontrando momentos onde a mesma atividade era considerada leve em algumas regiões e pesada em outra e a única coisa que as diferenciava era quem a estava executando.

Essa divisão organiza a distribuição de funções dentro das famílias rurais, e da mesma forma em as quais seguem, em muitos aspectos, as mesmas formas de organização da agricultura familiar. Assim, em uma AGF mista possivelmente o homem será responsável pela comercialização, por exemplo, e dessa forma ele possuirá controle sobre o dinheiro do estabelecimento. Notando esse exemplo é possível perceber um grande diferencial em uma AGF gerida unicamente por mulheres, nesta elas se “obrigam” a executar atividades que eram consideradas masculinas, desde o “trocar um pneu” até o controle das vendas e a organização financeira.

A agroindústria familiar rural surge como uma alternativa devido a crescente necessidade na agricultura familiar de aumentar o valor agregado da produção, para fugir do controle mercantil e conseguir escoamento de seus produtos (KIYOTA *et al.*, 2014), ao mesmo tempo em que traz a possibilidade de uma reconfiguração dos espaços domésticos, inserindo as mulheres em atividades comumente masculinas e especialmente trazendo a possibilidade de uma “divisão” das rendas em um contexto de rendas indivisíveis (CHAYANOV,

1974) possibilitando a valoração do trabalho executado pelas mulheres, contrariando diretamente os preceitos de que o trabalho feminino não é produtivo ou não tem valor.

De forma a demonstrar as conclusões alcançadas com o trabalho retomamos nossas hipóteses de pesquisa. O trabalho conseguiu comprovar a primeira hipótese de pesquisa, ou seja, a que afirmava que a **agroindústria familiar rural é uma forma viável de diversificação dos meios de vida**; nesse ínterim, a AGF se mostrou uma estratégia viável de diversificação, trazendo efetivamente uma maior segurança financeira para as famílias. A análise financeira da AGF mostra sua viabilidade financeira e a relevância dessa renda demonstra ser essa uma estratégia viável de diversificação dos meios de vida. Em alguns casos esta foi a única forma de diversificação utilizada, sendo a atividade agrícola familiar resumida a produção de *commodities* agrícolas, cujos rendimentos são afetados pelo clima e no mercado tomador de preço. Dessa forma a atividade na AGF propiciou uma maior “segurança do meio de vida” para as famílias, diminuindo o grau de risco envolvido na produção conforme esperado na hipótese inicial.

A pesquisa também conseguiu comprovar a segunda hipótese, isto é, a de que a **agroindústria familiar rural apresenta a possibilidade do protagonismo da mulher em uma atividade produtiva**; sendo esse um dos pontos que mais se destacam na análise da AGF. O fato de ser uma organização exclusivamente gerida por mulheres as coloca em diferentes funções e as leva a assumir papéis que comumente seriam considerados masculinos. Em um grupo misto existe a possibilidade de que os papéis sejam distribuídos de acordo com gênero, pois a organização de trabalho nas agroindústrias geralmente ocorre da mesma forma que na agricultura família, sendo assim a AGF caracteriza sim uma possibilidade de protagonismo para a mulher, porém em AGFs mistas isso pode se mostrar diferente.

A terceira hipótese foi parcialmente respondida, pois, apesar da agroindústria familiar ser uma importante fonte de renda para a família, essa **renda feminina resulta em relativa menor desigualdade de poder dentro de suas respectivas famílias**; devido a peculiar forma de organização do trabalho do grupo estudado cada uma delas obtém um rendimento mensal

diferente das demais, sendo algumas com uma média maior e outras menores. A renda total familiar de cada uma delas varia muito também, entre uma renda anual estimada de R\$ 13.015,91 até uma renda de R\$ 167.702,13 por ano, dessa forma a proporção de participação das mulheres na renda familiar também varia de 5% a 80% total, sendo 35% em média. No grupo existe uma relação entre essa porcentagem e a participação da mulher na tomada de decisões na vida financeira da família, essa relação é especialmente visível nos casos desses dois extremos. Devemos considerar que para essa análise em específico contamos com uma amostra muito pequena, muito embora estes nos levem a acreditar que essa relação exista sim.

A quarta e última hipótese sobre **a participação na agroindústria familiar empoderar as mulheres**; pode ser considerada confirmada, pois foi perceptível nos discursos e vivências a influência positiva do trabalho nessa atividade. A AGF possibilitou para elas mais do que apenas uma forma de renda, foi uma mudança completa em suas rotinas. Elas passaram a viajar para feiras, eventos e cursos; passam a ter um contato maior com a comunidade partindo de uma posição profissional fora do núcleo familiar; passaram a ser respeitadas e admiradas na comunidade; a ter o contato exterior ao ambiente doméstico no dia a dia da AGF; as redes de contato comercial nas cidades de Pranchita e Santo Antonio do Sudoeste; o saber fazer relacionado à produção, vendas e organização financeira da AGF que cada uma delas possui. Tudo isso influencia diretamente na autoestima e na capacidade de empoderamento dessas mulheres. Assim, pode-se afirmar que a AGF oportunizou o protagonismo das mulheres em suas vidas, propiciando a diversificação dos seus meios de vida.

Em relação aos objetivos específicos da pesquisa, primeiramente, salienta-se que (a) a AGF existe há 14 anos e apresenta uma forte relação com a comunidade, isso permitiu que se construíssem relações sociais e, portanto, capital social e influência nos órgãos oficiais e acesso às políticas públicas diferenciadas. (b) A AGF se mostrou uma forma viável de diversificação dos meios de vida, tendo uma representativa relevância financeira na maioria das famílias estudadas.

O terceiro objetivo (c), acerca de compreender o saber fazer das mulheres na AGF foi completamente atendido em todas as quatro grandes áreas da administração: produção, organização do trabalho, comercialização e finanças. A forma de organização da AGF pode ser encontrada no capítulo 5, neste item passamos a compreender o saber fazer desse grupo em relação as mais diversas atividades, como cada uma e especialmente como a relação entre elas contribui para o sucesso desse empreendimento. Através desta percebemos as peculiaridades do grupo em relação a forma de organização de agroindústrias mistas e como a AGF formada por mulheres fornece a possibilidade de criação de diferentes espaços de atuação e empoderamento para estas. Olhando para as finanças vemos um empreendimento lucrativo de lucros constantes e segurança financeira. Esta exposição embasa a confirmação da nossa primeira hipótese que afirma que a AGF é uma forma viável de diversificação dos meios de vida, assim como a hipótese 2 de que a AGF apresenta uma possibilidade de protagonismo feminino.

O quarto objetivo (d), acerca de analisar a economia familiar das sete famílias envolvidas na AGF, bem como, o de mensurar a relevância financeira dos ganhos obtidos com a AGF também foi atendido. A exposição destes resultados se encontra no item 3.2 onde através do questionário socioeconômico (anexo II) fizemos uma análise completa da economia familiar, calculando as rendas, identificando as fontes, mensurando os gastos, os bens e as estratégias de reprodução de cada família, mensurando a porcentagem da participação das mulheres na renda familiar como pode ser verificado no Quadro 2, qual cumpre o objetivo “e” de mensurar a relevância financeira dos ganhos obtidos com a AGF. Esta análise nos permitiu confirmar parcialmente a hipótese 3 de que a agroindústria familiar é uma importante fonte de renda para a família e uma maior renda feminina resulta em uma menor desigualdade de poder dentro das famílias. Na maioria dos casos a AGF se mostra uma importante fonte de renda, apenas nos casos 3 e 4 apresentam uma proporção menor que 8% de participação na renda familiar. Foi notado nessa análise que nos casos onde a porcentagem de participação é maior existe uma mais expressiva participação das mulheres na tomada de decisões na vida econômica da família.

Por fim, os objetivos “f” e “g” se relacionam as alterações na dinâmica familiar e as características de empoderamento nas mulheres, dessa forma foi utilizado a observação como principal metodologia a fim de atingir esses objetivos. Foram identificadas possíveis alterações na dinâmica das famílias após o início da participação na AGF, bem como, observou-se características de empoderamento nessas mulheres e esses se relacionam com a participação na AGF.

Nesse íterim, no quarto tópico existe uma descrição detalhada sobre a divisão sexual do trabalho, e nele se percebe claramente que o trabalho na AGF gerou para a maioria do grupo uma dupla jornada de trabalho onde os trabalhos domésticos são executados a noite ou no final de semana, notamos, no entanto, uma sutil modificação nas dinâmicas familiares quando olhamos para o preparo do almoço, onde, não sem relutância, os maridos passam a se inserir.

Bem como, no quinto tópico se apresenta as inovações de organização que a AGF proporcionou que empoderaram o discurso das mulheres em dominar “tarefas de homem [...] trocar o pneu, trocar o gás”, na prática executam “tarefas de homem” nas trocas com consumidores, no contato com fornecedores, contato com órgãos e instituições parceiros, na saída do espaço doméstico o qual lhes era reservado, entrando na esfera pública e dessa forma confirmando a quarta e última hipótese.

Emancipação financeira é notada em todos os casos, sendo mais relevante em relação a renda total familiar em alguns casos e menos em outros. As relações de poder nas famílias sofrem alterações especialmente nesses casos onde a relevância financeira é maior, mas características de empoderamento são notadas em todas as mulheres quais demonstram em especial alterações na autoestima em relação ao trabalho realizado. A consciência de, como Fábrika, ser um ator social importante na comunidade e na cidade de Pranchita influencia positivamente na autoestima do grupo. O conhecimento e contatos adquiridos nos cursos, eventos e saídas para venda são ainda característica importante para entender o processo de emancipação social dessas mulheres. Os contatos com bancos, cooperativas de produção e órgãos públicos que se fizeram necessários devido a atividade na AGF trouxe

um expressivo número de experiências e conhecimentos quais comumente não teriam trabalhando em suas respectivas unidades de produção. Somam-se a esses o contato com o grupo de trabalho que para muitas é considerado uma das principais vantagens da atividade.

Considerado o exposto até o momento o problema ao qual a pesquisa procurou responder é se “seria a diversificação dos meios de vida, como a participação em uma Agroindústria Familiar Rural, é um fator significativo para a alteração de dinâmicas no espaço doméstico e uma emancipação financeira e social dessas mulheres?” concluindo-se a participação do grupo na AGF é considerada uma forma de diversificação viável com importantes efeitos no bem estar familiar e que esta gera significativas alterações nas dinâmicas no espaço doméstico e uma emancipação financeira e social dessas mulheres.

7. REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo et al. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Unesco, 1998

_____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Editora da UNICAMP: 1992.

AGNE, Chaiane Leal; WAQUIL, Paulo Dabdab. **A rede de relações sociais nos mercados de proximidade: os canais de comercialização e troca das agroindústrias rurais familiares da região do Corede Jacuí Centro-RS**. *Ensaio FEE* 31, 2011.

BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. **Estudos Feministas**, n. 3, p.458-463, 1995.

BONI, Valdete. **De agricultoras a camponesas: o movimento de mulheres camponesas de Santa Catarina e suas práticas**. Tese de doutorado UFSC, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

_____. A juventude é apenas uma palavra. **Questões de sociologia** p.112-121, 1983.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Estudos Feministas**, Porto Alegre, v. 121, p.205-227, 2004.

_____. Gênero e reprodução social na agricultura familiar, **Revista NERA**. Presidente Prudente Ano 11, nº. 12 p. 6-17 Jan.-jun. 2008.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Estudos Feministas**, p. 22-55, 2001.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA EMPREENDIMIENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Orgs.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003.

CASTRO, Elisa Guaraná de. Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural, 2005.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Bs. As. Argentina: Nueva Visión, 1974.

COLEMAN, James S. "Social capital in the creation of human capital." **American journal of sociology** v.94, p.95-120. 1988.

CRESOL Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária, disponível em: <<http://www.cresolcentral.com.br/a-cresol-central>> Acesso em: 12/12/2016

DEERE, Carmem D.; LÉON, Magdalena. Diferenças de gênero em relação a bens: a propriedade fundiária na América Latina, **Revista Sociologias**, Porto Alegre: ano 5, nº, p.100-153, 2003.

DI CIOMMO, Regina Célia. Relações de gênero, meio ambiente e a teoria da complexidade. **Revista Estudos Feministas** v.11, n.2, p.423-44, 2003.

DUBAR, Claude. Agente, ator, sujeito, autor: do semelhante ao mesmo. *Primeiro Congresso da Associação Francesa de Sociologia*, pp. 56-69, fev. 2004. Disponível em: <<http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/dubarclaude-agenteatorsujeitoautor-atoragenteautordosemelhanteaomesmo2004.pdf>> acesso em 28/02/2017.

DURSTON, John. Construyendo capital social comunitario **Revista de la CEPAL**, 1999.

ELLIS, Frank. Household strategies and rural livelihood diversification. **The Journal of development studies**, v.35, n.1, p.1-38. 1998.

_____. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford University Press, 2000.

EMATER, **Programa Nacional de Alimentação Escolar**, Disponível em: <[HTTP://WWW.EMATER.PR.GOV.BR/MODULES/CONTEUDO/CONTEUDO.PHP?CONTEUDO=147](http://www.emater.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=147)>, Acesso EM 20/12/2016

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Clube de Autores: 2009.

FERREIRA, José Romualdo Carvalho; MIGUEL L. de A.. Perspectivas e potencialidades de desenvolvimento para agricultores familiares da região da serra do município de Camaquã, RS. p. 1-17, 2001.

GAZOLLA, Marcio e PELEGRINI, Gelson. Novos mercados da agricultura familiar: o caso das pequenas unidades agroindustriais produtoras de alimentos. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (Org.). **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais**. Editora UFRGS: Porto Alegre. pp.133-150. 2011.

GAZOLLA, Marcio. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: Uma análise a partir da produção de autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS**, Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/UFRGS. Porto Alegre/RS, 287p. 2004.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GNOATTO, Almir Antonio; Loss, Elisângela Bellandi; Balestrini, André; Possamai, Edivan José; Perondi, Miguel Angelo. **Pluriatividade, Agroindústria e Agricultura Familiar**. Congresso SOBER, 2004. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/09P445.pdf>> Acesso em: 10/04/2015.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa Qualitativa Tipos Fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n.3, p, 20-29 Mai./Jun. 1995.

GRANOVETTER, Mark S. Economic action an social struture: the problem of embeddedness **American Journal of Sociology** v.91, n. 3, novembro, 1985.

disponivelem:<"https://www2.bc.edu/~jonescq/mb851/Feb26/Granovetter_AJS_1985.pdf>Acesso em: 15/10/2015.

_____ The Strength of Weak Ties. **American Journal of Sociology**, V.78, n. 6, p.1360-1380, Maio, 1973.

HASS, J.M. **Diversificação de Produção no Meio Rural como Estratégia de Sobrevivência: um estudo de caso da região noroeste do Rio Grande do Sul** - IV Encontro Nacional da Anppas Brasília - DF – Brasil 4,5 e 6 de junho de 2008.

HIRATA, Helena; Danièle KERGOAT. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa** v.37, n.132, p.595-609, 2007.

INCRA/FAO. Guia Metodológico – **Diagnóstico de sistemas agrários**. Brasília: INCRA, 58p. 1999.

IPARDES Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. CADERNO ESTATÍSTICO MUNICÍPIO DE PRANCHITA. 2016. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=85730> acesso em; 15/02/2016.

IPARDES Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social **Leituras regionais: mesorregiões geográficas paranaenses: sumário executivo**, Curitiba: IPARDES, 2004

JUNIOR, Silvio Santos, *et al.* Padronização De Produtos Das Agroindústrias Rurais E A Inserção Nos Mercados, **Revista Redes**, v.18, n.2, p.155-176, 2013.

KANGAS, Ann; HAIDER, Huma; FRASER, Erika., **Topic Guide on Gender, Governance and Social Development Resource Centre**, University of Birmingham, UK, 2012.

KEMPF, Renata, B. **Análise de Gênero e Autonomia Financeira na Agricultura Familiar Através do Programa “Gênero e Geração”**. Trabalho de conclusão de curso – Universidade estadual do centro-oeste – UNICENTRO, Guarapuava, 2014.

KIYOTA, Norma; GAZOLLA, Marcio; FERREIRA, Nildete Maria da Costa; PELEGRINI, Gelson; PERONDI Miguel Ângelo; CADONA, Luís Alberto, AGUIAR, Audrey Merlin Leonardi de. A agroindústria familiar e a produção de novidades no desenvolvimento rural: uma análise comparativa entre sul e nordeste do Brasil. In: Schneider, Sergio; Menezes, Marilda; Gomes da Silva, Aldenor; Bezerra, Islandia. **Sementes e Brotos Da Transição**, Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica** - 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

LEFF, Enrique. **Ecologia Política: uma perspectiva latino-americana Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Editora UFPR: 2013.

LONG, Norman. **Sociologia del desarrollo: uma perspectiva centrada em el ator**. México: Colegio de San Luis, 2006.

LUGONES, María. **Colonialidade e Gênero, Revista Tabula Rasa**. Bogotá - Colombia, v.73 n.9, p.101, julho-dezembro, 2008.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.22, n.3, p. 320, setembro-dezembro, 2014.

MALUF, Renato S. Mercados agro alimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais - **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 299-322, abr. 2004

MARQUES, Marta Inês Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista Nera** v.12 p.57-67, 2012.

MARTINS, Guilherme Paiva de Carvalho, **Revista Sociedade e Estado**, V. 26 N. 3 Setembro-Dezembro 2011

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas**, 2012 [1924].

MELO, Hildete Pereira; CASTILHO Marta. Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz?. **R. Econ. contemp.**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 135-158, jan-abr, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de. Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec/Abrasco, 1993.

MIOR, Luiz C. **Trajetórias das agroindústrias familiares rurais no Estado de Santa Catarina (Brasil)**. *Congreso Internacional de la Red Sial*. Vol. 4. 2008.

_____. **Agricultura familiar, agroindústria e desenvolvimento territorial**. Colóquio Internacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Florianópolis v. 22, 2007.

MOHANTY, Chandra Talpade. Bajo los ojos de Occidente Academia Feminista y discurso colonial. In: Navaz, Liliana Suárez, and Rosalva Aída Hernández Castillo, eds. **Descolonizando el feminismo: teorías y prácticas desde los márgenes**. p 305-447. Ed. Cátedra, 2008.

PAULILO, Maria Ignez, e Wilson SCHMIDT. Movimento de mulheres agricultoras: terra e matrimônio. **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC**, p.15-38, 2003.

_____. O peso do trabalho leve, **Revista Ciência Hoje** v.5, n.28, p. 64-70, 1987.

_____. Trabalho doméstico: reflexões a partir de Polanyi e Arendt. **Serviço Social em Revista (Online)**, Londrina-PR, 2005.

PAULILO, Maria Ignez. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas**, v.12, n.1, p. 229-252 2004.

PEREIRA, Valeria, V.V.R.; BAZOTTI, Angelita. Ruralidade, Agricultura Familiar e Desenvolvimento, **Nota Técnica IPARDES**, nº16, Curitiba, 2010.

PERONDI, Miguel Ângelo. **Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar** – Porto Alegre: Tese de Doutorado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

_____. Miguel Angelo. **Estratégias de reprodução social da família rural no Brasil**: um estudo comparativo entre sítiantes do Oeste de Minas Gerais e colonos do Sudoeste do Paraná. Saarbrücken (Alemanha):Novas Edições Acadêmicas, 2016.

PLANET RATING – Transparency For Microfinance Development – Sistema CRESOL Brasil – Janeiro 2004, Disponível em <http://www.ratinginitiative.org/uploads/tx_dbreports/CRESOL_January_2004.pdf> Acesso em: 01/11/2016.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. Sete teses sobre a agricultura camponesa. **Revistas Agrícolas: Experiências em Agroecologia**, 2009.

PREZOTTO, Leomar Luiz. *Uma concepção de agroindústria rural de pequeno porte*. **Revista de Ciências Humanas**. Florianópolis. N. 31, p.133-154, abr. 2002.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Atlas do desenvolvimento humano no Brasil - 2013. Disponível em:<<http://www.pnud.org.br/atlas/>> Acesso em 01/11/2016.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e democracia**, R.J.,FGV, 1996.

QUIJANO, ANÍBAL. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino-americanas**, Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho; ECKERT, Cornelia. ETNOGRAFIA: SABERES E PRÁTICAS. In: Pinto, Céli Regina Jardim; Guazzelli, César Augusto Barcellos. **Ciências Humanas: pesquisa e método**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa - DO PÓS-MODERNO AO PÓS-COLONIAL E PARA ALÉM DE UM E OUTRO Conferência de Abertura do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, realizado em Coimbra, de 16 a 18 de Setembro de 2004.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SILVA, Carolina Braz De Castilho E. e SCHNEIDER, Sergio. Gênero, trabalho rural e pluriatividade. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide e MENEZES, Marilda (Org.) **Gênero e Geração em Contextos Rurais**. Florianópolis/SC, Ed. Mulheres, 2010.

SILVA, Marilu Albano da. Cozinha: espaço de relações sociais." **Revista Iluminuras**-Publicação Eletrônica do Banco de Imagens e Efeitos Visuais. Porto Alegre: NUPECS/LAS/PPGAS/IFCH, 2010.

SIMEP. **Paraná 12 meses**, Disponível em: <[HTTP://WWW.SIMEP.SEAB.PR.GOV.BR/PR12MESES/](http://WWW.SIMEP.SEAB.PR.GOV.BR/PR12MESES/)>, ACESSO EM 20/12/2016

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da modernidade**, 7. ed. Petrópolis – RJ: Vozes, p.394,1994.

UNDP United Nations Development Programme. **Human development report**, Published for the United Nations Development Programme (UNDP), New York, Oxford. Oxford University Press, 1997.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade, **Estudos sociedade e agricultura** v.1,2013.

_____. **O “Lugar” Dos Rurais: O Meio Rural No Brasil Moderno**, Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 35. Brasília: Anais SOBER, 1997.

_____. **Raízes Históricas Do Campesinato Brasileiro** XX Encontro Anual Da Anpocs. Gt 17. Processos sociais agrários. Caxambu, MG. 1996

_____. rupturas e continuidade, **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, 21, Outubro, 2003: 42-61. Disponível em: <<http://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2014/06/Texto-6.pdf>> Acesso em: 12/11/2015

WEDIG, Josiane Carine. **Agricultoras e agricultores à mesa: um estudo sobre campesinato e gênero a partir da antropologia da alimentação**.167 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

WILKINSON, John. **Sociologia econômica e o funcionamento dos mercados**: inputs para analisar os micro e pequenos empreendimentos agroindustriais no Brasil Publicado na revista Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 805-825, 2002.

8. ANEXO I

QUESTIONÁRIO CAPITAL SOCIAL

Eixo 1: Caracterização pessoal

Nome: _____

-
1. Idade: _____
 2. Estado civil: Casada () Solteira ()
 3. Escolaridade:
 4. Qual profissão/atividade exercia antes de trabalhar na indústria? _____
 5. Há quanto tempo participa da indústria (em anos):

 6. Quantas horas por dia dedica ao trabalho indústria?
 Menos de 4h
 De 4h a 6h
 De 6h a 8h
 Mais de 8h
 7. Quantos dias por semana dedica ao trabalho na indústria?
 1 dia por semana
 2 dias por semana
 3 dias por semana
 4 dias por semana
 5 dias por semana
 6 dias por semana
 7 dias por semana
 8. Com quais das seguintes colegas você possui algum grau de parentesco?
 Isabel Clara Joana Ana
 Leci Lurdes Fátima

Eixo 2: Tomada de decisão**9. Como é sua participação nas decisões tomadas pela indústria?**

(marcar apenas uma opção)

- Não participo do processo decisivo e/ou organizatório da empresa
- Participo das decisões sobre algumas coisas apenas
- Participo de forma conjunta na análise, desenvolvimento dos planos de ação e na formação e fortalecimento da indústria.

10. Como é o processo de tomada de decisão dentro do grupo?

(marcar apenas uma opção)

Uma pessoa (ou pequeno grupo de pessoas) toma as decisões sozinha(as) e informa aos demais membros.

Você é informada com antecedência das decisões tomadas pela (as) líder(s)

As decisões são tomadas através de voto. Os membros discutem o assunto e decidem em conjunto através de votação.

A tomada de decisão e proposições de trabalho é realizada de forma conjunta, todos contribuem e a decisão só é tomada ao atingir um consenso.

Eixo 3: Análise de Capital Social

11. *Indicações em relação à **reciprocidade** e ajuda mútua da indústria*

Caso você esteja indisponível para cumprir suas funções diárias, para quem você pediria ajuda para lhe substituir em suas funções?

(marcar apenas uma opção)

Isabel Clara Joana Ana

Leci Lurdes Fátima

12. Quem você considera ter uma melhor relação de amizade (dentro e fora da empresa).

(marcar apenas uma opção)

Isabel Clara Joana Ana

Leci Lurdes Fátima

13. **Análise de confiança** - Analise as afirmações e escolha a alternativa com a qual se identifica:

a. “Na indústria, é preciso estar atento ou alguém pode tirar vantagem de você”

Discordo totalmente

Discordo parcialmente

Nem concordo, nem discordo

Concordo parcialmente

Concordo Totalmente

b. “A maioria das pessoas da indústria está disposta a ajudar caso você precise”.

Discordo totalmente

Discordo parcialmente

-) Nem concordo, nem discordo
-) Concordo parcialmente
-) Concordo Totalmente

c. “Posso confiar na maioria das pessoas da indústria”.

-) Discordo totalmente
-) Discordo parcialmente
-) Nem concordo, nem discordo
-) Concordo parcialmente
-) Concordo Totalmente

d. “Na indústria, as pessoas geralmente não confiam umas nas outras, quanto a emprestar e tomar dinheiro emprestado”

-) Discordo totalmente
-) Discordo parcialmente
-) Nem concordo, nem discordo
-) Concordo parcialmente
-) Concordo Totalmente

14. Indicações de **Proatividade e Liderança** da indústria

Quem você considera a(s) pessoa(s) mais proativa(s), com espírito de liderança, quem costuma incentivar os trabalhos e tomar a frente em projetos e decisões? (escolha até duas pessoas, podendo citar a si mesmo)

-) Isabel) Clara) Joana) Ana
-) Leci) Lurdes) Fátima

Eixo 4: Motivação

15. Qual você considera as maiores vantagens ou conquistas obtidas com o participar da indústria (marcar quantas opções considerar necessárias).

-) Utilização dos equipamentos (geladeiras, fornos, etc.)
-) Consultoria e acompanhamento técnico.
-) Amizade com as colegas
-) Rede de contatos para venda dos produtos ou compra de recursos
-) Espaço cedido para à fabrica
-) Facilidades na comercialização dos produtos
-) Doações feitas à fabrica
-) Utilização da marca
-) Cursos e qualificação técnica.
-) Parcerias com órgãos auxiliares
-) Viagens técnicas.
-) Outros _____

9. ANEXO II

Questionário socioeconômico

Agricultora: _____ Caso _____

1) Composição da família

Nome	Sexo	Idade	Estado Civil	Tempo de trabalho (a)	Escolaridade (b)

(A) Tempo de trabalho	(B) Escolaridade
1 Tempo integral na UP	0 Não alfabetizado
2 Tempo-parcial: trabalha fora e dentro da UP	1 Primeira série – 1º Grau
3 Tempo-parcial na UP + Trab. Doméstico	2 Segunda série – 1º Grau
4 Tempo-parcial na UP + Estuda	3 Terceira série – 1º Grau
5 Tempo integral fora UP (*)	4 Quarta série – 1º Grau
6 Somente trabalho doméstico	5 Quinta série – 1º Grau
7 Somente estuda	6 Sexta série – 1º Grau
8 Criança menor de 7 anos	7 Sétima série – 1º Grau
9 Idoso: apenas tempo-parcial na UP	8 Oitava série – 1º Grau
10 Desempregado	9 Primeira série – 2º Grau
11 Não trabalha (deficiente ou inválido)	10 Segunda série – 2º Grau
12 Outro (qual? Especificar)	11 Terceira série – 2º Grau
	12 Graduação incompleta
	16 Graduação completa
	18 Mestrado
	22 Doutorado

2) Estrutura Fundiária

Área Total (ha)	Área (ha)					
	Própria	Em parceria		Arrendamento		Outra forma
		De terceiro	Para Terceiro	De terceiro	Para Terceiro	

- 2.1 Qual a forma de obtenção das terras? _____
- 2.2. Em caso de herança, é do marido ou da mulher? _____
- 2.3 Quanto paga pelo arrendamento _____
- 2.4 Quanto ganha com arrendamento _____
- 2.5 Quanto paga na parceria _____
- 2.6 Quanto ganha na parceria _____

3) Atividades de produção vegetal – roça

Pastagem anual						
Pastagem Permanente						

Reflorestamento e extração de madeira

Acácia-negra						
Eucalipto						

SAU TOTAL	
Matas e florestas naturais	
Benfeitorias (casa, estábulo, etc.)	
ÁREA TOTAL	

4) AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA PRODUÇÃO VEGETAL

Especificação	Quantidade/unidade	Valor Pago por Unidade	TOTAL para Produção vegetal	TOTAL para consumo animal
Sementes				
Mudas				
Adubos orgânicos				
Adubo químico (NPK, uréia, nitratos, etc.)				
Calcário				
Óleo diesel				
Produtos fitossanitários (químicos e biológicos)				
Contratação de maquinário para prod. vegetal (plantio, tratos culturais, colheita...)				
Contratação de força de trabalho na prod. Vegetal				
Outras				

despesas				
----------	--	--	--	--

5) Efetivos animais disponíveis

Inventário das Criações Raças – categorias		Efetivo	Animais Vendidos nº	Preço Animais Vendidos	Consumo Familiar
Bovinos- Leite	Touros				
	Vacas				
	Novilhas				
	Bezerros				
	bezerras				
Bovinos- Corte	Touros				
	Vacas				
	Novilhas				
	Bezerros				
	bezerras				
Bois para trabalho					
Aves	frango de corte				
	Galinha caipira				
	Peru				
suínos	Leitão				
	Suínos para abate				
	Matrizes reprodutor				
Ovinos					
Caprinos					
Eqüinos					

5.1 Produção de origem animal

Especificação	Quanto. Produz.	Unidade	Quantidade vendida	Preço venda	Consumo familiar
Leite					
Ovos					
peixes					
mel					

6) Insumos das atividades de produção animal

Especificação	Unidade	Quantidade	Valor pago por unidade	Total
Sal mineral				
Sal comum				
Ração - Bovinos				
Ração - Suínos				
Ração - Aves				
Ração - Outra				
Produtos veterinários				
Despesas aviário				
Despesas com maquinário				
Contratação de força de trabalho				
Outros gastos				
Insumos Vegetais				

7) Transformação caseira: Listar produtos processados ou beneficiados dentro do estabelecimento

Especificação	Unidade	Quantidade total vendida	Autoconsumo	Quantidade produzida	Preço/unidade	Produto Bruto
Banha						
Conservas/Com pota						
Melado						
Manteiga						
Pão						
Queijo						
Sabão						
Salame						
Geléias e doces						
Vinho						

Açúcar mascavo						
Massa caseira						

7.1 matéria-prima utilizada para a transformação da produção caseira

Especificação	Valor total	Nº de dias trabalhados		
Açúcar				
Coalho				
Tripas				
Soda				
Lenha				
Embalagem				
Farinha de trigo				
Outras				
Despesas com maquinário				
Contratação de força de trabalho				

9) Benfeitorias e instalações

Especificação	Quantidade	Material	Ano de construção	Área construída em m2 para cada benfeitoria
Açude				
Aviário*				
Aviário 2*				
Casa de empregados				
Estábulo				
Estábulo 2				
Galpão/Paiol/Armazém				
Galpão/Paiol/Armazém 2				
Garagem de máquinas				
Pocilgas/chiqueiro				
Pocilga/chiqueiro 2				
Estufa de fumo				
Chiqueiro				
Outro 2				

10) Máquinas e equipamentos

Especificação	Quantidade	Ano de fabricação	Valor atual (por equipamento)
Caminhão			
Veículo usado na produção			
Colhedora 1			
Colhedora 2			
Trator 1			
Trator 2			
Trator 3			
Arado de tração animal			
Arado de tração mecânica			
Capinadeira de tração animal			
Grade de tração animal			
Grade de tração mecânica			
Semeadora de fluxo contínuo			
Semeadora de precisão			
Semeadora de tração animal			
Ensiladeira			
Roçadeira costal			
Roçadeira de tração mecânica			
Carreta agrícola			
Pulverizador costal			
Pulverizador mecânico tracionado			
Pulverizador mecânico montado			
Pulverizador mecânico autopropeleido			
Ordehadeira canalizada			
Ordehadeira não canalizada			
Resfriador de leite - a granel			
Resfriador de leite – imersão de tarros			
Motor elétrico			
Bomba de água			
Engenho de cana			
Triturador de cereais			
Carroça			
Maquina de costurar fumo			
Minorias			
Motor a diesel			
Outro 2			

11) Despesa com mão de obra e maquinários

Formas de contratação	Número de pessoas ou máquinas	Número total de dias trabalhados	Valor total
Assalariado permanente agrícola			
Trabalho agrícola temporário para serviços gerais			
Contratação de maquinário para serviços gerais			

12) Outras despesas

Discriminação	Valor total
ITR - Imposto da terra	
Contribuição sindical	
Luz elétrica	
Gás (GLP) somente para propriedade	
Água encanada	
Telefone para fins produtivos	
Óleo diesel para prestar serviços	
Gasolina para prestar serviço	
Conserto de equipamentos em serviço externo	

13) Quais são as práticas de conservação de solo praticadas na sua propriedade?

- rotação de culturas
 consórcio de culturas
 adubação orgânica com esterco e outros materiais orgânicos
 reflorestamento de áreas degradadas
 controle alternativo (sem veneno) de pragas e doenças
 adubação verde
 1() anualmente 2() esporadicamente
 Terraceamento (curvas de nível)
 Plantio direto

Tipo do relevo:

- 1() forte ondulado 3() levemente ondulado
 2() ondulado 4() plano

14. Atividades não agrícolas e pluriatividade

Nome	Discriminação	Atividade agrícola fora da UP

	da Atividade	Nº de dias	Localização	Valor total recebido

Nome	Discriminação da Atividade	Atividade para agrícola		
		Nº dias	Localização	Valor total recebido

Nome	Discriminação da Atividade	Atividades Não Agrícolas			Valor total recebido
		Nº dias	Setor	Localização	

15. Qual a principal razão que levou os membros da família a trabalhar nas atividades não agrícolas?

16) Há membros que recebam aposentadoria/pensão e/ou outro benefício na sua família?

1-Sim () 2- Não () 3-() Não sabe/ não respondeu

16.1) Em caso afirmativo, informar o tipo de benefício e o valor recebido durante o último ano agrícola

Primeiro nome da pessoa que recebeu o benefício	Tipo de benefício (1)	Tipo de benefício (2)	Numero de meses que recebeu o benefício	Valor mensal recebido (R\$)

17) Quais outras fontes de renda a família contou no último ano agrícola

() Aluguéis recebidos de imóveis residenciais/comerciais

- () Aluguéis recebidos de máquinas e equipamentos
- () Remessas em dinheiro recebido de familiares de forma periódica
- () Pensões judiciais
- () Juros recebidos de empréstimos para terceiros
- () Juros de aplicações financeiras ou poupança
- () Outras rendas (especificar)

18) Assinalar quais investimentos foram feitos no último ano agrícola?

- () Aquisição de terras
- () Aquisição de veículos (utilitários)
- () Aquisição de equipamentos ou máquinas
- () Aquisição de terreno na cidade
- () Construção e reforma da casa
- () Construção e reforma das benfeitorias da propriedade
- () Investimentos na área ambiental (SISLEG, conservação, etc.)
- () Outros investimentos (especificar)

19) Obteve financiamentos ou empréstimos no último ano agrícola

1-Sim () 2-Não () 3-() Não sabe/não respondeu

Produto ou finalidade	Finalidade	Fonte	Valor financiado	Taxa de juros (% ano)	Valor da prestação	Valor pago de juros

20) INFRAESTRUTURA BÁSICA

20.1) Composição da moradia

22.1 Composição da moradia	
Especificação	Nº Peças
Banheiro	
Cozinha	
Quarto	
Sala	
Varanda	

20.2 Instalações sanitárias _____

20.3 Tipos de piso predominante _____

20.4 Tipo de cobertura predominante _____

20.5 Tipo de parede externa predominante _____

21. Abastecimento de água _____

22. Destino dos dejetos humanos _____

23. Principal fonte de energia elétrica _____

24) Bens de Consumo que existem no domicílio

Especificação	Quantidade	Especificação	Quantidade	Especificação	Quantidade	Especificação	Quantidade
01 Aparelho de som		08 Forno elétrico/microondas		15 Rádio		22 Cisternas	
02 Automóvel		09 Freezer		16 Televisor			
03 Moto		10 Geladeira		17 Vídeo cassete/DVD			
04 Bicicleta		11 Liquidificador		18 Linha de Telefone fixo			
05 Ferro elétrico		12 Máquina de lavar roupa		19 Celular			
06 Fogão a gás		13 Batedeira		20 Computador			
07 Fogão à lenha		14 Parabólica		21 Acesso à internet			

AMBIENTE SOCIAL E ECONÔMICO

25) Participação social da família na comunidade local e/ou no município

Especificação	marido	mulher	Comentários (quais cooperativas; participa da diretoria? Porque não participa?)
Associação comunitária de produtores e/ou agricultores			

Cooperativas (créditos, eletrificação, produção, etc.)			
Sindicato de trabalhadores			
Associação de mulheres/clube de mães			
Associação vinculada a igreja (pastoral, canto, etc.)			
Clube de futebol, bocha, etc. ligado ao lazer			
Outros tipos de entidade (especificar)			

MIGRAÇÃO FAMILIAR E SEU FUTURO

26) Pessoas que SAÍRAM da propriedade, pretendem sair ou SAÍRAM E RETORNARAM a propriedade

	1	2	3	4	5	6	7
Nome							
Idade atual							
Sexo							
Estado civil							
Ano que saiu							
Idade que saiu							
Destino Da saída							
Residência atual							
Por que saiu da residência							
Grau de instrução ao sair							
Grau de instrução atual							
Continua estudando							
Atividade que trabalha							
Ano de retorno á região							
Ano de retorno ao município							
Ano de retorno ao meio							

rural							
Ano de retorno à propriedade							
Por que retornou							

26.1 Razão pela qual o membro saiu ou pretende se mudar para a cidade

10. ANEXO III

Roteiro conversa com o grupo

1. Como se intitula a AGF?
2. Quanto tempo existe a AGF?
3. O que fabricam?
4. Como é a divisão de trabalho?
5. Como é a divisão dos lucros?
6. Qual a media de produção ou lucro?
7. Como é a questão da liderança, tem chefe? tem votação?
8. Como se deu a criação da fabricar?
9. Como se deu a escolha das 7 integrantes da AGF? Quais os critérios?
10. Alguém já saiu da AGF? Por quê?
11. Existe rotatividade das integrantes? (Podem entrar pessoas novas?)
12. Como aprenderam fazer a atividade
13. Vocês já participavam de alguma instituição juntas antes? (igreja, associação)
14. Como é a comunidade? Possuem associação?
15. Qual o objetivo (pessoal de cada uma) de criar/participar da AGF?
16. Como funcionam os mercados?
 - a. Para onde vendem?
 - b. Como funcionam as vendas?
 - c. Como iniciou o contato com os clientes?
17. Quais dificuldades enfrentaram no decorrer do tempo?
18. Qual a principal dificuldade agora?
19. Tem ajuda/apoio de alguma entidade? (Cresol, Gênero e geração, SEBRAE, estado, cidade, comercio...)
20. Tem ajuda/apoio ou fazem uso de alguma política pública?
21. Os maridos tem algum envolvimento com a AGF? Se sim em que eles ajudam?

11. ANEXO IV

Roteiro de entrevista semi-estruturado

1. Qual era sua profissão antes da AGF?
 - a. De onde são os pais?
 - b. Qual a profissão dos pais?
 - c. Relação da família com o associativismo
2. Quais mudanças foram percebidas na sua vida (família/comunidade/sociedade) após a participação na agroindústria?
 - a. Passar muitas horas fora de casa
 - b. Menos mão de obra na UP
3. Quando começou na atividade, foi com qual objetivo? (Dinheiro, mudar de atividade, complementar a renda da casa, gastos pessoais?)
4. Tinha alguma fonte de renda própria (separada da renda familiar) antes da AGF?
5. Como são organizados os gastos da família?
 - a. Utiliza alguma parcela do dinheiro para gastos pessoais?
6. Quais as principais dificuldades enfrentadas devido a participação na AGF?
7. Quem executa o trabalho doméstico hoje em dia?
 - a. Mudou algo com a participação na AGF?
 - b. Dificuldades com a dupla jornada
8. Considera a situação atual melhor do que anteriormente a AGF?
9. Principal vantagem de trabalhar na AGF

12. APENDICE I

Termo de compromisso assinado durante a entrevista de capital social

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
Dissertação de Curso

CESSÃO GRATUÍTA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO ORAL
E
COMPROMISSO ÉTICO DE NÃO IDENTIFICAÇÃO DO DEPOENTE

Pelo presente documento, eu
Entrevistado(a): _____

_____,
 RG: _____

_____,
 domiciliado/residente em (Av./Rua/nº./complemento/Cidade/Estado/CEP):

_____,
declaro ceder ao (à) Pesquisador(a):
 Renata Borges Kempf, inscrita sob o CPF: 09071718930, RG: 10.447.903-0
 domiciliada em: rua Araucária, 134 – Pato Branco – PR,
sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei ao(à) pesquisador(a)/entrevistador(a) aqui referido(a), na cidade de Pranchita, Estado do Paraná, em 02/02/2016, como subsídio à construção de sua dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná O(a) pesquisador(a) acima citado(a) fica conseqüentemente autorizado(a) a utilizar, divulgar e publicar, para **fins acadêmicos e culturais**, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a ressalva de garantia, por parte dos referidos terceiros, da integridade do seu conteúdo. **O (a) pesquisador(a) se compromete a preservar meu depoimento no anonimato, identificando minha fala com nome fictício ou símbolo não relacionados à minha verdadeira identidade.** -----

 Pato Branco, 01/02/2016

_____, _____ de _____ de _____

 (assinatura do entrevistado/depoente)